

Distribuição — Ampliação da rede de distribuição.
Despesas previstas — Cr\$ 30.000.000,00.

Conclusão das obras

Em fins de 1962.

2.A.84 Ampliação — Hidráulica de Erechim.

Obras executadas em 1960

Início das obras — Meados de 1960.

Captação — Iniciada a escavação para o poço de bombas. Adquirida a tubulação para a linha de recalque, constante de 2.000 m de canos de aço de 400 mm de diâmetro. Adquiridos, também, dois novos grupos eletro-bombas.

Despesas empenhadas — Cr\$ 13.837.564,00.

Obras a executar

Captação — Conclusão do poço de bombas. Montagem dos novos grupos eletro-bombas. Assentamento da canalização de aço de novo recalque.

Despesas previstas — Cr\$ 2.000.000,00.

Conclusão das obras

Em setembro de 1961.

2.A.85 Ampliação — Hidráulica de General Câmara.

Obras executadas em 1960

Início das obras — Outubro de 1960.

Distribuição — Construção de um reservatório elevado de 50 m3.

Despesas empenhadas — Cr\$ 948.000,00.

Obras a executar

Distribuição — Conclusão do reservatório elevado e ampliação da rede de distribuição

Despesas previstas — Cr\$ 3.500.000,00.

Conclusão das obras

Em fins de 1961

2.A.86 Ampliação — Hidráulica de Ijuí.

Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Agosto de 1960.

Hidráulica em funcionamento desde 1957.

Captação — Obras concluídas.

Tratamento — Obras concluídas.

Distribuição — Executadas obras de adaptação da antiga rede municipal à rede do Estado

Obras acessórias — Em conclusão o prédio destinado à sede dos serviços, na cidade.

Obras executadas em 1959

Distribuição — Prosseguimento das obras de adaptação da rede.

Obras acessórias — Concluído o prédio da sede dos serviços.

Obras executadas em 1960

Captação — Adquiridos os grupos eletro-bombas, para os primeiros.

Distribuição — Adquiridos 1.200 m de tubos de 1^o de 150 mm, e 2 grupos eletro-bombas para o quarto recalque.

Despesas empenhadas — Cr\$ 2.247.244,90.

Obras a executar

Captação — Instalação dos novos grupos eletro-bombas do primeiro recalque.

Distribuição — Construção de um reservatório elevado de 50 m³ e instalação dos tubos da canalização e grupos eletro-bombas do quarto recalque.

Despesa prevista — Cr\$ 2.000.000,00.

Conclusão das obras

Em outubro de 1961.

2.A.87 Hidráulica de Iraí.

Obras a executar

Início das obras — Prevista para fins de 1961.

Captação — Reforço.

Tratamento — Ampliação.

Distribuição — Extensão e reforço da rede atual.

Despesas a realizar — Cr\$ 20.000.000,00.

Conclusão — Princípios de 1963.

2.A.88 Ampliação — Hidráulica de Itaquí.

Obras executadas

Início das obras — Setembro de 1960.

Obras executadas em 1960

Distribuição — Iniciada a construção de um reservatório elevado de 250 m³.

Despesas empenhadas — Cr\$ 1.268.000,00.

Obras a executar

Captação — Instalação de novos grupos eletro-bombas nos primeiro e segundo recalques.

Tratamento — Ampliação da estação de tratamento.

Distribuição — Conclusão do reservatório elevado. Ampliação da rede.

Despesas previstas — Cr\$ 21.000.000,00.

Conclusão das obras

Princípios de 1963.

2 A.89 Ampliação — Hidráulica de Jaguarão.

Obras executadas

Início das obras — Previsto para fins de 1961.

Obras a executar

Ampliação — Captação, tratamento e distribuição.

Despesas a realizar — Cr\$ 12.000.000,00.

Conclusão das obras

Princípios de 1963.

2.A.90 Ampliação — Hidráulica de Júlio de Castilhos.

Obras a executar

Início da obra — Princípios de 1960.

Captação — Perfuração de novos poços profundos. Caso fracasse o resultado da perfuração de poços, será estudada a captação e tratamento de águas superficiais.

Despesas a realizar — Com poços de Cr\$ 7.000.000,00. Com águas superficiais: Cr\$ 40.000.000,00.

Conclusão das obras

Com poços em fins de 1962. Com águas superficiais, em 1964.

2.A.91 Hidráulica de Rosário do Sul.

Obras executadas em 1960

Início das obras — Outubro de 1960.

Captação — Iniciadas as escavações do poço de bombas.

Obras a executar

Captação — Conclusão do poço de bombas. Instalação dos grupos de recalque.

Despesas previstas — Cr\$ 500.000,00.

Conclusão das obras

Em junho de 1961.

2.A.92 Ampliação — Hidráulica de Santa Cruz do Sul.

Início das obras — Setembro de 1960.

Despesas realizadas em 1959 — Cr\$ 364.829,00.

Obras executadas em 1960

Captação — Foram encomendados dois novos grupos eletro-bombas do primeiro recalque.

Tratamento — Iniciado o aumento da casa de tratamento e construção de mais um filtro.

Despesas empenhadas — Cr\$ 600.000,00.

Obras a executar

Captação — Instalação dos novos grupos eletro-bombas do 1.º recalque.

Tratamento — Conclusão do aumento da casa e filtro.

Despesas a realizar — Cr\$ 500.000,00.

Conclusão das obras

Agosto de 1961.

2.A.93 Ampliação — Hidráulica de Santa Maria.

Obras executadas

Início das obras — Previsto para junho de 1961.

Despesas realizadas em 1959 — Cr\$ 1.074.264,60.

Obras a executar

Distribuição — Reforços e extensões da rede atual.

Despesas a realizar — Cr\$ 50.000.000,00.

Conclusão das obras

Meados de 1964.

2.A.94 Ampliação — Hidráulica de Santo Antônio.

Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Fins de 1957.

Captação — Melhoramento no poço de bombas.

Tratamento — Início da construção dois novos filtros e um acondicionador mecânicos.

Distribuição — De reforço e extensão da rede de distribuição foram construídos 4.707 m.

Despesas realizadas — Cr\$ 118.921,10.

Obras executadas em 1959

Tratamento — Prosseguiram as obras dos filtros e acondicionador.

Distribuição — Prosseguimento da extensão e reforço da rede, com mais 3.353 m.

Despesas realizadas — Cr\$ 2.057.575,90.

Obras executadas em 1960

Captação — Construídos 2.580 m de linha para o primeiro recalque. Concluída a casa do segundo recalque, montados dois novos grupos eletrobombas.

Tratamento — Concluída a construção da rede de tratamento, novos filtros e acondicionador mecânico.

Distribuição — Foram assentados 6.400 m de canalizações da rede de distribuição.

Despesas empenhadas — Cr\$ 4.000.000,00.

Obras a executar

Tratamento — Conclusão de um novo acondicionador, de um decantador e 2 novos filtros.

Distribuição — Extensão da rede e construção de mais um reservatório.

Despesas previstas — Cr\$ 40.000.0000,00.

Conclusão das obras

Em fins de 1962.

2.A.95 Ampliação — Hidráulica de São Borja:

Obras executadas

Início das obras — Previsto para abril de 1961.

Obras a executar

Captação — Aquisição e montagem de dois novos grupos eletrobombas do primeiro recalque (D.I.).

Distribuição — Construção do reservatório enterrado de acumulação de 500 m³. Aquisição e montagem de novos grupos eletrobombas para o segundo recalque.

Tratamento — Construção de mais um filtro e ampliação da casa.

Despesas a realizar — Cr\$ 12.000.000,00.

Conclusão das obras

Fins de 1962.

2.A.96 Ampliação — Hidráulica de Taquari.

Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Dezembro de 1955.

Captação — Início da construção do poço de bombas e câmara de captação. Instalados cerca de 1.000 m de canalizações adutoras do primeiro recalque.

Tratamento — Início de construção da casa de tratamento decantador e acondicionador.

Distribuição — Concluída a rede de distribuição e construído um reservatório elevado de 250 m³.

Despesas realizadas — Cr\$ 8.254.698,70.

Obras executadas em 1959

Captação — Prosseguimento das obras de construção da captação.

Tratamento — Continuação das obras da estação de tratamento.

Despesas realizadas — Cr\$ 3.917.332,30.

Obras executadas em 1960

Captação — Executadas obras finais na câmara e poço de bombas. Construída a linha do segundo recalque, com 590 m.

Tratamento — Prosseguimento das obras de construção da casa de tratamento.

Obras acessórias — Prosseguimento das obras de urbanização do parque da hidráulica.

Despesas empenhadas — Cr\$ 200.000,00.

Obras a executar

Captação — Instalação dos grupos do 1.º e 2.º recalque e execução da linha elétrica de alimentação.

Tratamento — Acabamento na estação de tratamento.

Despesas previstas — Cr\$ 2.000.000,00.

Conclusão das obras

Em setembro de 1961. Hidráulica em funcionamento precário, com água de fontes, desde fins de 1957.

2.A.97 Ampliação — Hidráulica de Uruguaiana.

Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Princípios de 1958.

Distribuição — Construído um reservatório elevado de 500 m³ e outro, enterrado, de 70 m³, instalado um grupo de recalque e assentados 2.830 m de canalizações da rede.

Obras executadas em 1959

Captação — Aquisição de novos grupos do primeiro recalque e um novo transformador.

Tratamento — Início das obras de ampliação da estação de tratamento.

Obras executadas em 1960

Captação — Montados dois novos grupos eletro-bombas no segundo recalque.
Reformado o poço de bombas.

Tratamento — Iniciada a reforma da casa de tratamento, com a construção de dois novos filtros e acondicionador.

Distribuição — Iniciadas as obras de construção de um reservatório enterrado de 1.500 m³. Feita a ligação do reservatório elevado de 500 m³ à rede.
Executados diversas obras de melhoramento.

Início das obras — Previsto para setembro de 1961.

Despesas empenhadas — Cr\$ 1.500.000,00.

Obras a executar

Tratamento — Conclusão da ampliação da estação.

Distribuição — Extensão a reforços da rede.

Despesas previstas — Cr\$ 30.000.000,00.

Conclusão das obras

Em fins de 1963.

2.A.98 Ampliação — Hidráulica de Novo Hamburgo.

Obras a executar

Início das obras — Previsto para setembro de 1961.

Despesas empenhadas em 1960 — Cr\$ 550.000,00.

Captação — Aquisição e montagem de novos grupos eletro-bombas do primeiro recalque.

Tratamento — Ampliação da estação.

Despesas a realizar — Cr\$ 20.000.000,00.

Conclusão das obras

Fins de 1963

2.A.99 Esgôto de São Borja.

Obras executadas

Início das obras — Em 1958, pela Prefeitura, Em setembro de 1960 as obras passaram à administração do Estado.

Rêde — 8.692 m de coletores de c^oa^o; 200 metros pelo Estado, que adquiriu mais 5.500 m de tubos.

Despesas realizadas até 31.1.59 — Cr\$ 264.273,10.

Despesas empenhadas em 1960 — Cr\$ 1.000.000,00.

Obras a executar

Rêde — Conclusão da instalação da rede coletora.

Despesas previstas — Cr\$ 12.000.000,00.

Conclusão das obras

Em fins de 1962.

2.A.100 Perfuração de poços.

Executado até 31.1.1959

Perfurados 130 poços em diversas sedes municipais e sedes distritais do interior.

Despesas realizadas — Cr\$ 19.394.600,00.

Executados em 1959

Perfurados 22 poços em 14 municípios.

Despesas realizadas — Cr\$ 3.252.668,00.

Executados em 1960

Perfurados 29 poços nos seguintes municípios: Erechim — Três de Maio — Sobradinho — Arroio do Meio — P. Alegre — Bento Gonçalves — Cerro Largo — Casca — Marau — Garibaldi — Farroupilha — Cachoeira — Santo Ângelo.

Despesas empenhadas — Cr\$ 5.667.824,00.

Programa para 1961

Perfuração de 34 poços em diversos municípios do Estado.

2.A.101 Estudos e projetos de instalação de água para as cidades de:

Lagôa Vermelha
Encruzilhada do Sul
Espumoso
Santo Cristo
Sapiranga
Três de Maio
Horizontina
Nova Palma
Panambi
Veranópolis
São Sebastião do Cai
Caçapava do Sul
Cangussú
São Pedro do Sul
Jaguari
Esteio
Cidreira

2.A.102 Estudos e projetos de instalação de esgotos para as cidades de:

Novo Hamburgo
Rio Pardo
São Luiz Gonzaga
Tórres
Ijuí
Itaquí
Bento Gonçalves

Erechim
Carazinho
Rosário do Sul
São Gabriel
São Borja
Caxias do Sul

2.A.103 Extensões de redes de água

Executadas até 31.1.59

Foram executadas 65.308 m de extensão de rede d'água, em diversas sedes municipais do interior.

Executadas em 1959

Foram executados 13.460 m de extensão de rede d'água, nas seguintes cidades: Alegrete — Camaquã — Erechim — Farroupilha — Guaíba — Montenegro — Novo Hamburgo — Passo Fundo — Rio Pardo — Santa Cruz — São Gabriel — São Lourenço — Tapes — Taquara.

Despesas realizadas — Cr\$ 4.038.000,00.

Executados em 1960

Foram executados 97.292 m de extensão de rede d'água, nas seguintes cidades: Alegrete — Arroio do Meio — Bento Gonçalves — Cachoeira do Sul — Canôas — Camaquã — Candelária — Capão da Canôa — Cruz Alta — Erechim — D. Pedrito — Farroupilha — Gravataí — Getúlio Vargas — Guaíba — Ijuí — Jaguarão — Lajeado — Montenegro — Novo Hamburgo — Osório — Palmeira das Missões — Passo Fundo — Quaraí — Rosário do Sul — Santa Maria — S. Cruz do Sul — Sarandi — São Gabriel — S. José do Norte — São Borja — São Jerônimo — Triunfo — São Luiz Gonzaga — S. Francisco de Paula — São Lourenço do Sul — Sobradinho — Tapes — Taquara — Tramandai — Imbé — Tôres — Viamão — Três Passos — Garibaldi — Piratini — Flores da Cunha — Tupanciretã.

Despesas empenhadas — Cr\$ 29.187.600,00.

Para 1961

Concluir a instalação de 71.505 m de canos já iniciada no exercício de 1960, nas diversas cidades acima mencionadas, e mais 123.570 m, de acordo com o Decreto 12.139 de 8.3.61.

2.A.104 Fluoração

Histórico

A fluoração das águas de abastecimento público, tornou-se obrigatória pela Lei n.º 3.125, de 18 de junho de 1957, tendo sido o serviço iniciado em outubro de 1957 na cidade de Taquara.

Executado até 31.1.59

Foram adquiridos seis (6) aparelhos fluoradores e instalados três (3) nas cidades de Taquara, Montenegro e Guaíba.

Despesas realizadas — Aquisição, instalação e manutenção — Cr\$ 422.000,00.

Executado em 1959

Foram adquiridos dez (10) aparelhos fluoradores e instalados cinco (5) nas cidades de Erechim, Rosário do Sul, Santa Maria, São Borja e Passo Fundo.

Despesas realizadas — Aquisição, instalação e manutenção — Cr\$ 1.799.410,00.

Executado em 1960

Foram adquiridos doze (12) aparelhos fluoradores e instalados oito (8) nas cidades de Bento Gonçalves, São Jerônimo-Triunfo, Vacaria, Farroupilha, Novo Hamburgo, Alegrete, Jaguarão e Ijuí.

Despesas realizadas — Aquisição, instalação e manutenção — Cr\$ 4.270.935,90.

Programa para 1961

Conclusão da instalação de quatro (4) aparelhos, nas cidades de Caxias do Sul, Uruguaiana, Cruz Alta e Santo Ângelo. Instalação de mais vinte (20) aparelhos.

2.A.106 Programa de controle de poluição de águas

É executado através de um Conselho criado em 2 de agosto de 1957, pelo Decreto n.º 8006, e visa a proteção dos cursos d'água e a recuperação dos já poluídos por despejos cloacais ou resíduos industriais, estando a parte executiva ao Cargo da Diretoria de Saneamento da S.O.P.

Serviços executados em 1960

No decorrer de 1960, foram realizadas viagens às cidades de Farroupilha, Canela, Rio Pardo, Caxias do Sul, Estrêla, Montenegro, Lajeado, Encantado, Garibaldi, Santo Ângelo, Uruguaiana, Novo Hamburgo e Cachoeira do Sul, com as finalidades de fiscalizar a execução das determinações emanadas do Conselho, verificar a condução das instalações de depuração e o controle das operações dos sistemas de tratamento. Foram examinados 11 projetos de instalações de indústrias novas, em ampliação ou em modificação. Os serviços até 1960 foram atendidos com verbas normais da S.O.P. e as do Plano de Saneamento do Estado.

2.A.107 Estudos e projetos para as ampliações das hidráulicas de:

Santa Cruz do Sul
Ijuí
Erechim
Tramandaí-Imbé
Rosário
Passo Fundo
Itaqui
Bento Gonçalves
Camaquã
Alegrete
Cruz Alta
Santa Maria

2.A.108 Estudos e projetos para ampliação dos serviços de esgotos das cidades:

Uruguaiana (parcial)
Dom Pedrito (parcial)
Alegrete (parcial)
Passo Fundo (parcial)
Jaguarão (parcial)
Capão da Canôa (parcial)

2.B.1 Instalação e aparelhamento da secretaria. A criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde verificou-se através da Lei n.º 3.602, de 1.º de dezembro de 1958, com vigência a partir de 31 de janeiro de 1959. Em seu inciso VIII do artigo 2.º, fixavam-se as finalidades do Órgão criado, estabelecendo a êsse caber, "promover, orientar e coordenar a execução de serviços de saúde pública, por meio de medidas de medicina preventiva e curativa, de proteção à maternidade e à infância, de difusão de ensinamentos de puericultura e de educação sanitária do povo", que, de resto, constitui perfeita harmonia com os preceitos constitucionais, consubstanciados na Carta Magna. Decreto posterior — o de n.º 10.390, de 10 de março de 1959 — fixou-lhe a estrutura, definindo-a nos seguintes Órgãos: Gabinete do Secretário; Diretoria Geral; Conselho Estadual de Saúde; Departamento de Saúde; Departamento da Criança; Departamento de Saúde Mental; Instituto de Pesquisas Biológicas. Com a posse do primeiro titular da Pasta, a Secretaria passou a ocupar as instalações do então Departamento Estadual de Saúde. A expansão que recebia o órgão de saúde, logicamente estava a exigir instalações mais condizentes e adequadas para o normal funcionamento de seus serviços. Buscou-se, assim, o local que preenchesse, satisfatoriamente, às necessidades, transferindo-se a sede do comando central da Secretaria, para o 15.º andar dos Edifícios Planalto e Fronteira, localizados à Avenida Borges de Medeiros, n.ºs. 308 e 328, a partir de 15 de outubro de 1959. Através de recursos do II Plano de Obras, consignados pelo Decreto n.º 10.713, de 21.8.59, foram atendidas as despesas de instalações e reaparelhamento da repartição, pagamento da locação dos conjuntos atualmente ocupados pela mesma, bem como para aquisição de mobiliário para os novos gabinetes de chefia instalados. Posteriormente, equipamentos diversos, que se fizeram necessários, foram adquiridos pelo crédito a que se refere o Decreto n.º 11.631. Procedeu-se, outrossim, a aquisição de três ambulâncias para os serviços do Hospital São Pedro, Sanatório Partenon e Departamento da Criança, com os recursos do Decreto n.º 11.763, adquirindo-se, outrossim, com os recursos do Decreto n.º 11.863, duas camionetas.

2.B.2 Reaparelhamento e obras do Hospital São Pedro. Reaparelhamento — O crédito especial concedido pelo Governo do Estado no Decreto n.º 11.836, de 29.11.60, possibilitou a aquisição de todo o equipamento necessário aos novos pavilhões e ao imediato funcionamento dos novos Serviços. Num montante de Cr\$ 20.000.000,00, êsse crédito foi parcimoniosamente empregado na compra de material, cuja relação atinge a quase 500 itens, que vão desde o instrumental necessário à semiótica médica diária até os objetos de uso corrente em qualquer hospital. Foram totalmente equipados 14 consultórios psiquiátricos, 5 consultórios de clínica médica, 1 consultório odontológico, 8 postos de enfermagem, 8 copas, 6 grandes refeitórios. Foi adquirida e está sendo montada uma cozinha autônoma com capacidade para fornecer mais de 1.200 refeições diárias. Foram totalmente equipadas, 65

enfermarias com leitos completos e material complementar, e mais os gabinetes de psicologia, salas para o Serviço Social, postos de plantão, salas de tratamento, salas de recreação e terapêutica ocupacional. Adquiriu-se, também, aparelhagem eletro-médica e material para praxiterapia e terapêutica recreacional. Parte do crédito foi utilizada para restauração da cozinha central do Hospital São Pedro. O crédito concedido pelo Decreto n.º 11.190, de 29.2.1960, num montante de Cr\$ 500.000,00 foi utilizado na compra de matéria prima para o fabrico de colchões e confecção de lençóis.

OBRAS — Durante o exercício de 1960 foi concluída a construção de cinco novos pavilhões no Hospital São Pedro, que têm uma área global de 8.108 m² e capacidade para 1.200 leitos. O Governo do Estado investiu nestas construções, em 1959 e 1960, um total de Cr\$ 37.000.000,00 concedidos pelos Decretos n.ºs 10.599, de 14.7.1959 e 11.251, de 4.4.1960, num montante de, respectivamente, Cr\$ 25.000.000,00 e Cr\$ 12.000.000,00.

As novas unidades pavilhonares duplicam a área do Hospital São Pedro, elevando-a de 10.974 m² para 19.084 m² e reduzem o índice de superlotação de 115% a menos de 50%.

Tôda a área recém construída foi organizada em Serviços descentralizados e semi-autônomos destinados predominantemente à assistência ao doente mental agudo. Em quatro pavilhões, com uma superfície de 7.048 m² funcionarão os Serviços de Higiene Mental, Psiquiatria Infantil e Serviço de Doentes Mentais Agudos, para pacientes do sexo masculino, classe de indigentes, pacientes do sexo feminino, classe de indigentes e pacientes do sexo feminino, classe de pensionistas. O quinto pavilhão servirá para alojamento dos doentes crônicos da Colônia Agrícola. O rendimento previsível desses Serviços será de 5.000 doentes por ano, em regime de hospitalização e de cerca de 10.000 em assistência ambulatoria. Os novos pavilhões são construções de cimento armado, com 2 ou mais pavimentos e se prestam magnificamente para o fim a que foram destinados.

2.B.3 Departamento de Saúde Mental. Criado pelo Decreto n.º 10.390, para atender ao incontido anseio dos psiquiatras riograndenses e a uma impreterível necessidade médico-social, o Departamento de Saúde Mental frutificou imediatamente no atual movimento de expansão e nas brilhantes realizações que se estão operando no campo da assistência psiquiátrica no Rio Grande do Sul. Planejado para estender à população de todo o Estado os recursos especializados até agora concentrados, quase exclusivamente, na Capital, o Departamento de Saúde Mental propõe-se realizar um trabalho de pioneirismo assistencial, cujos primeiros frutos, já estão sendo colhidos. Pretende intensificar e difundir a higiene mental; generalizar as medidas profiláticas necessárias à diminuição da morbidade mental; proporcionar, em âmbito estadual, os tratamentos ambulatorios destinados a reduzir, ao máximo, os ingressos em estabelecimentos nosocomiais psiquiátricos; construir hospitais, enfermarias especiais, ambulatorios e postos psiquiátricos em cidades do interior do Estado; promover a difusão de normas orientadoras e educativas relacionadas com a saúde mental; facilitar a especialização de médicos e enfermeiros; colaborar no ensino da psiquiatria e, de uma maneira geral, atender a tôdas as necessidades presentes e futuras relativas à saúde mental e à assistência psiquiátrica do Rio Grande do Sul. Os benefícios da criação do Departamento de Saúde Mental manifestam-se, concretamente, na expansão dos recursos assistenciais do Hospital São Pedro; na criação do Serviço de Doentes Mentais Agudos; no florescimento de vocações psiquiátricas entre jovens médicos; na intensiva contribuição que está prestando ao

ensino da psiquiatria, consolidado, agora, por um Convênio com a Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul, em estudos relativos às necessidades assistenciais básicas das diversas regiões do Estado, como medida prévia a um planejamento global.

O problema mais importante, estatístico, médica e socialmente, é constituído pela grande massa de doentes agudos e recuperáveis que transitam todos os anos pelo Hospital São Pedro. Em 1960, apenas 25% desses doentes tiveram alta, curados. Entre 78% de altas, 53% foram concedidas em condições precárias. O Serviço de Doentes Mentais Agudos destina-se exclusivamente à assistência dessa população transitante de enfermos buscando obter por ela a maior percentagem de curas cientificamente possível. Não há dúvida que a utilização das novas áreas pavilhonares para a criação desse Serviço foi a maior realização do Departamento de Saúde Mental em 1960. Apesar de todas as dificuldades o rendimento assistencial do Hospital São Pedro foi elevadíssimo. Tiveram assistência hospitalar 10.503 doentes, dos quais 1.707 receberam alta, curados, 1.997 melhorados e 1.430 alta experimental. Em assistência ambulatoria foram tratados mais 6.133 doentes. O Serviço de Toxicômanos, apesar da exigüidade extrema das suas instalações, atendeu a 1.976 doentes dos quais 1.927 tiveram alta desintoxicados. O Serviço Social Psiquiátrico trabalhou um total de 1.682 casos. O Serviço de Clínica Médica assistiu 1.278 pacientes e realizou 12.924 exames somáticos de ingressos. O Serviço de Clínica Cirúrgica tratou de 249 pacientes, efetuou 34 grandes intervenções e 118 pequenas intervenções e 32.215 curativos. A Clínica Tisiológica atendeu a 510 doentes e deu alta, por cura, a 299. A Clínica Oftalmológica realizou 5.998 exames e a Clínica Otorrinolaringológica a 1.212. Foram efetuadas 4.674 radiografias. A Clínica Odontológica atendeu a 2.175 doentes e realizou 4.251 trabalhos dentários. O Laboratório procedeu a 17.139 exames. Foram aviadas durante o ano 100.140 fórmulas e fabricadas 129.770 ampolas medicamentosas. Desde novembro de 1960 funcionam o Serviço de Admissão e o Plantão Médico Permanentes, diário e ininterruptamente, dia e noite.

2.B.4 Reforma e reequipamento do Hospital Sanatório Partenon. Dado o grande desgaste do material que compunha a cozinha do Sanatório foi necessário executar reparos que se faziam urgentes e inadiáveis em suas instalações. Para tal, foi aberto um crédito especial pelo Decreto n.º 10.472, de 15.5.60, no valor de Cr\$ 1.000.000,00, e os reparos foram executados. Entretanto, ficou constatado logo após, que tais reparos não permitiam que esse serviço auxiliar do Sanatório tivesse a capacidade e eficiência que dele se exigia. Foi aberto, então, novo crédito especial, pelo Decreto n.º 11.933, de 23.12.60, no montante de Cr\$ 3.500.000,00, pela verba do plano de obras para a aquisição de uma cozinha nova que já se encontra em fase de instalação, dependendo, unicamente, de medidas de ordem administrativa para que tal se verifique. Obras de recuperação levadas a efeito, permitiram o aumento da capacidade hospitalar para mais 147 leitos. Procedeu-se à instalação de um banco de sangue e à montagem de um laboratório de hipodermoterapia, fato que permite uma economia mensal da ordem de, aproximadamente, Cr\$ 200.000,00. Foi, ainda, instalado um bloco cirúrgico, com duas salas para cirurgia e um setor de recuperação pós-operatória para 15 doentes, dispendendo-se, em provisionamento de material cirúrgico, Cr\$ 2.000.000,00.

2.B.5 **Campanha contra a Toxicose.** Pelos Decretos n.ºs. 11.144 e 11.750, de 15.2.60 e 29.10.60, respectivamente, foram concedidas verbas num montante de 2 milhões de cruzeiros, eis que cada crédito foi de Cr\$ 1.000.000,00. Esses recursos foram requeridos para atender as despesas com as duas Campanhas de Combate à Toxicose, levadas a efeito pelo Departamento da Criança em, respectivamente, 15.1.60 a 15.3.60 e de 15.12.60 a 28.2.61. Essas Campanhas foram encetadas baseadas nos estudos do Departamento da Criança sobre as causas de maior incidência da mortalidade infantil nos meses de verão. Como se tratavam de planos de emergência, era evidente a necessidade de pessoal técnico e medicamentos acima dos recursos normais do Departamento da Criança. Pelos recursos concedidos pelo Governo do Estado, através do Decreto n.º 11.144, de 12.5.60, foi realizada a primeira Campanha de Combate à Toxicose, tendo sido instalados 4 Postos de Rehidratação, localizados nos 3 Centros de Saúde da Capital e no Posto de Puericultura de Sarandí (cedido pela L.B.A. para tal fim). No verão 60-61 foi aberto novo crédito de Cr\$ 1.000.000,00 pelo Decreto n.º 11.750, de 20.10.60, tendo sido instalados 8 Postos de Rehidratação, localizados nos 4 Postos de Puericultura da L.B.A. (Sarandí, Bananeiras, Passo das Pedras e Vila Ipiranga), nos 3 Centros de Saúde da Capital e, por último, no sub-pôsto da Tristeza. Os resultados dessa Campanha foram os seguintes: N.º de consultas 22.500; n.º de crianças encaminhadas a hospitais 184; n.º de óbitos de crianças em tratamento em postos 8; n.º de óbitos de crianças em tratamento em hospitais 23; n.º de visitas domiciliares 6.989.

2.B.6 **Combate ao Culex.** Para o Combate ao Culex, foram concedidos pelo Governo do Estado créditos no montante total de Cr\$ 59.000.000,00, consoante os decretos n.ºs. 10.363, 10.506, 10.596, 11.143, 11.246, 11.406, 11.636 e 11.923.

Com os recursos constantes dos créditos acima especificados, foi possível a contratação de trezentos (300) trabalhadores, para as atividades de lançamento e execução inicial da campanha, bem como a adoção de uma série de medidas complementares, tomadas durante o seu desenvolvimento.

Entre despesas de maior vulto, ainda a custa dos créditos em referência, são para destacar a aquisição e consumo de 61.000 litros de gasolina, 28.000 quilos de B.N.C., 405.000 litros de óleo Diesel e 2.200 uniformes, bem como a aquisição de três (3) viaturas (uma camioneta, um caminhão e um jeep).

Entre despesas de menor vulto, vale citar as decorrentes de reforma de viaturas da campanha, reforma do Pavilhão da Campal (sua sede, no Partenon), bem como a aquisição de instrumentos de trabalho, tais como, almofólias, ancinhos, enxadas, pás, picaretas, garfos, facões de mato, botas de borracha e diversas outras ferramentas próprias deste tipo de trabalho.

Com a dinamização do Serviço, face aos recursos em aprêço, foi possível a obtenção de resultados assás expressivos, conforme se observa na síntese estatística a seguir: N.º de visitas em prédios 2.502.776; n.º de visitas em depósitos d'água 17.295.457; valas limpas e tratadas (metro linear) 7.745.491; área predial dedetizada (m²) 92.565; bocas de lobo inspecionadas 237.799; n.º de focos eliminados 58.194.

2.B.7 Serviço médico volante da zona litorânea. (Pinhal a Tôrres). Através do Decreto n.º 11.322, de 9.5.60, foi aberto crédito no montante de Cr\$ 1.500.000,00 para o Serviço Médico Volante da Zona Litorânea, destinado ao pagamento do pessoal de postos de puericultura e serviços médicos desenvolvidos naquela área do Estado.

De acôrdo com o convênio que a Secretaria da Saúde assinou com a Legião Brasileira de Assistência, ficou aquela com a obrigação de fornecer o pessoal técnico dos 4 Postos de Puericultura de Pôrto Alegre e do Pôsto Volante de Puericultura, também pertencente à L.B.A.

Como o Departamento da Criança não possuía pessoal suficiente em seus quadros, foi preciso contratar novos técnicos e, conseqüentemente, solicitar verbas para poder atender às exigências contratuais.

O Serviço Médico Volante da Zona Litorânea atende às praias do Pinhal, Cidreira, Tramandaí (sede), Rainha do Mar, Capão da Canoa, Arroio Teixeira e Arroio do Sal, tendo um movimento mensal médio de 400 consultas de março a dezembro e de mais ou menos 1.000 consultas nos meses de janeiro a fevereiro.

2.B.9 Produção de vacinas no Instituto de Pesquisas Biológicas. Visando resolver um dos problemas da mais alta importância para a saúde pública do Rio Grande do Sul, o Instituto de Pesquisas Biológicas procurou produzir a vacina antivariólica liofilizada para os diversos serviços da Secretaria da Saúde. Os créditos concedidos no ano de 1959, num montante de Cr\$ 900.000,00, consoante decretos n.ºs. 10.653 e 10.897, serviram para a realização de todo o trabalho de experimentação, bem como para a aquisição de determinados aparelhos que se faziam indispensáveis, como máquinas de encher e fechar frascos, máquinas de cravar tampas metálicas, bomba de alto vácuo para liofilização, etc. O crédito aberto no ano de 1960, pelo decreto n.º 11.596, num total de Cr\$ 800.000,00, serviu para aquisição de matéria prima (ovos selecionados), material de acondicionamento e embalagem (frascos, tampas, rótulos, caixas, etc.), bem como alguns aparelhos que ainda se faziam necessários como aquele para dosar a umidade no produto liofilizado. A concessão desses três créditos, permitiu que, a partir de maio de 1960, o Instituto de Pesquisas Biológicas, como pioneiro no Brasil, iniciasse a produção de vacina antivariólica liofilizada em escala industrial, tendo, nesse ano, produzido 1.100.000 doses, que foram distribuídas a tôdas as unidades sanitárias do Estado, tendo sido enviadas ainda 200.000 doses aos Estados do Ceará e Piauí, durante a catástrofe de Orós e mais 200.000 ao Ministério da Saúde, para distribuição a outras unidades da Federação. Ademais, o Instituto prosseguiu em seus trabalhos de rotina e pesquisas, cuja produção poderá ser avaliada nos seguintes números: Exames de sangue 85.390; Análises clínicas diversas 16.197; Exames de alimentos 6.566; Outros exames 5.748; Exames de água 3.011; Exames realizados no Laboratório Regional de Pelotas 27.710, totalizando 144.612 análises. Além do número de vacina antivariólica já referida — 1.100.000 doses — êste Instituto preparou mais os seguintes produtos biológicos: Vacina antitífica 424.020; Vacina antirábica 78.300; Vacina BCG 249.935; Outros produtos biológicos 31.700, no total, pois, de 783.955 doses. Tal como aconteceu com a vacina antivariólica, 120.000 doses de vacina antitífica foram enviadas para outros Estados da Federação (Ceará e Santa Catarina). Entre os trabalhos de pesquisa e experimentação

executados no Instituto, durante o ano de 1960, merecem um destaque especial os seguintes: Cultura do vírus vacínico em células de rim de coelho e de embrião de pinto, visando sua utilização como fonte de produção de vacina antivariólica; Estudo bacteriológico sobre a frequência de estafilococos patogênicos nas crianças das maternidades de Porto Alegre, tendo em vista o aumento crescente das infecções estafilocócicas, especialmente entre crianças; Estudos de novos métodos de pesquisa de corantes e conservantes em alimentos, em virtude da importância que estes elementos representam na epidemiologia do câncer.

2.B.10 Contribuição a Hospitais Particulares. O Governo do Estado, tendo em vista o angustiante problema da assistência hospitalar do Estado e conhecendo a situação das entidades assistenciais no sentido de proverem os meios para um atendimento correto dos enfermos pobres, destinou recursos para que fossem distribuídos a determinados hospitais que mais necessitassem, de maneira a possibilitar um maior atendimento de doente indigentes.

Nesse sentido, foram abertos, em 1959, créditos especiais pela verba do Plano de Obras, no montante de Cr\$ 4.830.000,00 para minorar a situação de alguns nosocômios. Em 1960, procurando dar uma assistência mais ampla e efetiva, o Poder Executivo determinou a abertura de créditos especiais, também pela verba do Plano de Obras, num montante de Cr\$ 56.580.000,00.

Por esta verba foram contemplados 60 hospitais com aproximadamente 700 leitos gratuitos, que forneceram um total aproximado de 253 mil diárias leito.

2.B.11 Aparelhagem e equipamento do Instituto de Pesquisas Biológicas. No dia 29 de outubro de 1960, a Secretaria das Obras Públicas fazia entrega, à Secretaria da Saúde, do novo prédio do Instituto de Pesquisas Biológicas.

O crédito especial aberto pelo decreto n.º 11.682, de 3.10.60, no valor de Cr\$ 600 000,00, serviu para compra de móveis, instalação para biblioteca, aquisição e conserto de refrigeradores e outros aparelhos, de modo a permitir que, a partir de 19 de dezembro de 1960, o Instituto de Pesquisas Biológicas passasse a funcionar em suas novas instalações.

2.B.12 Centro de Saúde de Santo Antônio. Com os créditos concedidos pelos decretos n.ºs. 11.245 e 11.421, no total de Cr\$ 1.670.000,00, foram continuadas as obras, até sua conclusão, da Unidade Sanitária sediada em Santo Antônio. A construção ocupa uma área de 340 m², em dois pavimentos, de planejamento moderno, concedida especialmente para a atividade funcional de Unidade Sanitária. A mudança para o novo prédio deverá ocorrer em meados de 1961.

2.B.13 Construção de 4 Postos de Puericultura. Pelos Decretos n.ºs. 10.617, de 18.7.59, e 11.171, de 24.2.60, foram abertos créditos de Cr\$ 3.500.000,00 e Cr\$ 250.000,00, destinados à construção e equipamento de 4 Postos de Puericultura, em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência. Em 1959 a Legião Brasileira de Assistência estudou e planejou a cons-

trução de 4 Postos de Puericultura em Pôrto Alegre. O Governo do Estado, sabedor da iniciativa que vinha, inclusive, ao encontro do seu programa, resolveu conceder àquela Instituição a importância de Cr\$ 3.500.000,00 para construção e Cr\$ 250.000,00 para instalação, a título de colaboração do Estado. Os Postos foram construídos pela L.B.A., com plantas traçadas pela Secção de Engenharia Sanitária, de acôrdo com as especificações técnicas fornecidas pela Comissão Estadual da L.B.A., tendo a construção ultrapassado a cifra de Cr\$ 4.200.000,00.

Os Postos de Puericultura da L.B.A. encontram-se localizados nas seguintes zonas: Pôrto de Puericultura "Dr. João Goulart" — Vila Sarandi; Pôrto de Puericultura Vila Ipiranga — Vila Ipiranga; Pôrto de Puericultura Passo das Pedras — Passo das Pedras.

O primeiro atende a vasta área compreendida entre Cachoeirinha e o Hospital Cristo Redentor, sito à Av. Plínio Brasil Milano; o segundo abrange a população das Vilas João Pessoa, São José, "Coréia", Batista Xavier, etc. ao longo da Av. Bento Gonçalves, até a rua Barão do Amazonas; o Terceiro atende à população residente na Vila do mesmo nome; o quarto atende à população residente no Passo das Pedras e parte do Passo do Feijó. No total, êsses Postos atendem a uma população superior a 150.000 habitantes. As áreas de construção dos quatro Postos de Puericultura são as seguintes: Sarandi 197 m²; Bananeiras 197 m²; Passo das Pedras 140,5 m²; Vila Ipiranga 140,5 m², no total de 675 m².

Face ao baixo nível sócio-econômico das populações residentes dentro das áreas de influência dos Postos e ao critério adotado para o funcionamento dos mesmos, de entrosamento perfeito entre os serviços médicos (higiene pré-natal, infantil, pré-escolar e escolar) e os serviços sociais (lactário sêco, agência de serviço social e clubes de mães), ambos situados no mesmo prédio, valiosa será a contribuição.

2.B.15 Centro de Saúde de Soledade.

Características do projeto

Área coberta — 284 m²

N.º de pisos — um

Orçamento — Cr\$ 2.020.320,00

Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — 1955. Fundações e alvenaria de tijolos.
Despesas realizadas até 31.1.59 — Cr\$ 400.000,00.

Obras executadas em 1959

Nenhuma.

Despesas realizadas — Nenhuma.

Obras executadas em 1960

Modificações das alvenarias e telhado.

Despesas empenhadas — Cr\$ 1.932.0000,00.

Conclusão das obras

Junho de 1961.

2.B.16 Centro de Saúde de Antônio Prado.

Características do projeto

Área coberta — 273 m²

N.º de pisos — dois

Orçamento — Cr\$ 2.734.411,00

Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — 1958. Fundações, paredes do porão, laje de entrepiso e tubulações elétricas correspondentes, parede do térreo até 64 cms. de altura, aterros e tacos de madeira, para fixação de esquadrias.

Despesas realizadas — Cr\$ 500.000,00.

Obras executadas em 1959

Nenhuma.

Despesas realizadas — Nenhuma.

Obras executadas em 1960

Conclusão das alvenarias e da laje do pavimento térreo.

Despesas empenhadas — Cr\$ 2.734.411,00.

Conclusão das obras

Outubro de 1961.

2.B.17 Centro de Saúde de São Jerônimo.

Características do projeto

Área coberta — 422 m²

N.º de pisos — Um

Orçamento — Cr\$ 2.222.000,00

Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — 1955. Fundações e paredes

Despesas realizadas até 31.1.59 — Cr\$ 400.000,00.

Obras executadas em 1959

Nenhuma.

Despesas realizadas — Nenhuma.

Obras executadas em 1960

Alvenarias e madeiramento do telhado. Laje de cobertura. Canalização da instalação elétrica.

Despesas empenhadas — Cr\$ 2.268.800,00.

Conclusão das obras

Maio de 1961.

2.B.18 Centro de Saúde de Itaquí.

Características do projeto

Área coberta — 402 m²

N.º de pisos — dois

Orçamento — Cr\$ 2.871.225,00

Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — 1958. Fundações, contrapiso de concreto, paredes do térreo, laje do fôrro do térreo (parcial), tubulações elétricas na laje.

Despesas realizadas — Cr\$ 500.000,00.

Obras executadas em 1959

Nenhuma.

Despesas realizadas — Nenhuma.

Obras executadas em 1960

Alvenaria em geral, inclusive rebôco; telhado.

Despesas empenhadas — Cr\$ 2.931.000,00.

Conclusão das obras

Agosto de 1961.

Despesas complementares — Cr\$ 300.000,00.

2.B.43 Balneário "Vicente Dutra" em Frederico Westphalen.

Características do projeto

Construção de 3 pavimentos, abrigando dependências para banhos comuns, especiais, serviço de administração e ambiente social. Área total — 4.280 m². Custo provável da edificação — Cr\$ 63.200.000,00.

Início das obras — Dezembro de 1958.

Obras executadas até 31.1.59

Início das fundações.

Despesas realizadas até 31.1.59 — Cr\$ 284.578,90.

Obras executadas em 1959

Fundações, bloco e vigas da 1.^a etapa, em concreto armado.
Despesas realizadas em 1959 — Cr\$ 2.291.382,00.

Obras executadas em 1960

Nenhuma.

Despesas empenhadas — Cr\$ 22.500,00.

Observação

Obra paralizada.

2.B.45 Instituto Médico Legal.

Características do projeto

Área coberta — 2.300 m²

N.º de pisos — quatro

Orçamento — Cr\$ 30.000.000,00

Obras executadas até 31.1.59

Início das obras — Janeiro de 1958. Fundações, estrutura e alvenaria do térreo e 1.º pavimento; estrutura de concreto armado do anfiteatro.

Despesas realizadas — Cr\$ 5.795.204,90.

Obras executadas em 1959

Nenhuma.

Despesas realizadas — Cr\$ 5.638,90.

Obras executadas em 1960

Nenhuma.

Despesas realizadas — Cr\$ 39,90.

Observação

Obra paralizada.

POLÍTICA AGRÁRIA E PRODUÇÃO AGRO-PASTORIL

4 — POLÍTICA AGRÁRIA E PRODUÇÃO AGROPASTORIL

Projeto 4.A.1 Legitimação de terras. Por constituir problema de interesse para uma região inteira e por ter significação para a própria economia do Estado, o problema da legitimação de terras devolutas, ocupadas por agricultores, constituiu uma preocupação central da atual administração, desde seu início. Inicialmente, é de registrar-se que, em 1960, foram demarcações pela Secretaria da Agricultura 1.081 lotes rurais, enquanto este Governo prolatou 2.357 sentenças, abrangendo uma área de 40.237,87 hectares. Por outro lado, as Inspetorias de Terras procederam a mais de 7.250 vistorias locais.

No que se refere à expedição de títulos, registrou-se, em 31.12.60, o número de 5.541, no atual período governamental. Este trabalho levou àquele número de famílias a segurança de possuírem, de direito, a terra que há vários anos vêm cultivando e cuja área compreende milhares e milhares de hectares. Para 1961, em continuação deste trabalho, espera-se resultados ainda maiores, principalmente em decorrência de um reforço de verbas e do concurso de agrimensores formados no curso instituído pela Secretaria da Agricultura. Tais profissionais constituem os elementos indispensáveis para praticamente toda a atividade neste setor, sendo de notar-se que inexiste o número suficiente para atender à demanda. Intimamente relacionadas com a legitimação de terras, estão as atividades de construção de obras de arte, viação de rodagem e arrecadação da dívida colonial. Foi dispendida expressiva importância, entre locação e conservação de estradas, as quais fogem ao Plano Rodoviário do Estado e cujo atendimento não está ao alcance dos municípios e foram construídas, ainda, pontes, pontilhões e bueiros. A arrecadação da dívida de concessionários de lotes atingiu a quantia de Cr\$ 25.095.000,00, contra uma média de Cr\$ 10.071.000,00, obtida nos três anos anteriores.

Projeto 4.B.3 Curso Agropecuário. Anunciado, em setembro de 1959, o propósito de ser realizado o Primeiro Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, um ano após foi possível expor os resultados gerais a que chegou esta iniciativa, concluída num tempo relativamente curto. Desde o início do presente período governamental, foi constatado que, para a elaboração de planos de trabalho, não só os estritamente ligados à Secretaria da Agricultura, mas, como também, a outros setores, carecia o Poder Público de dados reais sobre a situação da agropecuária riograndense. Haviam, a respeito, opiniões as mais contraditórias. Uma, por exemplo, estimando a população bovina em mais de 10.000.000 de cabeças. Outras afirmando que a mesma não alcançava a 3.000.000. Sem a existência de dados estatísticos, é compreensível que houvessem dificuldades e incertezas na elaboração e execução das diferentes atividades no setor pecuário. Daí a iniciativa tomada pela Pasta Agrícola, que contou com a participação ativa das Secretarias da Economia e

Administração, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dos órgãos da calssse rural, sendo de realçar o trabalho eficiente da Comissão Especial. A seguir e a título ilustrativo, são relacionados alguns dados colhidos pelo censo agropecuário, sendo de notar que já existe uma diferença em decorrência da produção: bovinos 9.133.650; ovinos 9.330.010; suínos 5.258.060; equinos 1.004.880.

Levantou-se vários outros aspectos, como a constituição do rebanho bovino, por sexo e idade, o abate para consumo próprio, número de criadores que criam as diferentes raças.

Programa 4.B.4 Campanha da Produtividade Agrícola. Esta iniciativa, característica do atual Governo, prosseguiu durante o exercício de 1960, apresentando os melhores resultados. Inúmeras reuniões entre técnicos, autoridades, agricultores e criadores, foram realizadas pela Secretaria da Agricultura em diferentes municípios do Estado. Dezenas de conferências foram então proferidas, sendo debatidos os mais diferentes problemas. Proporcionou-se um contato cada vez mais efetivo entre os técnicos e os produtores. Levou-se àqueles os ensinamentos que a ciência agrícola vem determinando, no sentido de melhor aproveitamento da terra. Cerca de 90.000 publicações, entre manuais, folhetos, boletins e informes, foram distribuídas, levando, também, a orientação aos produtores riograndense, juntamente com a exibição de filmes agrícolas e dezenas de conferências radiofônicas e artigos na imprensa. Tudo dentro do objetivo central da Campanha da Produtividade Agrícola, que é o de aumentar e melhorar a produção riograndense, com base no binômio "homem-terra". Entretanto, a Campanha da Produtividade Agrícola preside, por assim dizer, tôda a atividade da Secretaria da Agricultura. Ela compreende, desde os esforços para a obtenção de variedades novas de sementes até a divulgação de métodos racionais de exploração da terra, e a própria atividade de cada um dos técnicos riograndenses. Seguindo êsse espírito, várias medidas foram determinadas, no sentido de que as Estações Experimentais e os Postos Zootécnicos da Secretaria da Agricultura incentivassem seus trabalhos de pesquisa, experimentação e melhoramento, dentro dos planos que estão sendo elaborados e que visem dar continuidade aos trabalhos daquela Pasta, presidida por uma orientação geral, que situa a posição do Órgão Técnico frente aos mais importantes problemas agropecuários do Estado.

Projeto 4.B.5 Aquisição de máquinas agrícolas. No relatório anterior foi frisado, com relação a veículos e equipamentos, que "dificilmente poderíamos ter encontrado a Secretaria da Agricultura em pior situação". Realmente, os estabelecimentos experimentais encontravam-se com carência absoluta de equipamento necessário ao seu trabalho.

Objetivando corrigir essa anomalia, foi acelerado o processo de importação de máquinas agrícolas e no corrente exercício, já foram recebidas as primeiras unidades de tratores, colheitadeiras e outras máquinas, que foram e estão sendo encaminhadas para as Estações Experimentais, Postos Zootécnicos, e outros estabelecimentos, em número de 23, como parte de uma série de medidas que visa dotar tais estabelecimentos de condições mínimas, para bem cumprirem suas importantes tarefas.

Espera-se que em 1961, com a execução de uma série de programas específicos, a serem iniciados, o atual Governo possa registrar uma contribuição de grandes proporções, talvez a maior de tôdas até hoje levadas a efeito.

no sentido de colocar as unidades experimentais da Agricultura em condições de igualdade com o normalmente exigido, para o bom desempenho dos trabalhos de pesquisa, experimentação e melhoramento.

Projeto 4.B.6 Aquisição de veículos para a Secretaria da Agricultura. Com exceções de pequena monta, há mais de sete anos não eram adquiridos veículos para os técnicos da Pasta Agrícola. Logo, é compreensível que o material rodante se encontrasse em péssimas condições, representando um fator limitante de trabalho. Acresce registrar que várias dezenas de técnicos não dispunham de condução alguma.

Com a inversão de Cr\$ 30.000.000,00, correspondentes ao crédito especial aberto pelo Decreto n.º 11.490, de 2.8.1960, e com o aproveitamento de recursos originários de convênios e acórdos, mantidos entre a Secretaria da Agricultura e órgãos federais, foi possível a aquisição de cerca de 60 veículos, que constituiu a execução da primeira etapa do presente projeto, esperando-se, para o próximo ano, uma substancial destinação de recursos para esse fim. Então, será possível colocar o parque de veículos da Secretaria da Agricultura em condições satisfatórias, com o que aumentará consideravelmente o rendimento dos serviços técnicos.

Programa 4.B.7 Funcionamento de cursos teóricos-práticos. A Secretaria da Agricultura mantém diversos cursos práticos, ministrados em diferentes estabelecimentos, que visam, fundamentalmente, elevar o grau dos conhecimentos daqueles que já exercem suas atividades no meio rural. Tais cursos são: laticínios, suinocultura, ovinocultura, forragicultura, aradores-tratoristas, viveiristas e agrimensura.

Para a sua manutenção, abriu-se o crédito especial de Cr\$ 6.800.000,00, graças ao qual foi possível colocar em boas condições de funcionamento, os cursos acima, até então desaparelhados e sem dotações próprias.

Por outro lado, foi criado o Curso Teórico-Prático de Agrimensura, pelo qual formou-se a primeira turma, constituída de nove alunos. Esta iniciativa revestiu-se de grande importância, tendo-se presente a carência de agrimensores e, conseqüentemente, a dificuldade daí decorrente de maior aceleramento dos trabalhos de discriminação e legitimação de terras, afetos a Pasta Agrícola.

A meta a ser alcançada em 1962 compreende uma matrícula de mil alunos nos referidos cursos, objetivo este que no presente, foi alcançado em mais de um terço, pois passaram pela Secretaria da Agricultura trezentos e sessenta e cinco alunos, alguns dos quais vindos de outros Estados da Federação, o que bem demonstra a importância prática desse serviço.

Além do número acima referido, deve-se anotar que mais de uma centena de funcionários e particulares freqüentaram, com proveito, o Curso de Introdução à Publicidade Agrícola e Geral, realizado na Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, sob o patrocínio da Secretaria da Agricultura, pelo seu órgão especializado, Secção de Informações e Publicidade Agrícola.

Projeto 4.B.9 Rede estadual de estações meteorológicas. E' questão pacífica que o órgão técnico deve tomar uma série de providências no sentido de estabelecer o zoneamento da produção agrícola. Naturalmente, trata-se de um programa de demorada execução, compreendendo uma série de medi-

das preliminares. Entre estas, está em lugar de destaque a instalação de Estações Meteorológicas, em diferentes pontos do Estado, a fim de realizar estudos ecológicos juntamente com os referentes ao solo. Daí surgirão as determinações das condições de clima para a indicação da viabilidade das culturas em diferentes regiões.

Nesse sentido, foram tomadas várias medidas que implicarão em passar de sete para vinte e quatro o número dessas unidades. No corrente exercício, estão sendo instaladas as primeiras das dezessete previstas até 1962, inclusive as que serão doadas pelo Governo da Alemanha Ocidental.

Projeto 4.B.10 **Um técnico para cada município.** Todo o trabalho de assistência e fomento da Secretaria da Agricultura tem como condição básica o seu quadro técnico. Sem o Veterinário, o Agrônomo, o Zootecnista ou o Técnico Rural, não será possível levar aos produtores os ensinamentos técnicos, a fim de aumentar e melhorar a produção agropastoril. Este objetivo será alcançado tão depressa quanto fôr o número de agentes atuando nos municípios e distritos. Um mínimo indispensável seria a existência de um Agrônomo e um Veterinário em cada uma das 152 comunas riograndenses. No entanto, por diversas razões entre as quais predomina o pequeno número desses profissionais que anualmente se forma, várias dezenas de municípios não dispõem de um elemento sequer. Daí porque, tem sido preocupação constante atingir aquêle índice mínimo acima aludido. Só então haverá uma estrutura capaz de realizar um amplo plano de fomento e assistência agropecuária. Quando, em fevereiro de 1959, iniciou-se a atual administração, existiam setenta e um municípios com técnicos permanentes. Ao término desse exercício, em que pese ser ainda precária a cobertura que deseja se dar ao Rio Grande do Sul, já pode se contar com noventa e um municípios assistidos por profissionais ali sediados. Além disto, outros técnicos foram designados para municípios que, embora contando anteriormente com Agrônomo ou Veterinário, necessitavam de um ou de outro para a execução de determinados programas. Para 1961, espera a Administração designar profissional de agronomia ou de veterinária para um mínimo de vinte e cinco municípios, com o que restarão trinta e seis comunas que em 1963, deverão possivelmente contar com um profissional, no mínimo. Alcançada esta meta, terá o atual Governo contribuído, de maneira acentuada, para a maior racionalização da produção riograndense, através de uma assistência mais direta e mais ampla ao rurícola.

Programa 4.B.11 **Produção de sementes e mudas.** Embora os órgãos técnicos tenham contado apenas com os recursos orçamentários, completamente insuficientes, o trabalho de produção de sementes e mudas apresentou resultados superiores aos exercícios passados. No tocante à experimentação, condição preliminar, desenvolveram-se trabalhos em todas as estações experimentais, bem como de melhoramento, que abrangeram trigo, milho, batatinha, cebola, soja, feijão, linho e outras culturas, bem como os relacionados com culturas perenes, tais como citrus, rosáceas, videira, oliveira e essências florestais. Muitos desses trabalhos apresentaram progressos sensíveis, como é o caso da soja **pioneira** que, provindo de um cruzamento feito em 1947, foi realizado este ano com características botânicas e agrícolas de grande expressão, especialmente pela sua precocidade, de sorte a facilitar os trabalhos de rotação com outras culturas, particularmente com o trigo. Estes trabalhos que, em 1961, contarão com recursos provindos de crédito aberto em 29.12.60,

no valor de Cr\$ 30.000.000,00, além de outras dotações, terão extraordinário impulso e haverão, por certo, de caracterizar uma fase de intenso labor no setor da pesquisa.

No que se refere à produção, com a qual a Secretaria vem realizando serviços de fomento de relevante importância, registrou-se uma distribuição, entre enxertos, enraizados, garfos, bacelos, berbulhas, estacas e mudas, de 415.079 unidades, suplantando esse total o do exercício de 1959, em 68.883, e o de 1958 em 104.251 unidades. A esses dados devem acrescentar-se, ainda 32.046 mudas de árvores e 911.827 de essências florestais e ornamentais. E' de somar-se, ainda o fornecimento de 2.728.740 quilos de sementes, certificadas e de emergência, entre as quais se destacaram, pelo volume, as de trigo, soja e batatinha.

Programa 4.B.14 Plano Agropecuário de Emergência. Devido às cheias que assolaram o Rio Grande do Sul, no primeiro semestre de 1959, causando prejuízos avultadíssimos, entre os quais uma perda calculada em 2.500.000 cabeças de ovinos, foi elaborado, naquela ocasião, um Plano de Emergência, destinado a debelar os efeitos da calamidade.

Após sucessivas demarches junto aos órgãos federais, notadamente o Ministério da Agricultura, foi conseguida a aprovação do referido Plano, no valor de Cr\$ 180.000.000,00, do qual Cr\$ 50.000.000,00 foram recebidos em princípios de 1960, sendo destinados primeiramente às operações de compra e revenda de sementes de trigo. E, somente em dezembro corrente, foi possível obter a liberação do saldo, junto aos órgãos fazendários da União, cuja aplicação será iniciada nos primeiros dias de 1961.

A movimentação da verba de Cr\$ 130.000.000,00, proveniente do referido Plano, terá, sem dúvida, o melhor reflexo para a produção agropecuária do Estado. Vários setores serão atacados, levando-se a eles uma expressiva contribuição financeira, que, aliada aos demais planos em elaboração e cujas despesas deverão ser custeadas pela Taxa de Desenvolvimento Agrícola, representará uma contribuição decisiva para a solução de diversos problemas e o aceleração dos serviços em andamento.

Prevê-se, no setor animal, desde a importação de sêmen congelado, para o melhoramento dos plantéis de pecuária leiteira e de corte, até a multiplicação e revenda de sementes forrageiras, bem como a importação de animais de alta linhagem, com a finalidade de melhorar o índice zootécnico dos plantéis oficiais e, conseqüentemente aumentar a produção de reprodutores que posteriormente serão postos à venda.

Neste setor, também, está prevista a destinação de recursos para os setores da Avicultura e Suinocultura, que estão a merecer deste Governo a atenção especial, pois representam atividade própria de milhares e milhares de famílias, e um dos setores mais importantes da economia gaúcha.

No campo vegetal, estão previstas verbas consideráveis para a execução de programas relativos a arroz, milho, batatinha, fruticultura e outras culturas. Pesquisa, fomento e defesa sanitária vegetal, terão suas parcelas dentro dos recursos gerais, de sorte a dinamizar seus serviços e proporcionar maior assistência ao produtor agrícola.

Programa 4.C.1 Expansão da Cultura da Soja. Partindo de 60.000 toneladas em 1950, para mais de 200.000 em 1959, e com a previsão ainda superior para a próxima safra, a cultura da soja vem adquirindo cada vez mais permanência entre as culturas anuais, não só pelo seu aspecto econômico como

também pelo seu valor de ordem agronômica. Ocupando, no corrente ano, uma área estimada em 240.000 hectares, com uma lavoura concentrada, principalmente, no Alto Uruguai, e nas Missões, sua expansão para outras regiões é aconselhável e possível. A Secretaria da Agricultura vem intensificando os trabalhos de experimentação e fomento dessa leguminosa, particularmente nas estações de Veranópolis, Encruzilhada do Sul e Júlio de Castilhos.

A atual Administração julgando, entretanto, que tais trabalhos, em relação com a importância econômica da cultura e suas amplas possibilidades futuras, devem ser consideravelmente ampliados, elaborou um programa de expansão da soja, que, em linhas gerais, compreende:

- Intensificação nos trabalhos de introdução de novas variedades, procedentes de outros países, e hibridações artificiais visando novas criações que, ao lado de outras características agrícolas e industriais, apresentam boa adaptação às diversas regiões do Estado, resistência às moléstias e precocidade.
- Aceleração dos trabalhos de experimentação, envolvendo problemas de adaptação às diversas regiões do Estado, através de uma rede de ensaios.
- No setor de fomento: desenvolvimento, em alto grau, da produção de sementes básicas e certificadas, para distribuição às lavouras; divulgação de melhores práticas agrícolas, visando aumentar o seu rendimento e dar maior segurança às colheitas; bem como introdução da lavoura em zonas novas, previamente fixadas pelos técnicos como aconselháveis para a cultura dessa leguminosa.

No que se refere a este ano, além do lançamento da nova variedade, — Pioneira, — os trabalhos de assistência e fomento se desenvolveram em ritmo crescente, através de uma ampla divulgação, de reuniões com produtores, de fornecimento de sementes selecionadas e de combate às pragas e às moléstias.

Programa 4.C.3 Plano de Experimentação e Fomento da Cultura do Trigo. No início do corrente exercício, foi firmado um convênio com o Ministério da Agricultura, através da Comissão de Organização da Triticultura Nacional e Armazenamentos Gerais, pelo qual foi investida no Rio Grande do Sul a importância de Cr\$ 50.000.000,00, destinada a custear a aquisição e produção de sementes de trigo selecionadas, para revenda aos triticultores.

Graças a essa medida, foi possível à Pasta Agrícola participar ativamente da distribuição de sementes classificadas aos lavoureiros riograndenses, particularmente os pequenos triticultores que, não fora este serviço, em grande parte não teriam contado com sementes de qualidade. Foram distribuídas 48.411 sacas, além dos trabalhos desenvolvidos no sentido de facilitar aos triticultores a obtenção de tais sementes em fontes diferentes.

Posteriormente, foi elaborado um esquema de reinvestimento daquela importância para execução de um Plano de Produção e Multiplicação de Sementes, abrangendo três setores: produção de semente básica, fiscalização, certificação e financiamento ao produtor de sementes certificadas. Para tanto, várias medidas estão sendo tomadas, tais como aparelhamento das estações experimentais, das inspetorias de sementes e instalação de um laboratório de análises.

Paralelamente, vários outros trabalhos no setor de fomento e assistência foram executados, como o de combate a pragas e orientação sobre as melhores práticas culturais.

Estudo Genético do Trigo. Naturalmente esse trabalho, dada a alta importância da triticultura, está muito aquém do desejável. Presente esta realidade, o Governo encontra-se empenhado na execução de um plano que tenha como ponto essencial o Estudo Genético do Trigo, com o objetivo de lançar novas variedades. Esta medida se constitui em preliminar prejudicial da solução do problema trigo. Nesse sentido, várias providências foram efetivadas, sendo de ressaltar os entendimentos com autoridades italianas no campo da genética. Em consequência destas, visitaram o nosso Estado técnicos de renome internacional, que concluíram dispor o Estado de condições e de equipe técnica capaz de elevar o índice de produtividade para 2.000 kg por hectare, em contraposição ao máximo de 963 que, em 1959, baixou para 369. De outra parte, técnicos riograndenses apreciarão na Europa o que há de mais moderno neste setor e, na Itália, serão semeadas sementes riograndenses, enquanto aqui serão lançadas outras provenientes daquele País, num programa de intercâmbio científico.

Isto pôsto, foi elaborado um amplo plano genético para o trigo e encontram-se em fase final entendimentos com o Governo Federal, visando a assinatura de um convênio para inversão de Cr\$ 500.000.000,00 no Rio Grande do Sul, ficando o Governo Federal, por delegação, como executor do plano.

Constitui objeto essencial do referido plano, providências de ordem técnica que visem, dentro do menor tempo possível e gradativamente, atenuar ou afastar as causas que vêm obstaculizando a expansão da lavoura e o incremento da produção. Neste sentido a ação dos órgãos governamentais poderá ser assim sintetizada:

- a) intensificação dos trabalhos com vistas à obtenção de variedades resistentes à septeriose e à giberela que, ao lado da "ferrugem do colzo", se têm constituído em fator limitante da produção;
- b) intensificação da produção de sementes das variedades resistentes à ferrugem de colzo ainda pouco difundidas, bem como o aceleração dos trabalhos visando o lançamento de linhagens que têm evidenciado alguma resistência às principais moléstias;
- c) promoção da coleta e coordenação de elementos necessários ao zoneamento do Estado, com o estabelecimento de zonas preferenciais para o trigo;
- d) ampliação dos serviços de assistência e de fomento, visando a racionalização da lavoura em tôdas as suas fases;
- e) ampliação dos serviços de produção de sementes certificadas de modo a atender integralmente as necessidades da lavoura, inclusive através de organizações privadas e de economia mista;
- f) intensificação de intercâmbio técnico-científico entre órgãos governamentais e instituições especializadas de outros países produtores.

Para a execução desses objetivos, está previsto um elenco de realizações entre as quais o reaparelhamento dos órgãos de pesquisa, colocando-os em condições de trabalho as mais modernas, incluindo-se aí a construção de casas de vegetação com temperatura, luz e umidade reguláveis; instalação de laboratórios, câmaras de forçagem, bem como ampliação do serviço fitotécnico, reequipamento dos órgãos que realizam trabalho de campo, medidas de conservação do solo, estudos básicos dos solos e zoneamento para a lavoura tritícola.

Projeto 4.D.2 Importação de Reprodutores. Outra medida que se fazia urgente e indispensável, para o bom desempenho das finalidades dos Postos Zootécnicos, era a renovação dos seus plantéis.

Para tal fim, foi aberto o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, destinados à aquisição de reprodutores bovinos, ovinos e suínos, providência essa que se encontra em curso, já estando diversos reprodutores sendo encaminhados para os estabelecimentos da Secretaria. É o caso da primeira parcela de uma importação de suínos, representada por animais da raça Duroc-Jersey de alto valor zootécnico. Aquêles terão, fundamentalmente, o objetivo de constituírem centros produtores e distribuidores de animais de ótimas condições zootécnicas, a fim de que o Estado possa, de modo mais efetivo, contribuir para a melhoria racial dos rebanhos riograndenses.

Os estabelecimentos a serem contemplados com este programa são os Postos de Uruguaiana, Tupanciretã, Montenegro e Vacaria, e, inclusive, com a destinação de plantéis de raças até então inexistentes nos mesmos.

Projeto 4.D.3 Criação de mais 60 postos de inseminação artificial. Este Governo, através da Secretaria da Agricultura, vem preocupando-se intensamente com a expansão do Serviço de Inseminação Artificial, visto que esta prática constitui fator relevante para a maior eficiência da exploração pecuária, pois que, com despesas menores, possibilita o alcance de uma percentagem mais elevada do aumento vegetativo dos rebanhos, a par de seu mais rápido melhoramento zootécnico. Daí ter sido fixada a meta de instalação de sessenta novos postos de Inseminação Artificial, durante o atual Governo. Em 1960, foi conseguida a elevação do número dessas unidades, de quarenta e dois para setenta e três, faltando, assim, a criação de mais vinte e nove postos, nos próximos dois anos.

Por julgar-se ainda insuficiente essa medida, cujos resultados se farão sentir em breve, com grande intensidade, foi elaborado, pela primeira vez, um amplo Programa de Inseminação Artificial, no qual estão previstos: o aumento do número de inseminações, que atualmente se realizam no setor da pecuária, de leite; estender o serviço à pecuária de corte; desenvolver o ensino sobre a prática da inseminação artificial; estimular a criação de cooperativas de inseminação; adotar, como mais recomendável a realização de convênios com cooperativas de inseminação, associações rurais ou prefeituras municipais, para a realização desses serviços, cujo grande objetivo é acelerar o melhoramento do índice zootécnico dos rebanhos. Para tanto, uma série de medidas foram previstas, as quais serão, de imediato, concretizadas, graças à destinação de um crédito especial de Cr\$ 21.300.000,00, aberto em fins de dezembro corrente. Essas medidas compreendem: ensino; aquisição de reprodutores; importação de sêmen congelado; reaparelhamento do serviço central; importação de material técnico.

Programa 4.D.5 Expansão da Suinocultura. Constitui-se, a suinocultura, uma das principais riquezas do Estado, levando a atual administração a se preocupar constantemente com a sua melhoria e defesa sanitária.

No exercício em aprêço, êsses trabalhos foram consideravelmente incentivados, contribuindo para tanto a verba de Cr\$ 10.000.000,00, pela primeira vez constante no Orçamento Estadual. Sua aplicação cingiu-se ao aparelhamento do serviço técnico respectivo, ampliação das instalações da suinocultura nos diferentes estabelecimentos oficiais, na aquisição de reprodutores e o aumento considerável de criações em colaboração, além

dos trabalhos de orientação e assistência levados a um grande número de criadores.

No que se refere ao Sistema de Criação em Colaboração, foi imprimido um ritmo muito maior de trabalho, que se traduz na distribuição de duzentos e sessenta e oito criações, contra vinte e cinco em 1959, treze em 1958, sete em 1957, e vinte e seis em 1956. Os animais distribuídos por êsse sistema vêm a se constituir em focos de melhoramento racial e de demonstração dos modernos métodos de manejo.

Por outro lado, o trabalho de controle da peste suína se processou normalmente, tendo sido imediatamente controlados os focos que surgiram em diferentes municípios. Paralelamente, a produção oficial de vacinas e sua aplicação de modo uniforme, se processou de forma a garantir as boas condições de resistência do rebanho.

Projeto 4.D.7 **Reaparelhamento do Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor"**. Este Instituto, o único oficial em funcionamento na região sul do País, vem desempenhando papel de grande envergadura, como preliminar de Serviço de Defesa Sanitária Animal que é realizado pela Secretaria da Agricultura.

Além do setor da pesquisa, mantém, êsse Instituto, uma Secção de Produção Industrial, onde, no último exercício, foram produzidas 7.613.720 doses de vacinas, preponderantemente as contra a febre aftosa, peste suína e ralva.

Suas instalações, no entanto, vinham se ressentindo de uma remodelação, que vai desde a instalação da rede elétrica, para substituir o atual sistema, por demais insuficiente e insustentável, até a construção de um biotério, além de outras medidas que deverão ser tomadas à proporção que se executar programas como o de Combate à Brucelose e à Febre Aftosa.

Para as providências de ordem geral, foi aberto um crédito de Cr\$ 5.500.000,00, em novembro último, e cuja utilização, já em andamento, vai permitir colocar aquêlê organismo em boas condições de trabalho.

EXPOSIÇÕES-FEIRAS

Com a assistência técnica da Secretaria da Agricultura, realizaram-se diversos certames, segundo o IV Plano de Exposições, aprovado pela Comissão respectiva, a qual vem de concluir, também, a elaboração do V Plano, destinado a regular a efetivação de exposições-feiras no triênio 1961-63.

Deve-se ressaltar aqui o êxito extraordinário da XXIV Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados, realizada no Parque de Exposições Menino Deus, sob o patrocínio da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul e execução da Diretoria da Produção Animal da Secretaria da Agricultura. Mais uma vez foi demonstrado o alto progresso a que atingiu a pecuária riograndense e o que ela representa de projeção para o Estado.

Êsse certame registrou uma inscrição recorde de 1.680 animais, bem como o montante de vendas que atingiu à soma de Cr\$ 18.720.600.

Para o próximo ano, está marcada a XXVIII Exposição de Animais e Produtos Derivados, segundo convênio existente com a Secretaria da Agricultura, e para cujo êxito a Secretaria da Agricultura trabalha em fundo, visando, não só o êxito do certame, mas chamar a atenção e do próprio exterior para o nosso Estado.

CARTA PESQUEIRA DO RIO GRANDE DO SUL

Numa iniciativa pioneira em todo o País, foi lançada a Carta Pesqueira do Rio Grande do Sul, apresentando os primeiros elementos colhidos dentro do programa de pesquisa sobre pesca, iniciado neste Estado, em 1956, por iniciativa da Secretaria da Agricultura.

Esse documento, que no decorrer do tempo deverá receber novos elementos e se aperfeiçoar constantemente, vai permitir conhecer as atuais condições das nossas riquezas marinhas, a quantidade de peixes existentes, como aproveitá-los mais racionalmente, a fim de impedir que a pesca seja prejudicada no futuro.

Os trabalhos realizados nesse sentido, ressaltam em importância, bastando considerar, em abôno, que a pesquisa sobre a pesca resultará, em última análise, na indicação de aproveitamento máximo dos estoques marinhos, aumentando o desembarque anual de peixes, carreando para a economia avultadas importâncias. Aliás, dentro da conjuntura agropecuária do Estado, é de primordial interesse desenvolver-se a exploração pesqueira, como meio de aumento de consumo de proteínas animais e de facilitar a exportação dos excedentes de outras espécies de carne, especialmente a bovina.

A referida carta, a única até hoje lançada em nosso País, contém uma variedade muito expressiva de dados e indicações capazes de facilitar grandemente o trabalho dos nossos pescadores e se constitui no ponto inicial de um programa que cumpre ser realizado nesse setor.

Foi esta a atividade da Secretaria da Agricultura, na execução de diversos projetos e programas, muitos dos quais, dentro dos próximos meses, já estarão com outra característica, pela concretização das tarefas previstas. O plano de trabalho, porém, não se limita aos mesmos. Compreende vários outros, tais como:

- Programa 4.A.5 — Recolocação de Intrusos das Reservas Florestais.
 - Programa 4.B.8 — Granjas e Chácaras Piloto.
 - Projeto 4.B.12 — Prédio do Instituto de Pesquisas Agrícolas.
 - Programa 4.C.2 — Expansão da Cultura de Milho.
 - Programa 4.C.4 — Cultura da Batatinha.
 - Programa 4.C.5 — Expansão da Cultura do Feijão.
 - Programa 4.C.6 — Expansão da Viticultura.
 - Programa 4.C.7 — Expansão da Fruticultura.
 - Programa 4.D.1 — Produção de Reprodutores.
 - Projeto 4.D.4 — Organização de 100 áreas demonstrativas de pastagens artificiais.
 - Projeto 4.D.8 — Remodelação e Ampliação do Parque Menino Deus.
 - Programa 4.D.9 — Combate à Febre Aftosa.
 - Programa 4.D.10 — Combate à Brucelose.
 - Programa 4.D.11 — Expansão da Avicultura.
 - Programa 4.D.12 — Expansão da Ovinocultura.
 - Programa 4.E.1 — Perfuração de Poços.
 - Projeto 4.E.2 — Conclusão do Moinho Calcáreo em Carazinho.
 - Programa 4.E.3 — Reflorestamento.
 - Programa 4.E.4 — Conservação do Solo.
-

POLÍTICA ECONÔMICA — INICIATIVA PRIVADA
COOPERATIVISMO — FINANÇAS E ORÇAMENTO .

5 — POLÍTICA ECONÔMICA. INICIATIVA PRIVADA. COOPERATIVISMO.
FINANÇAS E ORÇAMENTO.

5.A.1 Regularização dos pagamentos das quotas de retôrno aos municípios. O Governo dedicou especial cuidado à normalização do pagamento, aos Municípios, das quotas de retôrno instituídas pelo artigo 20 da Constituição federal.

A partir de 1955 os débitos do Estado referentes a essas contribuições cresceram constantemente e, em 1958, somavam Cr\$ 458,4 milhões.

No primeiro ano da atual administração, a Secretaria da Fazenda elaborou um esquema de pagamentos que não se cingiu aos compromissos próprios do exercício de 1959 e nivelou percentualmente os créditos de tôdas as municipalidades. Com êsse procedimento, foram anulados Cr\$ 56,3 milhões do saldo em atraso.

Os números abaixo discriminados demonstram a acumulação dos débitos do Estado, assim como a redução operada a partir de 1959.

Exercícios	Quotas Devidas	Pagamentos	Saldos Acumulados	Influência dos pagamentos sobre as quotas devidas
1955	297,9	234,1	63,8	78,5%
1956	411,4	339,9	135,3	82,6%
1957	507,5	442,7	200,1	87,2%
1958	626,7	368,4	458,4	58,7%
	836,9	893,7	401,6	106,7%
1960	982,2	1.284,2	99,6	130,7%

Visando à regularização do débito de Cr\$ 401,6 milhões, existente em 31.12.1959, foi concertada com as Prefeituras uma consolidação que se operou pela tomada de apólices da emissão "II Plano de Obras".

Em decorrência dessa consolidação, o Estado liquidou Cr\$ 357 milhões de quotas em atraso.

O saldo de Cr\$ 99,6 milhões, existente no encerramento do exercício de 1960, era constituído por Cr\$ 44,6 milhões de quotas atrasadas de prefeituras que ainda não haviam se interessado pela forma de liquidação proposta pelo Governo, e por Cr\$ 55 milhões de quotas relativas àquele exercício, não recebidas por várias municipalidades, mas à sua disposição na Tesouraria Geral do Tesouro do Estado. Portanto, a regularização do pagamento das

5 — POLÍTICA ECONÔMICA. INICIATIVA PRIVADA. COOPERATIVISMO.
FINANÇAS E ORÇAMENTO.

5.A.1 Regularização dos pagamentos das quotas de retôrno aos municípios. O Governo dedicou especial cuidado à normalização do pagamento, aos Municípios, das quotas de retôrno instituídas pelo artigo 20 da Constituição federal.

A partir de 1955 os débitos do Estado referentes a essas contribuições cresceram constantemente e, em 1958, somavam Cr\$ 458,4 milhões.

No primeiro ano da atual administração, a Secretaria da Fazenda elaborou um esquema de pagamentos que não se cingiu aos compromissos próprios do exercício de 1959 e nivelou percentualmente os créditos de tôdas as municipalidades. Com êsse procedimento, foram anulados Cr\$ 56,8 milhões do saldo em atraso.

Os números abaixo discriminados demonstram a acumulação dos débitos do Estado, assim como a redução operada a partir de 1959.

Exercícios	Quotas Devidas	Pagamentos	Saldos Acumulados	Influência dos pagamentos sobre as quotas devidas
1955	297,9	234,1	63,8	78,5%
1956	411,4	339,9	135,3	82,6%
1957	507,5	442,7	200,1	87,2%
1958	626,7	368,4	458,4	58,7%
	836,9	893,7	401,6	106,7%
1960	982,2	1.284,2	99,6	130,7%

Visando à regularização do débito de Cr\$ 401,6 milhões, existente em 31.12.1959, foi concertada com as Prefeituras uma consolidação que se operou pela tomada de apólices da emissão "II Plano de Obras".

Em decorrência dessa consolidação, o Estado liquidou Cr\$ 357 milhões de quotas em atraso.

O saldo de Cr\$ 99,6 milhões, existente no encerramento do exercício de 1960, era constituído por Cr\$ 44,6 milhões de quotas atrasadas de prefeituras que ainda não haviam se interessado pela forma de liquidação proposta pelo Governo, e por Cr\$ 55 milhões de quotas relativas àquele exercício, não recebidas por várias municipalidades, mas à sua disposição na Tesouraria Geral do Tesouro do Estado. Portanto, a regularização do pagamento das

quotas de retorno devidas aos Municípios é etapa que o Governo considera plenamente vencida.

5.A.2 Política Orçamentária. A concentração do poder financeiro na órbita administrativa federal e a política econômica e financeira adotada pela União têm, nos últimos quadriênios, condicionado de maneira decisiva a política orçamentária do Estado. Não dispondo de recursos provenientes de empréstimos, no montante necessário e conveniente às obras e serviços básicos para impulsionar o desenvolvimento estadual, os governos têm recorrido à tributação para enfrentar os investimentos mais urgentes. Dessa forma, mediante taxas com destinação especial e ponderável parcela da receita de impostos, o Estado vem financiando os seus Planos de Obras. A partir de 1954, o orçamento estadual vem sendo elaborado com separação entre despesas de custeio e de investimentos. Estas se concentram em dotações globais e são utilizadas mediante abertura de créditos especiais, cuja destinação e montantes se enquadram nas leis de instituição dos Planos. Esse procedimento tem conferido ao orçamento a flexibilidade que deve caracterizar os instrumentos financeiros para execução de obras e serviços planejados para vários exercícios, possibilitando, ainda, ao Executivo, a utilização mais eficiente e oportuna de recursos.

5.A.3 Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul. A criação da Caixa Econômica Estadual, autorizada pela Lei n.º 3.914, de 6.2.1960, visou dotar o Estado de uma instituição própria, adaptada às necessidades e peculiaridades regionais. As operações desse estabelecimento tiveram como principais objetivos o estímulo aos hábitos de poupança popular; a retenção, em nosso meio, de recursos que, em fase da orientação financeira do Governo Federal, estavam sendo carreados para aplicação em outras regiões, e a instituição de mais um instrumento de apoio financeiro do Poder Público estadual.

Regulamentadas suas normas de estrutura e funcionamento pelo Decreto n.º 11.250, de 4.4.1960, a Caixa Econômica Estadual foi oficialmente instalada em 31 de dezembro último, passando a operar, em prédio próprio.

Até 1960, o Estado despendeu Cr\$ 63,7 milhões com a instalação e funcionamento da Caixa, sendo Cr\$ 33,7 milhões através de crédito especial com autorização no II Plano de Obras.

Estão funcionando as Carteiras de Depósitos, de Empréstimos Simples e de Títulos.

Em pouco mais de três meses de funcionamento, os depósitos atingem Cr\$ 105 milhões, correspondendo a 7.617 cadernetas em circulação.

A Carteira de Títulos Públicos, que visa, em ação coordenada com a Bolsa de Valores, influir na cotação e na circulação de títulos estaduais, em poucos dias de operação caucionou valores no importe de Cr\$ 49 milhões.

Os empréstimos simples concedidos através da respectiva carteira se elevam a mais de Cr\$ 7,5 milhões.

Apoiando o plano de expansão da Caixa Econômica Estadual, o Governo concedeu-lhe recentemente a contribuição de Cr\$ 35 milhões, com que se iniciará a aquisição de prédios e a instalação das unidades coletoras na Capital e no interior.

Foi adquirido prédio para localização da agência da Azenha, na Capital, e está programada a instalação de novas agências, no Palácio da Justiça, junto ao Mercado Público, no Jockey Clube, e nas avenidas Benjamim Constant e Presidente Franklin Roosevelt.

Estão sendo adotadas providências para a instalação de agências nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Santa Maria.

5.A.4 **Conselho Regional e Banco Regional de Desenvolvimento.** Ao encerrar-se a Conferência de Florianópolis, o Governador do Rio Grande do Sul em seu nome e em nome dos Governadores de Santa Catarina e Paraná, abordou o problema das disparidades regionais e do estabelecimento de uma política capaz de corrigir as distorções do desenvolvimento. A técnica preconizada para esse fim é o planejamento regional que deveria partir do pressuposto do zoneamento do País em cinco grandes regiões geo-econômicas: Amazônia e Norte, Nordeste, Centro Sul, Centro Oeste e Extremo Sul. A partir dessa concepção, o Governador do Rio Grande do Sul solicitou o apoio do Governo Federal para a criação de órgãos que seriam os instrumentos adequados da nova política de desenvolvimento. Esses órgãos seriam o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. O primeiro órgão seria integrado pelos três Governadores, os chefes dos órgãos de planejamento estadual, portanto dois representantes de cada Estado, dois outros representando o Governo Federal, por indicação do Sr. Presidente da República. Cada Governador exerceria a presidência do Conselho pelo período de um ano, em sistema de rodízio. A sede do Conselho seria fixada no Estado cujo Governador fôsse o presidente do Conselho.

O segundo órgão seria o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul. Teria como finalidade a captação e aplicação de recursos para o desenvolvimento, trazendo uma maior equidade nas inversões e visando especialmente os médios e pequenos empreendimentos, públicos e privados. O Governador do Rio Grande do Sul solicitou ao Sr. Presidente o apoio e o reconhecimento do Governo Federal às sugestões em causa, inclusive que ao futuro Conselho fôsse dada audiência nas decisões federais de repercussão na economia da região.

O Exmo. Sr. Presidente da República declarou, de início, que ambas as iniciativas mereciam o seu apoio. Considerou de alto alcance a presença do Governo Federal nos trabalhos do Conselho sugerido para o planejamento das atividades político-administrativas e sócio-econômicas do Extremo Sul. Quanto a idéia do Banco de Desenvolvimento afirmou que "era até com entusiasmo" que a recebia. Não via em que pudessem conflitar um Banco Regional de Desenvolvimento e o BNDE. Embora se impusesse a descentralização do BNDE, ela seria sempre em caráter complementar. Declarou que tudo que estivesse ao seu alcance seria feito para que a idéia do Banco se convertesse em realidade. Dando sentido concreto ao seu apoio, que qualificou de total, prometeu ajuda técnica para elaboração dos projetos do Conselho e do Banco. Os Governadores deverão organizar um grupo técnico, com a participação de dois especialistas da Administração Federal, cujos nomes indicarão ao Sr. Presidente da República, para estruturação do Conselho e do Banco.

5.A.5 **Armazéns Gerais Sulriograndenses, S.A.** Com a preocupação de dar conveniente proteção às safras agrícolas e pecuárias do Estado e assegurar um justo preço aos produtores, foram, pelo Poder Público, sucessivamente constituídos, sob forma autárquica, o Instituto Sulriograndense de Carnes, o Instituto Riograndense do Arroz e a Comissão Estadual de Silos e Armazéns, todos com ampla autonomia e patrimônio próprio e gozando, inclusive quanto a seus bens, de tôdas as regalias, privilégios e imunidades

conferidas à Fazenda Estadual e das mesmas vantagens dos demais serviços públicos do Estado.

Não obstante, falta-lhes competência legal para a emissão de certificados de depósito negociáveis e warrants, faculdade que, pela lei federal, é assegurada com exclusividade às empresas de armazéns gerais de âmbito privado, como se vê do Decreto n.º 1102, de 21 de novembro de 1903.

Para afastar o óbice atual, decorrente da impossibilidade legal, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. adquiriu o controle de capital de Armazéns Gerais Sulriograndenses S.A., munindo este Governo do instrumento adequado para dar à produção a ampla proteção que lhe é devida pelo Poder Público, e suprindo, assim, em parte, as deficiências que, há muito, se vem observando, como resultado das condições adversas que entravam a expansão de uma produção que é da mais alta significação para a economia do Estado.

Para evitar a multiplicidade de investimentos, essa sociedade utilizará, por convênio, as redes de silos e armazéns, já construídas, em construção, ou a construir, pelas entidades autárquicas do Estado, possuidoras de recursos específicos.

5.A.6 Emissão de Letras do Tesouro. A emissão de letras do Tesouro autorizada pela Lei n.º 3.785, de 30.7.59, tem representado útil instrumento de gestão de tesouraria, visando à normalização do regime de pagamentos.

O limite dos títulos que o Estado pode manter em circulação, inicialmente fixado em 5% da receita geral, foi elevado para 10%, em 1960. Na realidade o valor dos títulos em circulação se situou em limite inferior a 2% da receita.

Mediante decretos executivos, foi autorizada a emissão de cinco séries de letras, perfazendo o total de Cr\$ 8,2 bilhões. Até 31.12.1960, haviam sido tomadas letras no valor de Cr\$ 2,6 bilhões, sendo Cr\$ 2,2 bilhões em 1960. Durante o exercício de 1960, o saldo mensal médio de letras em circulação foi de Cr\$ 568 milhões.

A quase totalidade dos resgates, que vêm se processando com absoluta regularidade, operou-se por intermédio das agências do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A., mediante a utilização de depósitos vinculados feitos pelo Tesouro, com base nos compromissos de pagamento.

Conquanto a lei permita a colocação das letras com deságio de até 6%, todos os títulos foram subscritos ao par.

A experiência aconselha a manter o mecanismo das letras e o Governo pretende ampliar os esquemas de emissão, desde que assegurado o pontual e exato resgate dos títulos vencidos.

A prudência com que as letras do Tesouro vêm sendo lançadas e a segurança com que se operam os seus resgates, explicam o alto conceito de que desfrutam esses títulos, bem como sua crescente aceitação.

5.A.7 Concurso "Seu Talão Vale 1 Milhão". O concurso "Seu Talão Vale 1 Milhão" foi instituído pela Lei n.º 3.865, de 10.12.1959, com a finalidade de fazer com que o público consumidor auxilie, de modo indireto, a ação do fisco estadual.

O primeiro ano de vigência do concurso, em Porto Alegre, autoriza a que se afirme a sua boa receptividade pela população da Capital, já que a totalidade das cautelas não foi suficiente para enfrentar as solicitações de troca. Foram realizados os sorteios semestrais previstos e os prêmios foram

pagos em moeda corrente a todos os contribuintes contemplados, que se apresentaram para recebê-los.

A receita do imposto sobre vendas em Porto Alegre, no exercício de 1960, apresentou aumento de 48,7%, relativamente ao ano anterior. É lícito admitir-se ponderável participação do concurso "Seu Talão Vale 1 Milhão" nos resultados da arrecadação daquele tributo, tanto por efeitos imediatos — elevação das quotas fixas, multas e apuração de sonegações — como pelas implicações indiretas, notadamente a sistemática exigência de emissão de documentos fiscais.

Concretamente, o mecanismo do concurso possibilitou a elevação do imposto pago, sob a modalidade de quotas fixas, por 1815 contribuintes, majorando em mais de Cr\$ 4 milhões a receita mensal.

Somente os recursos provindos desse acréscimo de receita bastaram para cobrir, em 1960, as despesas efetuadas com o certame, que somaram menos de Cr\$ 25 milhões, em créditos especiais abertos pelas autorizações do II Plano de Obras.

Completo estudo está se processando, com o objetivo de se apurarem as alterações que porventura a experiência de 1960 indique como oportuna, inclusive a extensão do concurso a outros Municípios.

5.A.9 Reforma Estatutária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A. Em assembléia geral extraordinária de seus acionistas, realizada a 25 de agosto do ano recém findo, o Banco do Estado, efetivou substanciais reformas em seus Estatutos Sociais, algumas dizendo respeito à estrutura da empresa e outras de caráter previdenciário e social, com medidas de elevado alcance em benefício de seu numeroso corpo de funcionários, agraciados, assim, com vantagens algumas até de sentido pioneiro nas relações entre empregador e empregados.

Resumidamente, a reforma estatutária de 25 de agosto de 1960 no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A. assim se desdobrou:

- 1) — Aumento de capital social de Cr\$ 200.000.000,00 para Cr\$ 500.000.000,00; esse aumento operou-se com a distribuição de Cr\$ 100.000.000,00, em novas ações aos acionistas antigos, cifra essa retirada dos fundos de reserva do Banco, e mais a emissão de 200.000 novas ações, de Cr\$ 1.000,00 cada uma. A subscrição dessas novas ações por parte de terceiros, respeitada a preferência legal daqueles, operou-se em tempo recorde, ou seja em menos de 70 dias, prova evidente do alto conceito desfrutado pelo Banco, cujas ações registram índice elevado de valorização nas cotações da Bolsa de Valores.

Em 28 de dezembro de 1960, foi esse aumento de capital aprovado por Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, sob n.º 49.605.

- 2) — Para melhor configurar a posição do Estado do Rio Grande do Sul junto ao Banco e consagrar assim sua vinculação ao estabelecimento, foi alterada a denominação deste para BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, S.A.
- 3) — Com o objetivo de conferir ao quadro de empregados do Banco um tratamento adequado à evolução das concepções hodiernas em matéria de relações empregatícias, foram criados fundos de "Abono Familiar", de "Abono Escolar" e de "Financiamento para C

pria", fundos êsses cada um dêles constituído de até 3% dos lucros semestrais apurados pelo Banco.

- 4) — Obrigatoriedade da escôlha de um Diretor e respectivo Suplente do Banco entre os empregados do estabelecimento. Trata-se da consagração de uma velha praxe, pois, desde longos anos, sempre contou o Banco com elementos de seu corpo funcional entre os seus Diretores. Todavia, houve por bem agora o atual Governo do Estado em tornar essa usança em dispositivo estatutário, de modo a formalizar a obrigatoriedade da presença de pelo menos um Diretor, no corpo administrativo do estabelecimento, provindo da classe de seus funcionários.

Pelo Diário Oficial do Estado de 23.9.60, dá-se conhecimento da íntegra da ata da assembléia geral de 25 de agosto de 1960, em que se consubstanciaram as reformas objeto dessa ligeira explanação.

5.A.10 **Aparelhamento da Administração Financeira.** a — **Órgãos centrais da Secretaria da Fazenda.** O Gabinete do Secretário, o Tesouro do Estado, a Contadoria Geral do Estado, e o Gabinete de Orçamento e Finanças, que são os órgãos centrais da Fazenda, estão sendo aparelhados através de créditos especiais abertos pelo II Plano de Obras.

As despesas com êsse aparelhamento tem se concentrado na reforma e adaptação do prédio-sede da Secretaria, que se faziam urgentes. Em menor escala, pôde ser atacado o problema de equipamento.

Créditos especiais no total de Cr\$ 24.7 milhões, abertos pelos Decretos ns. 10.529, 10.779 e 11.183, foram empregados na aquisição de três elevadores, na reforma do prédio e na compra de máquinas para a Contadoria Geral.

No corrente ano, novos créditos terão de ser abertos, para suprir, principalmente, as deficiências de equipamento.

Deu-se início ao estudo da reorganização da estrutura orgânica e do quadro de pessoal dêsses órgãos, que carece de reforço no que se refere a servidores técnicos.

b — **Exatorias.** O reaparelhamento das Exatorias vem sendo feito paulatinamente. A instalação de 30 agências arrecadadoras, em 1960, acarretou problemas de pessoal e de equipamento, que puderam ser parcialmente enfrentados mediante a promoção e a nomeação de funcionários concursados. Sobe, entretanto, a 225 o número de cargos vagos.

O equipamento e instalação das exatorias, em face do número dessas repartições, está se fazendo lentamente, tendo consumido Cr\$ 10 milhões, conforme crédito especial aberto pelo Decreto n.º 10.578.

c — **Fiscalização.** O aparelhamento da fiscalização tem se efetivado mediante a utilização de veículos automotores, da instalação de postos de controle fiscal e da ampliação do quadro de servidores especializados.

Foram adquiridos, no atual período de administração, 95 veículos que, em no prazo médio de 40 dias de utilização, ressarciram o seu custo e vêm representando ótimo instrumento de eficiência para as atividades de fiscalização. Os créditos especiais abertos com autorização no II Plano de Obras, e na importância de Cr\$ 42.4 milhões, deram cobertura à compra dos veículos.

Os postos de controle tiveram atuação muito positiva, e os resultados obtidos aconselham a ampliação do seu número.

Aos quatro postos de controle existentes em 1958, o Governo acrescentou sete novas unidades, devendo entrar em funcionamento, em breve prazo, mais três unidades. Encontra-se concluído o projeto de instalação de treze novos postos de controle fiscal, no atual exercício, onze dos quais se localizarão na fronteira deste Estado com o de Santa Catarina.

Com a instalação e o funcionamento dos postos de controle, o Estado despendeu Cr\$ 11,7 milhões, por créditos especiais.

Em 1960, o quadro de fiscais do imposto sobre rendas foi reforçado com 45 novos funcionários, nomeados após prestação de concurso público.

Outros servidores em número apreciável foram contratados para o desempenho de tarefas auxiliares.

INDUSTRIALIZAÇÃO — INDÚSTRIAS BÁSICAS

6 — INDUSTRIALIZAÇÃO. INDÚSTRIAS BÁSICAS.

6.A.1 Cidade Industrial de Pôrto Alegre. O Govêrno do Estado, convencido de que é função do poder público criar condições para atrair novas inversões para o campo industrial, capazes de promover a elevação do nível de atividade econômica geral.

Dentro dessa linha de ação, o Govêrno programou como uma das iniciativas tendentes a estimular o desenvolvimento econômico do Estado, a construção de uma Cidade Industrial, oferecendo tôdas as condições infra-estruturais para a implantação de novas indústrias, tais como: energia elétrica abundante, facilidade de meios de transporte e os serviços industriais necessários.

Depois de um exame apurado do problema, foi escolhida para a construção da Cidade Industrial, a várzea existente nos limites da cidade atual, junto ao rio Gravataí, atualmente baldia e defendida das enchentes pelo dique de proteção.

Entre as vantagens inúmeras desse local, encontram-se as seguintes:

E' uma área plana e servida diretamente por todos os meios de transporte. E' extensão natural de áreas industriais próximas e, está encravada entre bairros ocupados por massas operárias. Disporá de força elétrica própria (usina tcheca de 24.000 KW) e existem, ali, facilidades para fornecimento de água.

Nessa área os técnicos do **SAP** projetaram um aglomeramento industrial, com linhas urbanísticas avançadas com bairros residenciais modelo, para 60.000 habitantes e grandes quarteirões industriais (com acesso ferroviário direto) para cêrca de 200 indústrias pequenas e médias.

A primeira Cidade Industrial, colocada em insuperável posição geográfica, terá uma área total de cêrca de 1.000 Ha, sendo 420 Ha para uso industrial.

6.A.2 Redução de impostos para a indústria. Dentro de nossas preocupações de promover o desenvolvimento econômico, constitui ponto fundamental a criação de condições competitivas aos produtos de nossa fabricação no que respeita à concorrência com outras regiões do país.

E' que a situação geográfica do nosso Estado acrescida da falta de estímulos de uma política econômica federal, gerou disparidades regionais que em cheio atuaram negativamente sôbre nosso processo econômico.

Como elemento amenizador dessas disparidades, foi instituído, através do mecanismo tradicional da pauta, tratamento diferencial tributário aos nossos produtos industriais exportados para outras entidades federadas.

A lei 3.967 de 29.10.60, regulamentada pelo Decreto 12.033 de 28.1.61, proporcionou ao Poder Público o instrumento legal, deferindo à Comissão

de Pauta a fixação da diferença tributária às nossas exportações, ora fixada, a menor, em 1,5%.

Colhe-se a impressão que o procedimento é efetivamente adequado, estimulador à reconquista e ampliação de nossas posições no mercado brasileiro.

6.A.4 Implantação da Indústria Siderúrgica de Aços Finos. Atendendo ao imperativo do desenvolvimento das indústrias mecânico-metalúrgica do Sul do País, o Governo do Estado resolveu promover a implantação de uma usina siderúrgica para produção de ferro esponja e alcançar os aços não comuns, particularmente aços especiais, aproveitando o carvão e energia elétrica existentes em Charqueadas.

Medidas do Governo do Estado:

- Criação de Grupo de Trabalho — GT-5 junto ao Gabinete de Administração e Planejamento (Port. 10 de 29.7.60).
- Crédito especial de 10 milhões de cruzeiros para atender as despesas iniciais do GT-5 (Dec. 11.483, de 29.7.60).
- Envio em 14 de dezembro de 1960, a colenda Assembléia de uma mensagem com projeto de lei autorizando a constituição de uma Soc. de Economia Mista.
- Aprovação pela Assembléia do projeto de lei que deu origem a Lei n.º 4072 de 29 de dezembro de 1960, sancionada pelo Governador do Estado na mesma data, que autoriza o Executivo a constituir a Aços Finos Piratini S.A. — AFP e dá outras providências.
- Decreto n.º 11.483, de 29 de dezembro de 1960 que abre um crédito especial de 200 milhões de cruzeiros, para atender às despesas iniciais com a constituição da empresa e integralização parcial da quota do Estado na referida empresa. Não utilizada ainda.
- Envio de uma mensagem do Presidente da República acompanhada de um projeto de lei, ao Congresso Nacional, para assegurar a co-operação efetiva da União no empreendimento (Mensagem n.º 420-60 e Projeto de Lei n.º 2394-60).
- Assessoramento na aprovação do projeto de Lei n.º 2341-60 junto ao Congresso Nacional que continha o Plano para coordenar as atividades relacionadas com o carvão mineral, e que a AFP estava contemplada com 1 bilhão de cruzeiros sob a forma de participação ou financiamento da União.
- Aprovada e sancionada a Lei n.º 2394 de 9.11.60, do Plano do Carvão Nacional, por sugestão deste Governo, a Comissão Executiva daquele órgão da Presidência da República, remeteu e obteve aprovação de uma exposição de motivos (Exp. Motivos n.º 2-61) que pedia autorização para participar acionariamente na AFP.
- Apresentação do projeto na conferência de Florianópolis onde recebeu atenção especial do Senhor Presidente da República.

Projeto de Lei nº 2394-60
do Plano do Carvão Nacional
para a participação da AFP

Situação atual:

- Contrato de pesquisa de mercado na fase final pela Serviços de Planejamento Ltda. — SPL, Engenheiros e Economistas Associados.
- Contrato de projeto técnico da planta industrial e econômico-financeiro respectivamente elaborados pela SCANDIA — Projetos e Engenheiros Ltda. e ECOTEC — Economia e Engenharia Industrial S.A. em fase adiantada de elaboração. Previsão de término — junho do corrente ano.
- Preparativos para constituição da Sociedade de Economia Mista.

6.A.5 **Implantação da Indústria de Tratores.** O Rio Grande do Sul é o segundo centro consumidor de tratores do Brasil e tudo indica que, superadas as atuais dificuldades, este mercado tornar-se-á o maior do País. Tem dispendido o Estado grande esforço no sentido de atrair para a sua área uma fábrica de tratores. Dentro das normas gerais adotadas, hoje pela GEIA, não foi possível, ainda, canalizar para o Sul nenhuma das empresas cujos projetos foram aprovados por aquele Grupo Executivo, embora ofereça o Estado todas as vantagens, como sejam: Doação de áreas construídas ou participação acionária, isenção de impostos, garantia de aquisição de uma quota de produção; financiamento por parte do Banco do Estado e tarifa especial para energia.

Na recente reunião de Florianópolis, discutido o assunto na reunião plenária do Rio Grande do Sul, com o Senhor Presidente da República, Sua Excelência decidiu a revisão do Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas, convocando inclusive algumas empresas para auscultar seu interesse em se localizar no Rio Grande do Sul. Aliás, impõe-se a revisão dos dispositivos legais que orientam e beneficiam o instituto já que os prazos estabelecidos não têm sido cumpridos pelas empresas detentoras dos projetos aprovados pelo GEIA.

Ainda ligado às dificuldades que temos encontrado, devemos ressaltar que, essas empresas não tem podido cumprir as etapas de nacionalização fixadas, quando localizadas em centros de infra-estrutura mais favorável, maiores problemas encontram nas áreas menos desenvolvidas do país, evidenciando-se, assim, mais acentuadamente a necessidade de tratamento diferencial antes preconizado.

6.A.6 **Implantação da Indústria de Material Elétrico Pesado GIE — CESA.** O Senhor Governador assinou com o Grupo GIE, na sua viagem à Itália, um protocolo para o estabelecimento no Estado, por parte do referido grupo, da indústria de material elétrico pesado. Deste protocolo, resultou a criação da Campanha Eletromecânica Sociedade Anônima (CESA) que como companhia nacional se estruturou e está se instalando no Rio Grande do Sul em Canoas.

O Governo está providenciando através de autorização legislativa, para participar na referida companhia.

Esta indústria está iniciando as suas instalações estando com a terraplanagem já concluída, junto a BR-2 no município de Canoas, e começando o levantamento das construções civis, estando recebendo as estruturas metálicas.

Esta indústria é de grande interesse para o Estado pois virá lançá-lo, no Brasil, como produtor de material eletromecânico pesado, dando início assim a uma nova fase na industrialização do Rio Grande do Sul.

6.A.7 Implantação das Indústrias de Fertilizantes. Entre os problemas mais importantes da economia do Estado, destacam-se, sem dúvida, os que se relacionam com o aumento da produção agrícola em bases econômicas, a fim de elevar a produtividade das culturas.

Ao analisar as causas da queda da produção, verificou-se que um dos fatores determinantes deste fenômeno é o empobrecimento do solo, pois as áreas cultivadas são, na sua grande maioria, exploradas por anos e anos sem que o agricultor devolva à terra, adubando-a, os sais minerais que dela retira.

Eis porque, na pesquisa realizada no setor de fertilizantes, constatou-se uma falha imperdoável, qual seja, não produzirmos, ainda, o fosfato solúvel de que necessitamos e nada temos em relação aos concentrados solúveis.

Analisando os projetos industriais existentes, verificamos que somente um está preparado para produzir o super-fosfato triplo com concentração superior a 40% de P_2O_5 solúvel. Os demais prevêm a produção de superfosfato simples com teor de P_2O_5 na ordem de 18%.

A Indústria Química Básica S.A. na forma de entidade privada, teve o seu projeto aprovado pelo BNDE e licença de importação concedida pela CACEX.

Com o propósito de solucionar definitivamente o problema de fertilizantes fosfatados, com o cometimento da empresa detentora do projeto, o Governo do Estado apresentou na Reunião de Florianópolis, uma proposta de transformá-la em Sociedade de Economia Mista, com a participação dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, União Federal por intermédio do Plano do Carvão Nacional e grupos privados, mantendo o Poder Público absoluta maioria de capital com direito a voto.

O Senhor Presidente da República não só aprovou-a, como determinou a constituição de um grupo de trabalho com a incumbência preçpua de promover a atualização do respectivo projeto e a constituição da Sociedade de Economia Mista.

Na mesma oportunidade, o Estado do Paraná, pelo seu Governador, mostrou interesse em participar, também do cometimento.

A planta industrial deverá instalar-se na zona carvoeira de Santa Catarina, o mais próximo possível do lavador do Capivari.

A inversão total prevista será de 1,2 bilhão de cruzeiros, inclusive capital de giro.

O capital social será de 400 milhões de cruzeiros distribuído, em partes iguais, entre os participantes do empreendimento acima mencionados.

O Plano do Carvão Nacional, pela Lei n.º 3.860, de 24.12.1960, prevê recursos para sua participação ou financiamento (art. II, letra d) a empreendimentos que utilizarem a pirita na fabricação do ácido sulfúrico ou enxofre.

Além da participação de 100 milhões solicitada ao PCN, pretende-se dêle, ainda, um financiamento na ordem de 500 milhões de cruzeiros.

A produção prevista será de 36.500 ton/ano de ácido sulfúrico para obter 32.000 ton/ano de ácido fosfórico e com êle produzir 55.000 ton/ano de superfosfato triplo granulado.

A fábrica de misturas e granulação deverá instalar-se no Rio Grande do Sul.

6.A.9 Refinaria da Petrobrás em Pôrto Alegre. Consoante decisão do Conselho Nacional do Petróleo será construída uma refinaria da Petrobrás em Pôrto Alegre.

O assunto empolgou a opinião pública do Rio Grande do Sul, tendo sido alvo de intensos debates e promoções das Câmaras de Vereadores e da Assembléia Legislativa do Estado. Houve pronunciamento na Câmara Federal e no Senado. O Governo do Estado ofereceu, sem ônus para a Petrobrás, a área de terra necessária à instalação dessa unidade de refino. Tomamos a iniciativa de provocar o assunto em Florianópolis com vistas a um pronunciamento do Governo Federal sobre o programa de execução das obras e fixação da data do início do empreendimento.

O Senhor Presidente da República referiu que, face as novas receitas da Petrobrás, a entidade estava em condições de dar início imediato à construção da Refinaria em Pôrto Alegre e ao oleoduto Tramandaí-Pôrto Alegre. Aguardamos a vinda dos técnicos da Petrobrás para exame da área que o Governo lhe ofereceu.

6.A.11 Implantação de Indústria de Máquinas Agrícolas. Indústria das mais importantes para o Estado constitui-se a fabricação de equipamento agrícola, considerando que o setor agropecuário representa 41% na formação da renda e 58% na distribuição ocupacional.

O estudo dos nossos maiores mercados consumidores revelaram nossas imensas possibilidades, também quanto a exportação para outros Estados da Federação, onde a indústria gaúcha tem vencido a competição, inclusive em concorrências públicas.

Todavia, ao lado da assistência que o Estado presta a iniciativas isoladas da sua economia, junto a órgãos de outros Estados e da própria União, impunha-se o dimensionamento exato dos seus problemas e possibilidades.

Vingou a iniciativa de formar uma associação dos produtores de equipamentos agrícolas, na busca de sua maior integração no esforço governamental.

Capacitamo-nos, assim, a participar do Grupo Executivo de Modernização da Agricultura (GENAC), criado pelo Decreto n.º 49.105, de 11.10.60, incumbido de criar estímulos cambiais, fiscais, creditícios, de assistência técnica e outras atividades agropecuárias no País.

6.A.13 Indústria da Construção Naval. Dentro do seu programa de desenvolvimento industrial do Estado, o Governo deu todo o seu apoio à firma Estaleiro Só S.A., para que esta, tivesse o seu plano de Construção Naval, aprovado pelo Grupo de Trabalho para o Estabelecimento da Indústria de Construção Naval no Brasil (GEICON) e recebesse a encomenda estímulo prevista nestes casos. Toda a gestão do Governo junto as autoridades federais depois de árduo trabalho, foram coroadas de êxito, tendo os planos elaborados pelo Estaleiro sido aprovados e o mesmo recebido a encomenda estímulo, que é representada pela ordem de execução de um barco cargueiro com a capacidade de duas mil toneladas, e orçado em Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

Proporcionou também o Governo do Estado, facilidades ao Estaleiro Só, para que este enviasse dois de seus técnicos a Holanda, onde foram estabelecer convênios com estaleiros holandeses para assistência técnica e troca de informações.

Com as providências apontadas procurou o Governo do Estado propiciar o início da construção naval, tão necessária ao desenvolvimento econômico do Estado.

6.A.14 Indústria de Laticínios. Pelo Decreto Estadual n.º 11.961, de 30 de dezembro último, o Governo do Estado concedeu ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A. uma contribuição de Cr\$ 162.000.000,00 para ser aplicada em um programa de financiamento da indústria de laticínios.

A aplicação dessa apreciável parcela será feita em harmonia com o plano elaborado pela Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural — ASCAR, pelo Grupo de Trabalho n.º 2 do Gabinete de Administração e Planejamento do Governo do Estado e tendo em vista ainda as recomendações do 1.º Fórum Agrícola promovido pela Secretaria da Agricultura.

Na sistemática de aplicação dessa contribuição do Estado ao desenvolvimento da indústria de laticínios, deverão os financiamentos serem concedidos mediante indicação de uma comissão presidida por um Diretor do Banco do Estado e integrada por um representante da ASCAR, um da Secretaria da Agricultura, um da Secretaria da Economia, e um técnico do Conselho de Desenvolvimento do Estado. A comissão já foi designada, tendo iniciado os seus trabalhos.

Os municípios beneficiados são: Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Caí, Carlos Barbosa, Dom Pedrito, Estrêla, Ijuí, Itaqui, Lajeado, Livramento, Montenegro, Passo Fundo, Quaraí, Santa Cruz, Santa Maria, Santa Rosa, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana, Vacaria e Veranópolis.

6.A.15 Mercado Uniforme para o ferro e o aço. O Rio Grande do Sul não participou, efetivamente, como outras unidades da Federação, do esforço nacional de industrialização que ocupou o País nos últimos anos, de modo especial durante o último quinquênio. Sua atual conjuntura se ressentiu dos efeitos dessa posição; sua taxa de crescimento econômico foi prejudicada e pioraram os termos de intercâmbio com o resto do País.

Nosso parque industrial, além de não acompanhar o ritmo do desenvolvimento da região centro-sul, luta com fatores adversos, avultando dentre eles o que se relaciona com o fornecimento de matéria prima, como é o caso do ferro e do aço.

O Estado representando dez por cento da economia nacional, em que pese as condições adversas com que vem lutando, cooperou, ainda assim, com a mesma porcentagem e coopera ainda na formação das grandes siderúrgicas, principalmente da Companhia Siderúrgica Nacional. No entanto, em face da sua posição geográfica, paga mais caro o ferro e o aço de que necessita para a sua indústria.

Por outro lado, como os grandes mercados estão localizados na região centro-sul do País, a colocação de seus produtos é orientada por aquela área. A exportação dos nossos produtos é onerada por frete elevado, além do que já incidiu sobre a matéria prima adquirida naquela região.

Como o Rio Grande do Sul, as demais regiões do País, excluindo a privilegiada região centro-sul, encontram-se em condições desfavoráveis.

Pois bem, com o objetivo de sanar esta injusta posição e de proporcionar igual oportunidade para todas as unidades da Federação, o Governo do Estado vem batendo-se pela unificação dos preços do ferro e do aço, como ocorre com o trigo.

Na Conferência de Florianópolis o assunto foi apresentado ao Senhor

Presidente da República que se mostrou favorável ao nosso objetivo ao declarar que "não obstante, cogitou o Governo e está cogitando, isto sim, é de unificar os preços de combustíveis em todo o País, convencido de que nesta unificação haverá o favorecimento das regiões mais distantes e subdesenvolvidas, da mesma forma pela qual cogita o Governo e está cogitando da unificação do preço de alguns produtos da nossa indústria básica, da nossa indústria fundamental, como, por exemplo, o aço de Volta Redonda. Entende o Governo que os vários preços que se tornam cada vez maiores à medida que as distâncias crescem, constitui um fato contra o qual lutam vários Estados para manutenção ou desenvolvimento de seu parque industrial".

Conclue-se daí que a tese que o meu Governo vem defendendo encontrou acolhida na administração federal e constitui uma esperança. Que os estudos já procedidos possam ser aproveitados no desenvolvimento harmônico de todas as unidades da nossa Pátria.

6.A.16 Zona de Livre Comércio. Vem o Governo dedicando a melhor atenção aos trabalhos e entendimentos relacionados com a Zona de Livre Comércio, estabelecida pelo Tratado de Montevideu. Os dispositivos deste documento, seguramente, ensejarão o fortalecimento e a ampliação dos mercados entre os países do hemisfério, inaugurando uma política econômica de tipo continental.

Com o objetivo de orientar nossos industriais e exportadores, reuniu e divulgou farta documentação informativa e procedeu a levantamentos para a interpretação e análise dos índices do intercâmbio do nosso país e especialmente, do Estado do Rio Grande do Sul, com os signatários do acordo de Montevideu, face à esperada repercussão para a economia brasileira e para a economia regional dessa experiência de integração no comércio latino-americano.

Encontra-se o Rio Grande do Sul em posição geográfica favorável para intensificar o seu intercâmbio dentro da Zona de Livre Comércio, em condições, portanto, de iniciar a conquista de mercados de reserva na própria América Latina, como está a aconselhar a nossa realidade econômica atual.

Justifica-se, assim, a preocupação do poder público em dar ampla divulgação e de levar ao conhecimento das nossas classes econômicas e de suas instituições, o resultado dos estudos relacionados com a execução do Tratado de Montevideu, que se constitui num oportuno instrumento de complementação das economias do hemisfério sul-americano.

A necessidade de incorporar novos produtos à corrente de comércio já existente entre os países que subscreveram aquele documento, decorre de um dos seus objetivos primordiais que é o de substituir importações de fora do continente por importações da área. Abrem-se dessa forma, grandes possibilidades para o nosso Estado não apenas para a expansão de seus atuais mercados como para a substituição de áreas tradicionais de comércio, mórmente, face à evolução e efeitos dos blocos de integração econômica instituídos pelos países europeus.

ENERGIA ELÉTRICA E CARVÃO

7 — ENERGIA ELÉTRICA E CARVÃO

7.A — ENERGIA ELÉTRICA

7.A.1 **Encampação dos serviços da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense.** Em prosseguimento ao programa do Governo do Estado, de encampações e nacionalização progressiva dos serviços de energia elétrica, foi a CEEE imitada na posse dos bens da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense em 13 de maio de 1959. Por força deste ato, encontra-se hoje o serviço referido, de Porto Alegre e Canoas, aos cuidados da Comissão Estadual de Energia Elétrica. Tendo posteriormente a ex-concessionária recorrido ao Supremo Tribunal, encontra-se o processo respectivo aguardando despacho.

7.A.2 **Encampação dos serviços da The Rio Grandense Light And Power Limited.** Com os mesmos motivos apresentados para o caso de Porto Alegre e Canoas, está o Governo do Estado promovendo a encampação dos serviços de eletricidade de Pelotas. Em 30 de maio de 1960 foi concluído o tombamento físico-contábil que, em data imediatamente posterior, foi encaminhado ao Ministério da Agricultura. No momento o expediente, com a reorganização dos serviços federais, encontra-se aguardando pronunciamento do senhor Ministro de Minas e Energia. Com a próxima entrada em funcionamento da usina de Candiota, estão sendo tomadas medidas no sentido de acelerar a encampação, além de outras providências com vistas à adaptação das linhas e redes prevendo o escoamento, através de subestação em fase de conclusão em Pelotas, de energia advinda da referida central termoeletrica.

7.A.3 **Planos e estudos do potencial energético do Estado.** Prossegue a Comissão Estadual de Energia Elétrica no estudo sistemático de novos potenciais hidrelétricos do Estado. Neste sentido, mantém uma rede de postos de observação, plúvio e fluviométricos, que coletaram, durante o ano, dados necessários a continuação da infra-estrutura que constitui a base de todos os estudos mais avançados. Conjugados estes dados com outros resultantes de levantamentos, é que tem sido possível analisar e identificar novas possibilidades de aproveitamento.

Como decorrência destes trabalhos foi constatada a existência de dois locais, no rio Jacuí a montante do Salto Grande, com boas possibilidades de acumulação. Contratou a CEEE levantamento aero-fotográfico do maior dos dois, o chamado Passo Real, já estando a própria Comissão executando sondagens geológicas.

A acumulação prevista, situada entre 500 milhões e um bilhão de metros cúbicos de água, permitirá aumentar substancialmente a capacidade média de

produção da Central do Jacuí, além de possibilitar um aproveitamento de 100.000 HP ao pé da barragem cuja altura seria de 40 metros.

Foram ainda contratadas novas explorações aero-fotogramétricas em outra área do rio Jacuí, Antas-Caí trecho superior e seus principais afluentes, permitindo estudo conjunto para novos aproveitamentos.

Investigações e levantamentos foram realizados no rio Santa Cruz a montante do Blang, estando já em projeto uma barragem para acumulação adicional de 40 milhões de m³, visando melhor rendimento do sistema Bugres-Canastra.

Procurando preservar o princípio fundamental de equilíbrio entre geração de procedência térmica e hidrelétrica e corroborando, ainda, a política carbonífera do Governo Central, que visa o retorno a normalidade da indústria extrativa do carvão mineral, também no campo da energia térmica, desenvolveram-se estudos para dotar o Estado de uma usina de 200.000 kW.

Esta usina, de acordo com planejamento, seria iniciada com uma primeira etapa de 100.000 kW e realizada na forma de colaboração entre o Governo da União e do Estado e com recursos do Plano Nacional do Carvão.

7.A.4 e 7.A.6 Plano de 1 milhão de kW e etapa de 500 mil kW. Para fazer frente a séria escassez de energia elétrica com que se debate o Estado, tomou o Governo medidas no sentido não só de ampliar o parque energético, como também de acelerar essa realização.

O plano de 1 milhão de kW deverá fazer face não apenas ao crescimento da demanda de energia, como também a substituição da maquinaria gasta, estando previsto para execução por etapas até 1970.

O plano compreende a realização das obras a seguir citadas perfazendo 500 mil kW até 31 de dezembro de 1962 e 1 milhão até 31 de dezembro de 1970.

O B R A S :

Usinas	Potência em kW	Gasto até 31.XII.1960 Cr\$	Investimento total previsto Cr\$
Jacuí — 1. ^o	70.000	1.272.000.000,00	6.120.000.000,00
Candiota — 1. ^o	20.000	256.000.000,00	1.593.000.000,00 *
Charqueadas	72.000	11.000.000,00	1.527.000.000,00 *
Diesel	27.000	228.000.000,00	1.266.000.000,00
Tcheca	24.000	55.000.000,00	884.000.000,00
Alegrete	66.000	—	5.696.000.000,00
Sub-totais	279.000	1.822.000.000,00	17.086.000.000,00

(Sòmente linhas e subestações) *

Além destas obras, estão projetadas dentro do plano de um milhão de kW, mais as seguintes:

Usinas — Jacuí, 2.º	70.000 kW
Candiota, 2.º	20.000
Vapor (Plano Carvão Nacional)	100.000
Passo Fundo	220.000
Antas	140.000
Tainhas	140.000
Paredão	100.000
 Sub-total	 <u>790.000 kW</u>

Os estudos procedidos quanto ao crescimento da demanda, com base em dados já levantados, demonstra o acerto das previsões e justificam os empreendimentos caracterizados no Plano de 1 Milhão de kW.

O quadro financeiro para o desenvolvimento do plano apresenta o desdobramento a seguir detalhado:

Anos	Receita	Despesa Em milhões de Cr\$	S a l d o s	
			Simplex	Acumulado
1961	3.909	4.851	— 942	— 942
1962	3.631	6.735	— 3.104	— 4.046
1963	4.162	6.559	— 2.397	— 6.443
1964	4.452	6.470	— 2.018	— 8.461
1965	4.206	6.484	— 2.378	—10.739
1966	5.421	5.993	— 572	—11.311
1967	5.009	5.814	— 805	—12.116
1968	5.308	5.763	— 455	—12.571
1969	6.033	5.752	+ 281	—12.290
1970	6.638	3.972	+ 2.666	— 9.624
1971	3.122	2.812	+ 310	— 9.314
1972	2.981	1.950	+ 1.031	— 8.283
1973	2.994	1.750	+ 1.244	— 7.039
1974	3.005	280	+ 2.725	— 4.314
	<u>60.871</u>	<u>65.185</u>		

Para a execução do plano são previstos recursos originados da Taxa de Eletrificação, do Fundo de Ampliação e do Fundo Federal de Eletrificação.

Os saldos negativos apresentados gradativamente e no final, terão de ser cobertos através de operações financeiras realizadas com oportunidade.

Ao findar o atual período governamental, como é previsto no plano, deverá estar concluída a etapa inicial de 500.000 kW, potência com a qual poderá o Estado contar.

Com relação aos valores constantes deste trabalho, devemos esclarecer que foi considerada a influência da Instrução 204, bem como foram aplicados coeficientes de correção dos efeitos da inflação.

7.A.5 Estudo de linhas troncais para o milhão de kW. O contínuo crescimento da demanda e a introdução nos sistemas de grandes centrais, como Passo Fundo, Antas e outras hidroelétricas, e a térmica de 200 mil kW, exigirá a criação de um sistema troncal de grandes linhas em muito alta tensão. Por este motivo a CEEE já entrou em contato com a Electricité de France que, através da organização SOFRELEC, apresentará estudos e recomendações para o estabelecimento do sistema. Trata-se de um estudo bastante complexo e que demandará alguns meses ainda até que se obtenha um resultado positivo.

7.A.7 Jacuí, 1.^a Etapa. A primeira etapa da Central hidrelétrica do Jacuí é constituída de 3 unidades de 23.000 kW cada uma.

A construção da barragem, tunel de adução, chaminé de equilíbrio e abertura do conduto forçado, está a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

As demais obras, bem como o alargamento do túnel forçado e a montagem do equipamento, estão a cargo da CEEE, executadas com recursos provenientes da Taxa de Eletrificação e de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

As obras federais estão sendo executadas em vista de convênio firmado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, objeto do Decreto-lei n.º 9.884, de 16 de setembro de 1946.

Era a seguinte a situação das obras em 31 de dezembro de 1960:

OBRAS A CARGO DO D.N.O.S.:

Obras	Percentagem Executada
Barragem	65%
Tomada de água	85
Túnel adutor	77
Túnel forçado (abertura)	100

OBRAS A CARGO DA C.E.E.E.:

U s i n a :

Obras	Percentagem Executada
Serviços complementares	100%
Blindagem do túnel forçado	10
Prédio da usina e subestação elevadora	60
Montagem dos equipamentos (3 unidades)	—

Linhas de transmissão:

Trecho de linha	Torres — percentagem		
	Funda- ções	recebi- mento	monta- gem
Venâncio Aires-Cachoeirinha	99%	100%	74%
Venâncio Aires-Santa Cruz	100	100	60
Santa Cruz-Cachoeirinha	12	100	—
Gil-Charqueadas	77	100	—
Jacuí-Venâncio Aires	—	100	—
Jacuí-Santa Maria	—	100	—
Jacuí-Passo Fundo	—	100	—
Jacuí-Cruz Alta	—	100	—
Cruz Alta-Santo Ângelo	—	100	—

Os cabos e acessórios para estas linhas foram totalmente recebidos. A montagem dos mesmos foi iniciada no trecho Venâncio Aires-Cachoeirinha, cuja execução atingiu 17%.

Subestações de repartição:

	Projeto	Terraple- nagem	Funda- ções	Prédio	monta- gem
Passo Fundo	100%	100%	—	—	—
Cruz Alta	100	100	40%	—	—
Santa Maria	100	100	30	—	—
Venâncio Aires	100	100	30	—	—
Cachoeirinha	100	100	—	—	—

Subestações de distribuição:

	Projeto	Terraple- nagem	Funda- ções	Prédio	monta- gem
Ijuí	100%	100%	100%	85%	—
Santo Ângelo	100	100	100	85	5%
Lajeado	100	100	100	90	5
Santa Cruz do Sul	100	100	100	90	—
Cachoeira do Sul	100	100	100	50	—

Até 31 de dezembro de 1960, foram gastos um bilhão e duzentos e setenta e dois milhões de cruzeiros. O gasto total deverá atingir a seis milhões, cento e vinte milhões de cruzeiros.

7.A.8 Jacuí, 2.^a Etapa. A potência total da central hidrelétrica do Jacuí será de 140.000 kW. No primeiro semestre de 1962 deverá entrar em serviço a metade da potência que constitui a 1.^a etapa.

Com referência a 2.^a etapa, a situação, presentemente, se resume no seguinte:

O projeto atual prevê a complementação para a potência final, tanto da Central como das subestações elevadoras e abaixadoras.

O material já está totalmente contratado, exceção feita dos alternadores e transformadores que deverão ser de fabricação nacional. Depende a efetivação do contrato da concessão do aval, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, cujo expediente já foi encaminhado com o respectivo projeto.

Os investimentos nesta parte serão, incluindo obras e equipamento nacional e estrangeiro, de Cr\$ 4.800.000.000,00.

Relativamente às linhas de transmissão, estas já se encontram em construção e, na sua quase totalidade, dimensionadas para a potência total da usina. Apenas o trecho Jacuí-Venâncio Aires precisará ser duplicado por meio de mais um circuito paralelo ao em construção.

Entre os equipamentos previstos para a 2.^a etapa do Jacuí, encontram-se duas subestações de 30.000 kW cada uma, bem como a ampliação da subestação de Cachoeira, destinadas ao reforço do sistema de distribuição de Porto Alegre.

7.A.9 Candiota, 1.^a Etapa — 20 mil kW. A Usina termelétrica de Candiota, a vapor, de 20 mil kW, no município de Bagé, foi iniciada pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Ministério de Viação e Obras Públicas, de acordo com os termos da Lei Federal n.º 1.610, de 27 de maio de 1952.

Recentemente a obra em questão foi transferida para o Estado do Rio Grande do Sul, por acordo firmado com citado Ministério, em 16 de julho de 1960, com interveniência da Comissão Executiva do Plano de Carvão Nacional.

A finalidade da transferência foi acelerar o término da obra, considerando a crescente carência de energia elétrica na região sul do Estado.

Recursos federais foram recebidos num montante de duzentos milhões de cruzeiros, distribuídos entre as obras de mineração de carvão junto à usina, a cargo do Departamento Autônomo de Carvão Mineral, e a construção da usina por parte da Comissão Estadual de Energia Elétrica: as parcelas foram respectivamente de Cr\$ 70 e Cr\$ 130 milhões.

As linhas e subestações, relacionadas com esta usina, nas diversas localidades, já estavam a cargo da CEEE.

Os recursos já dispendidos nas obras em questão, até 31.12.60, foram de Cr\$ 255.861.000,00, aplicados somente pela CEEE em linhas e subestações.

O investimento total da CEEE, na parte de linhas e subestações, inclusive empréstimo do BNDE, será de um bilhão quinhentos e noventa e três milhões de cruzeiros.

No que se refere à usina e por conta dos Cr\$ 130 milhões recebidos, foram efetuados pagamentos, até 31.12.60, em um montante de Cr\$ 108 milhões.

7.A.10 Candiota, 2.^a Etapa — 20 mil kW. A Central de Candiota, a vapor, inicialmente equipada para 20 mil kW, tem prevista uma segunda etapa de mais 20 mil.

Os estudos já estão concluídos, bem como o contrato da obra, que foi apresentado para apreciação ao Ministério de Viação e Obras Públicas, de acordo com cláusula de convênio que transferia a conclusão desta obra para o Estado.

O orçamento federal prevê no exercício de 1961 uma verba de trezentos milhões de cruzeiros, destinada ao custeio da segunda etapa de Candiota.

O sistema de transmissão já está dimensionado para a potência final de Candiota, cujo investimento está sendo inteiramente pelo Estado.

O orçamento atualizado para a segunda etapa de Candiota, com o reajuste trazido pela Instrução n.º 204, atinge a quatrocentos e onze milhões de cruzeiros.

7.A.11 Charqueadas — 3x18.000 kW. Esta usina que está sendo construída pela empresa mista Charqueadas S.A., na qual o Governo Federal é majoritário, deverá entrar em funcionamento em fins do mês de maio próximo. A CEEE irá comprar energia em grosso desta usina no barramento, sendo que para isso está construindo um trecho de linha isolado para 138.000 volts, entre Charqueadas e Gil, e montará uma subestação elevadora da mesma tensão, junto à usina. A energia será escoada pela linha Venâncio Aires-Scharlau, do Sistema Jacuí, e através desta virá reforçar o Sistema Canastra-Bugres-São Jerônimo, proporcionando um aumento de potência de 3x18.000 kW.

A Comissão Estadual de Energia Elétrica para este fim está investindo Cr\$ 1.527.000.000,00, compreendendo obras das linhas de transmissão Charqueadas-Gil e Scharlau-Farroupilha, das subestações de Charqueadas e abaiadoras em Porto Alegre, Farroupilha, Bento Gonçalves e Garibaldi.

7.A.12 Charqueadas II — 18.000 kW. Está em cogitação pela empresa Charqueada S.A. a instalação de uma quarta unidade de 18 mil kW, o que passaria de 54 mil para 72 mil kW a potência total daquela termelétrica. Para tanto, já foi encaminhado ao BNDE, como gestor do Fundo Federal de Eletificação, a aprovação da medida. As instalações que a Comissão Estadual de Energia Elétrica está fazendo já prevêem a capacidade final da usina. Foi oferecido pela CEEE ao BNDE o aproveitamento da licença de importação já concedida para a III Etapa de São Jerônimo, por representar menor investimento, com vistas a menor custo do kW.

7.A.13 Fronteira Oeste — 66.000 kW. Usina térmica de 66 mil kW, em Alegrete, destinada a atender 14 municípios da fronteira. Foi aberta concorrência e já concluído o julgamento.

O contrato foi firmado, em 31 de dezembro de 1960, com o Gruppo Industrie Elettro Necaniche per Impianti All'Estero, ocasião em que ficou estabelecido o prazo para a conclusão da usina em 22 meses.

Esta obra está orçada, entre usina, subestações e linhas que somam cerca de 1.000 km, Cr\$ 5.696.000.000,00.

O início de construção será ainda no primeiro semestre de 1961, sendo que a entrada em funcionamento desta unidade está prevista para setembro de 1962.

A Central Fronteira Oeste tem antes de tudo um sentido altamente social, com a finalidade de redimir uma importante área, industrializando-a, proporcionando o aproveitamento local das matérias primas que hoje são enviadas para outros Estados, ocorrência que dá uma evidente sangria econômica na região.

Tôdas as medidas foram tomadas pelo Governo do Estado para garantir o cumprimento dos prazos e cronogramas previstos.

7.A.14 Usina Tcheca — 24.000 kW. Dado a precariedade das instalações da usina do Gasômetro, houve por bem o Governo negociar uma usina de procedência Tcheca, de potência igual a 3x8.000 kW, a vapor, independentemente de outras providências que visam à ampliação da potência total instalada no sistema e no Estado. A localização da usina em questão será à margem esquerda do rio Gravataí, sendo que o início da construção foi previsto para princípios de 1961. O investimento total desta obra será de Cr\$ 864.000.000,00. Até 31 de dezembro de 1960 já havia sido feita a despesa de Cr\$ 55.000.000,00.

7.A.15 Grupo Diesel: Burmeister & Wain - Worthington. Com a finalidade de reforçar os sistemas existentes e equipar com maior potência energética algumas cidades do Estado, o Governo programou a instalação de 50 grupos diselétricos, de procedências dinamarquesa, americana, italiana e alemã.

Grande parte desses grupos já está em nosso território; alguns deles já funcionando ou em fase de montagem.

Os dados a seguir dá uma idéia do andamento das obras que se relacionam com a instalação desses grupos:

Burmeister & Wain, de 200 kW:

Cidade	Prédios Novos N.º de Grupos	% de execução
Camaquã	4	100
Tapes	3	60
Canguçu	3	5

Blocos em prédios existentes:

Jaguari	1	100
Candiota	1	100
Quarai	1	100
Santa Vitória	2	100
Santiago	1	100

Montagem de grupos:

Cidade	N.º de grupos	% de execução
Camaquã	2	operando
Jaguari	1	operando
Candiota	1	90
Santa Vitória	2	90
Santiago	1	5

Além disso:

Na nova usina de Camaquã também foi instalado um grupo Burmeister de 300 kW;

Na usina de São Gabriel, está em andamento a montagem de um grupo Burmeister de 500 kW;

Na usina de Bagé, foi instalado um grupo MWN-Marelli de 500 kW;

Na usina auxiliar do canteiro de obras da central do Jacuí, foram instalados dois grupos Franco-Tosi, de 400 kVA cada um.

Burmeister & Wain, de 944 kW:

Cidade	Prédios para N.º grupos	tôda obra contratada % de execução
Nova Prata	3	20
Frederico Westphalen	3	5
Cruzeiro	3	20
São Luiz Gonzaga	3	20

Construção de blocos em prédios existentes:

Cidade	% execução
Uruguaiana	100
Alegrete	90
Cachoeira do Sul	30

Caxias do Sul: Está em construção a nova usina diesel de Caxias do Sul, onde inicialmente serão instalados dois grupos Worthington, de 3.000 kW cada um. Em 31.12.60, percentagem global de execução era de 40%.

Além dessas localidades, está programada a instalação de grupos diesel elétricos nas seguintes cidades: São Borja, Livramento, Dom Pedrito, Osório, Lavras, Caçapava, Encruzilhada, Torres e São José do Norte.

Com vistas a uma maior rapidez na instalação dos grupos em questão, a CEEE está contratando obras civis e montagem, concomitantemente ao que está realizando com o seu próprio pessoal.

Até 31.12.60, a CEEE investiu nestas obras e montagem a quantia de Cr\$ 245 milhões. E' previsto um investimento de um bilhão duzentos e sessenta e seis milhões de cruzeiros para a realização total, incluindo os compromissos em moeda estrangeira e de pagamento a prazo.

7.A.16 Grupo de 2.700 kW para Uruguaiana. Para ampliação do fornecimento de energia à cidade de Uruguaiana, a CEEE, além dos grupos diesel ora em fase inicial de montagem, contratou em 1960, com a credenciada fábrica sueca vencedora da concorrência pública, o fornecimento de um turbo-gerador de 2.700 kW.

As duas caldeiras existentes foram dimensionadas para a ampliação em vista.

O embarque dos materiais está previsto para julho de 1961, e em breve serão iniciadas as obras civis correspondentes, estando em fase de aquisição os materiais complementares.

A entrada em serviço desta nova unidade está prevista para fins de 1961.

O investimento total, para o novo grupo, excluída a ampliação das redes de distribuição, será da ordem de cinquenta milhões de cruzeiros.

7.A.17 Turbo Alternador de Rio Grande. Cogitava a Comissão Estadual de Energia Elétrica da instalação de um turbo alternador de 2.400 kW, na cidade de Rio Grande, para contornar a situação difícil reinante por falta de potencial elétrico.

Surgiu uma oportunidade no ano próximo passado de aquisição de um turbo alternador, com poucas horas de uso, que se encontra no Estado da Paraíba. Após ajustadas as negociações através de uma Organização, surgiu um óbice. Passaram-se alguns meses, quando, então, a CEEE foi notificada de que a SUDENE não permitiria a saída daquela unidade do Estado.

Com o novo impulso que vem tomando a construção da usina de Candiota, inclusive a subestação respectiva na cidade de Rio Grande, que faz prever que, esta cidade, poderá receber um reforço de potencial elétrico daquela usina, a medida tornou-se desinteressante. Foi assim definitivamente cancelado esse empreendimento, pois ainda que fôsse iniciada agora a montagem daquele grupo, o mesmo não entraria em serviço muito antes da subestação de Candiota.

7.A.18 Instalação de beneficiamento de postes: Barreto. Na localidade de Barreto, município de Triunfo, junto à linha férrea e na margem esquerda do rio Taquari, foi montada a usina para preservação de madeiras para preparo de postes, travessas, moirões, etc.

Foram executados os prédios para instalação da autoclave, da caldeira, para oficinas, escritório, moradias, com uma área total construída de 3.535 m², com tôdas instalações de água, esgotos, drenagem e telefones, para atendimento do parque da obra.

Foi concluída a montagem da autoclave, caldeira para produção de vapor, bem como tôda a aparelhagem acessória, complementar e auxiliares, inclusive reservatórios para consumo diário, para armazenamento de preservativos oleosos e aparelhos para o levantamento de cargas.

A instalação começou a operar em fase experimental na segunda quinzena de julho de 1960. A produção está em ascensão, devendo em breve a usina atingir a capacidade total que é de 60 mil postes anuais.

No exercício de 1960, a produção de postes, totalmente imunizados, foi de 22.363 unidades.

7.A.19 Iluminação Pública — Avenida Farrapos, BR-2 e Assis Brasil. A fim de melhorar as condições de alimentação da iluminação pública nas importantes artérias que são avenida Farrapos e seu prolongamento na BR-2 até Canoas, bem como avenida Assis Brasil, foi aberta concorrência pública pela CEEE para aquisição de postes, luminárias e instalações respectivas. Encerrada a concorrência e feita a classificação da firma vencedora pela melhor oferta, constatou-se que o investimento seria de Cr\$ 27.000.000,00. O Governo do Estado abriu crédito especial para a cobertura deste empreendimento. O início das obras deverá verificar-se no primeiro semestre de 1961, tendo sido já colocada a encomenda da totalidade dos materiais.

7.A.20 Ampliação da Subestação n.º 2 de Pôrto Alegre. Para a duplicação da potência da subestação n.º 2 de Pôrto Alegre, isto é, instalação de mais quinze mil kVA, foram executadas tôdas as obras civis respectivas.

A totalidade do equipamento encomendado já se encontra em depósito no local da obra.

Os equipamentos destinados às futuras subestações n.ºs. 4 e 5, de Pôrto Alegre, foram previstos quando da assinatura do contrato de aquisição do material da segunda etapa da Central do Jacuí.

A conclusão da ampliação da subestação n.º 2 de Pôrto Alegre deverá ocorrer no fim do primeiro semestre de 1961.

Esta subestação tem relevância em virtude de que o escoamento da energia elétrica proveniente de Charqueadas será, inicialmente, em sua maior parte, através desta unidade em Pôrto Alegre.

7.A.21 Empréstimo de 1,8 bilhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Com a finalidade de intensificar o ritmo das obras do Plano de Eletrificação do Estado, o Governo recorreu ao Fundo Federal de Eletrificação, por intermédio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Inobstante a lei que criou o Fundo mencionado exclua organizações que não sejam de capital misto, foi obtido por meio do Decreto Federal n.º 48.107, de 13 de abril de 1960, a vinculação do montante de 1,8 bilhões de cruzeiros a empreendimentos dentro do Plano de Eletrificação do Estado.

Em data posterior, foi firmado termo de acôrdo entre aquêle estabelecimento de crédito e a Comissão Estadual de Energia Elétrica, com intervenção do Governo do Estado, pelo qual a referida importância seria entre-

que em parcelas a medida que fôsem aprovados os projetos apresentados pela CEEE.

Em 1960, a CEEE recebeu a quantia de 600 milhões de cruzeiros, aplicada integralmente em obras do Plano.

Face aos termos do projeto de lei que cria a Eletrobrás, a aplicação dos recursos do Fundo Federal de Eletrificação, nos investimentos relativos à eletrificação do Estado do Rio Grande do Sul, deverá ser feita na forma de participação de capital.

Por este motivo é que o Governo do Estado cogita da transformação da estrutura jurídica da CEEE. Em separado, está sendo encaminhado ao Poder Legislativo do Estado mensagem propondo aquela medida.

7.A.22 **Reconstrução da usina hidroelétrica de Guaporé.** Tendo sido destruída por uma enchente a usina hidroelétrica instalada pela Prefeitura de Guaporé na margem esquerda do rio do mesmo nome, em Linha Colombo, foi iniciada a reconstrução da nova usina, no mesmo local, conforme projeto da CEEE e mediante convênio com o Município.

Os serviços, na parte de obras civis, já foram concluídos, faltando somente as obras finais de acabamento, possíveis após a montagem dos equipamentos eletro-mecânicos.

Para futura operação da usina foram construídas residências cuja área totaliza 395 m².

Contratou-se a reconstrução total de dois alternadores, síncronos, com potência de 417 kVA, cada um; o fornecimento de um novo quadro de comando e o recondicionamento de dois reguladores e seus acessórios.

Esta usina deverá entrar em funcionamento no segundo semestre de 1961, com os seus 800 kW de potência, atenuando as deficiências de fornecimento na zona.

7.A.23 **Usina do Rio da Várzea.** A construção da usina do rio da Várzea, de 5.000 HP, é de iniciativa da Prefeitura Municipal de Carazinho, tendo a CEEE colaborado nas sondagens do terreno. Auxiliou o Governo do Estado, para a realização desta obra, com a abertura de um crédito especial de Cr\$ 5 milhões. Os serviços, presentemente, estão na seguinte situação: já perfurado o túnel de 290 metros de comprimento, está para ser iniciado o seu revestimento de concreto; as fundações da barragem estão prontas para receber concreto; estão para iniciar as fundações da casa de máquinas; a turbina, o gerador, o transformador elevador e os acessórios encontram-se prontos nas respectivas fábricas. O total do investimento previsto para esta obra atinge Cr\$ 68 milhões, tendo sido dispendido até agora Cr\$ 53 milhões. Estes dados foram fornecidos pela própria Prefeitura Municipal de Carazinho.

7.A.24 **Linhas de Transmissão:** 1. Scharlau-Farroupilha; 2. Farroupilha-Caxias do Sul; 3. Caxias do Sul-Bento Gonçalves e Subestações de Farroupilha-Caxias-Bento Gonçalves. Para a solução, a longo prazo, do problema de energia elétrica nos importantes municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi e Flores da Cunha, integrantes da chamada "zona colonial italiana", além dos trabalhos referentes às usinas geradoras, foi estudado e projetado um esquema de grandes linhas troncais. Estas linhas, partindo da subestação de Vila Scharlau, deverão abastecer em 138.000 volts

a subestação de Farroupilha e desta, em 69.000 volts, as subestações de Caxias do Sul e de Bento Gonçalves. A subestação de Farroupilha terá a potência de 30.000 kVA em 1.^a etapa, devendo alimentar a própria cidade com 8.000 kVA, a subestação de Caxias do Sul com 15.000 kVA e a de Bento Gonçalves com 8.000 kVA. Em 2.^a etapa está prevista a duplicação das potências mencionadas. Já se encontram em depósito 95% das torres metálicas necessárias para as linhas de alta tensão de 138.000 volts. Os cabos de alumínio e de aço, bem como os isoladores, destinados as mesmas linhas, tiveram suas respectivas concorrências ultimadas, desenvolvendo-se agora o processo de compra.

7.A.25 **Usina Hidroelétrica de Furnas do Segredo.** Esta usina foi projetada pela CEEE de início para 5.000 HP. Posteriormente, com o surgimento da usina de Alegrete, que viria constituir como que uma suplementação térmica, foi possível ampliar, em novo projeto, para 10.000 HP a capacidade da usina Furnas do Segredo. As obras da barragem e túnel estão a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, tendo sido previsto, no orçamento da União, um recurso de Cr\$ 158 milhões para a construção desta usina. Enquanto prosseguem as obras civis citadas, deverá ser realizada, no decorrer do ano de 1961, a concorrência pública para parte da usina, como casa de máquinas e equipamentos eletro-mecânicos.

7.A.26 **Ampliação da Termoelétrica de São Jerônimo — Terceira Etapa.** Estava em cogitação a ampliação da Central Termoelétrica de São Jerônimo que, atualmente, conta com 20 mil kW, relativos a 1.^a e 2.^a etapas realizadas. Esta ampliação, que seria um acréscimo de mais 25 mil kW, terceira etapa, implicaria na construção de, praticamente, uma usina completamente nova. A medida estava sendo adotada em vista da paralisação das obras de Charqueadas S.A., sem maiores perspectivas de uma conclusão.

Posteriormente, novo impulso tomou a construção da usina de Charqueadas e, no momento, preve-se que esta unidade entrará em serviço no mês de maio de 1961. Eis a razão pela qual o projeto de construção da terceira etapa de São Jerônimo foi abandonado.

A CEEE passará a comprar energia no barramento da usina de Charqueadas, no preço a que for fixado pelo Ministério de Minas e Energia.

As licenças de importação que já tinham sido obtidas, foram oferecidas para aproveitamento na ampliação da usina de Charqueadas.

7.A.27 **Programa de Extensão de Linhas e Rêdes.** Durante o exercício de 1960, foram construídas as seguintes metragens de linhas:

Linhas de transmissão:

tensão de 69 kV	2.120 metros
44	69.553
22	19.476
13,2	62.688
	<hr/>
	143.837

Rêdes de distribuição:

total 340.670 metros

Linhas telefônicas:

total 19.128 metros.

Foram instalados 168 transformadores de distribuição, com capacidade total de 9.763 kVA.

Linhas de transmissão do Sistema Candiota:

Serviços contratados com o consórcio SADE-TECHINT. Conforme quadro abaixo, onde temos percentualmente o estado da obra em 31.12.60, com relação à concretagem das fundações das torres:

Linha transmissão:	%
Candiota-Bagé	100
Candiota-Basilio	96,3
Basilio-Arroio Grande	96,8
Basilio-Pelotas	98,3
Pelotas-Rio Grande	96,7

A concretagem será reiniciada após a chegada das estruturas metálicas.

Sistema do Jacuí:

No decorrer do ano de 1961, deverão ser iniciadas e concluídas quase todas as linhas do sistema, de 138 mil — 69 mil volts, do Jacuí, numa extensão de cerca de 700 km.

Pôrto Alegre-Canôas:

Em Pôrto Alegre e Canôas foram feitas, paralelamente, as seguintes extensões de linhas e rêdes:

primárias 16.130 metros
secundárias 39.730 metros

7.A.28 Eletrificação rural. Prosseguindo no seu plano de penetração com linhas e rêdes no interior, a CEEE está lançando uma sólida base para uma futura eletrificação rural, intensiva e em moldes adequados, pois esta, como entendemos, não consiste apenas em estender linhas no interior.

Um plano completo compreenderia a constituição de um setor especializado, estimulando e orientando o cooperativismo, a racionalização das atividades agro-pastoris e pequenas indústrias de transformação do tipo domés-

tico, e sobretudo a constituição de grandes fundos para o financiamento a longo prazo e a taxas baixas.

No que concerne à disponibilidade de energia, com o desenvolvimento do plano de um milhão de quilovates, não haverá impedimento para a eletrificação rural.

A eletrificação do campo é em si um empreendimento altamente anti-econômico se não vier acompanhado de outras medidas de incremento à produção, o que precisa ser estudado com profundidade. É propósito do Governo constituir um grupo de trabalho para este fim, no decurso de 1961.

7.A.29 **Medidores de consumo de energia elétrica.** A Comissão Estadual de Energia Elétrica forneceu, durante o ano de 1960, medidores a diversas comunas de nosso Estado. A cessão destes aparelhos tem sido feita com a finalidade de auxiliar às Prefeituras a disciplinar as cargas das usinas respectivas, atenuando-se-lhes os efeitos dos déficits provenientes de fatores varios, tais como o encarecimento do combustível, elevação de salários, etc. Os reajustamentos de tarifas nem sempre são obtidos na época devida, e a falta de medição dos consumos tem facilitado os excessos, agravando a situação. Estas medidas, como a de fornecimento de medidores, é que tornado possível atenuar um pouco o impacto das solicitações de encampações de serviços, a braços com tais dificuldades, pertencentes às Prefeituras Municipais. Por outro lado, o grande número de sedes municipais, e outras localidades já a cargo da CEEE, está se constituindo em pesado encargo que não tem sido possível muitas vezes atender convenientemente, dado a total sobrecarga de serviços técnicos e administrativos.

7.A.30 **Central Hidroelétrica de Passo Fundo — 300 mil HP.** Dentro do plano de um milhão de kW, foi mandado executar o projeto da central hidroelétrica de Passo Fundo, de 300 mil HP. Concebida e estudada preliminarmente pela CEEE, trabalhos estes que remontam aos primórdios da organização, em 1960, foi a elaboração do projeto definitivo confiada à firma italiana Electroconsult, de Milano. No segundo semestre de 1960, foi assinado convênio entre o Estado e a União, através do Ministério de Viação e Obras Públicas, para a realização desta importante obra. Por força do referido convênio, deverá a União incluir em seu orçamento, a partir de 1962, oitocentos milhões de cruzeiros anuais, até um total de quatro bilhões de cruzeiros, como contribuição a esta obra. A estimativa orçamentária da obra, apresentada pela firma projetista, é da ordem de oito bilhões de cruzeiros. A concorrência pública deverá ocorrer no decurso de 1961.

7.A.31 **Usina do Paredão.** Em janeiro de 1959, foi assinado um contrato entre a Comissão Estadual de Energia Elétrica e uma firma italiana, visando a execução dos estudos preliminares e ante-projeto das obras da Central do Paredão, tendo por objetivo a utilização de uma descarga máxima de 200 m³/seg e o aproveitamento de maior altura de queda possível. No dimensionamento da Central seria levado em conta a complementação térmica proveniente da usina de Candiota, na sua etapa final de 40.000 kW, o que permitiria um aproveitamento de 100.000 kW. Os levantamentos e sondagens para determinar o melhor local para construção da barragem, estão em andamento. Dificuldades surgiram devido a características de sub-

solo. A execução destes trabalhos poderá se estender ainda até o fim do 1.º semestre de 1961. Assim que concluídos e entregues à firma contratada, esta realizará o projeto em cinco meses, ficando a CEEE em condições de lançar uma concorrência pública para fornecimento de equipamento e montagem da usina, verificadas, precedentemente, as possibilidades da obtenção de recursos.

7.A.32 **Central Térmica de 200.000 kW.** Tendo em vista a política carbonífera do Governo Federal, desenvolvido através do Plano Nacional do Carvão, e a manutenção de proporção conveniente entre a geração de energia de procedência térmica e hidrelétrica, está o Governo tomando providências para concretizar o plano de instalação de uma usina térmica, a vapor, na região carbonífera do Estado.

A usina, cuja potência final atingiria 200.000 kW, seria iniciada com recursos oriundos do Plano Nacional do Carvão, numa primeira etapa de 100.000 kW.

O investimento do Governo Federal, restrito a usina propriamente dita, seria da ordem de Cr\$ 5 bilhões, ao passo que a construção das linhas de transmissão e subestações, custeadas pelo Estado, atingiria um investimento da ordem de um bilhão de cruzeiros.

Esta forma de colaboração entre o Governo da União e o do Estado, já se verificou em outros empreendimentos, como no caso da usina de Cândota e no das diversas usinas hidrelétricas cujas barragens foram custeadas pelo Governo Federal.

A Lei 3.860, de 24 de dezembro de 1960, que aprova o plano de coordenação de atividades relacionadas com o carvão mineral, considera em sua previsão de inversões, no setor de energia elétrica, dotação orçamentária para este fim.

7.A.33 **Antas - Tainhas.** Antas: Encontra-se em fase adiantada a elaboração do ante-projeto, contratado com organizações especializadas, com base nos estudos topográficos, aerofotogramétricos, hidrológicos, geológicos e na concepção da CEEE de aproveitamento em uma única central, da potência de 200 mil HP, unidade a ser implantada à jusante da confluência dos rios Prata e Antas. Prosseguem os trabalhos de exploração à montante, onde serão estudadas possibilidades de novas acumulações que, apresentando condições favoráveis, permitam em futuro uma elevada utilização desta central. Constitui o rio das Antas, sem dúvida, um dos grandes recursos energéticos do Estado, exigindo porém obras de elevado custo, motivo pelo qual procurou a CEEE acelerar o projeto do rio Passo Fundo, mais econômico e ora concluído, passando a estudar para o rio das Antas diversas variantes.

Tainhas: Após extensos e demorados trabalhos topográficos, terrestres e aéreos — estudos hidrológicos, sondagens e reconhecimentos — e tendo com base nestes elaborado um esquema geral de aproveitamento, contratou a CEEE, com importante organização italiana, o prosseguimento dos estudos, ante-projeto e projeto detalhado da Central Tainhas.

O esquema geral do aproveitamento, que terá a potência de 150 mil HP, consistirá em duas barragens no rio Tainhas, uma delas com bombeamento; barragens estas que permitirão uma acumulação na ordem de 600 milhões de metros cúbicos, conduzindo as águas para o vale do rio Carvalho e permitindo, assim, um aproveitamento de aproximadamente 750 metros de queda, um dos maiores no Estado quanto à altura de queda.

7.A.34 Aproveitamento da Usina do Capivari do Estado de Santa Catarina. Encontra-se em construção, fase adiantada de obras, a primeira etapa de uma usina térmica no território do Estado de Santa Catarina (SOTELCA), que visa ao aproveitamento do carvão-vapor, subproduto do siderúrgico, extraído e coqueificado para uso da Companhia Siderúrgica Nacional. Não tendo aquele Estado consumo para a energia total gerada, 200 mil kW em etapa final, foi oferecido o excedente da produção. O empreendimento em aprêço está enquadrado no Plano Nacional do Carvão. Ocorre que o Estado do Rio Grande do Sul também tem o seu problema carbonífero e cogita de aproveitar as dotações previstas no orçamento da União, com a construção de uma usina a vapor na região carbonífera do Estado. O aproveitamento da energia oferecida acarretaria investimentos, entre linhas de transmissão e usinas conversoras de frequências, vultosos. Por outro lado, tem o Estado do Rio Grande do Sul um plano bem equacionado, com previsões até 1970, da elevação de sua potência instalada para um milhão de quilovates. Por tôdas estas razões, não poderia o Estado assumir um compromisso de tomar uma quota de energia da usina do Capivari.

7.A.35 Energia Termo-Nuclear. O Estado, com o intuito de não ficar alheio ao problema de energia nuclear, determinou a constituição de um Grupo de Trabalho, dentro da Comissão Estadual de Energia Elétrica, tendo, para isto, solicitado e recebido do Governo Federal colaboração na pessoa do Eng.^o Paulo Richer, colocado à disposição pelo Ministério de Agricultura. O Grupo de Trabalho referido procurará manter-se em dia com a evolução da técnica de geração de energia nuclear e estudará a oportunidade e conveniência de medidas mais concretas e efetivas para o ingresso nesse campo.

7.B — CARVÃO

7.B.1 Candiota — (Mineração). Em consequência do convênio realizado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério de Viação e Obras Públicas, com a interveniência da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, recebeu o Departamento Autônomo de Carvão Mineral, em 2 de setembro de 1960, a verba de Cr\$ 68.103.872 20, destinada às obras e instalações da Mina de Candiota. Logo a seguir, embora sem a entrega oficial que deveria ser efetuada pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro-Comissão Construtora das Obras e Instalações da Usina Termo-Elétrica de Candiota, iniciou o DACM suas atividades em Candiota, transferindo pessoal das Minas do Leão e iniciando o preparo do campo de mineração, por meio de um plano de emergência, para ataque manual, em face da impossibilidade do emprêgo das escavadeiras, devido à falta de energia. Tais trabalhos resultaram em que, antes do final do ano, cerca de trinta mil toneladas de carvão se achavam em condições imediatas de extração, com o capeamento de material estéril. Neste mesmo exercício, no mês de dezembro, foram abertas concorrências para a construção de prédios de moradia, para operários, e para aquisição de veículos para transporte e descarga mecânica do carvão. No mês de abril de 1961, deverão estar acabados 46 desses prédios.

Trabalhos a serem realizados no ano de 1961: 1 — Conclusão dos trabalhos relativo à Vila Residencial; 2 — Construção dos prédios para Adminis-

tração e Oficinas; 3 — Construção de uma recebedoria de emergência, para assegurar o abastecimento regular da usina, em tempo conveniente, tendo em vista que a existente, construída sob a orientação da antiga Comissão Construtora de Candiota (DNEF), não apresenta condições de segurança e de funcionamento adequado; 4 — Início da construção do cabo aéreo para transporte, carga e descarga de carvão e cinzas.

7.B.2 Encampação das Minas do Butiá. Em 14.7.1959, foi nomeada, pelo Senhor Secretário de Energia e Comunicações, uma Comissão mista, constituída de representantes do Estado e das Companhias, com o objetivo de efetuar o Tombamento Físico-Contábil dos Bens da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e da Companhia Carbonífera Minas do Butiá. Essa Comissão foi formada em face dos estudos e das recomendações emanadas do Conselho de Mineração, órgão deliberativo do DACM, ao apreciar uma proposta das citadas Companhias, em que as mesmas manifestavam seu interesse em adquirir os equipamentos de mineração a céu aberto do DACM. Os trabalhos dessa Comissão de Tombamento, minuciosos e precisos, prolongaram-se durante todo o ano de 1960, estando em sua fase final, redação do Relatório, ao término desse ano. Em 3.1.61, foi entregue ao Senhor Secretário de Energia e Comunicações o Relatório final e todo o processo de tombamento realizado pela referida Comissão. Por despacho do Senhor Secretário, datado de 24.1.61, o mencionado processo foi encaminhado ao Diretor Geral do DACM, para que o submetesse à apreciação do Egrégio Conselho de Mineração. Após diversas reuniões de estudo e debate, esse Conselho, em sessão realizada no dia 16.3.61, emitiu a Resolução n.º 329, na qual se expressa o Parecer desse órgão, o qual depois de ampla análise do problema, conclui ser de "PARECER que a aquisição dos bens, objeto do presente estudo, conforme discriminação constante dos trabalhos da Comissão de Tombamento, aos quais este parecer se anexa, é, além de uma **solução correta e conveniente, altamente recomendável e até imperativa** na conjuntura presente, tanto pelos aspectos econômicos e financeiros, como pelos aspectos técnicos e sociais". Em 17.3.61, foi todo o processo devolvido à Secretaria de Energia e Comunicações. Posteriormente, o Senhor Secretário de Energia e Comunicações encaminhou-o ao Governador.

7.B.3 Estudos e prospecções. Pesquisa geológica: Atendendo à determinação do Senhor Secretário de Energia e Comunicações, realizou o DACM, no exercício de 1960, uma sondagem pioneira, após o necessário serviço de reconhecimento, localizada à margem do Rio Santa Maria, no Município de São Gabriel. Tal pesquisa teve por finalidade determinar a possibilidade de existência de carvão no triângulo São Gabriel — Rosário do Sul — Cacequi, com vistas ao abastecimento da usina termo-elétrica a ser construída na Fronteira Oeste de nosso Estado. Foram negativos os resultados dessa sondagem, levando-nos à conclusão de que, sob o ponto de vista econômico, deve considerar-se a área testada como estéril em carvão.

Plano de Trabalho para 1961: A jazida de profundidade Butiá — Leão, devido a seu grande significado econômico, especialmente agora, quando se planeja construir mais uma grande usina termo-elétrica no Município de São Jerônimo, precisa ser integralmente conhecida. É a mesma amplamente estudada na região circunvizinha às localidades denominadas Minas de Butiá e Minas do Leão, mas o seu desenvolvimento em direção ao Rio Jacuí, além

das Minas do Leão, ainda não está determinado. Com esse objetivo, o DACM, elaborou um plano de pesquisa, que deverá ser cumprido durante o ano de 1961; para a execução desse plano, será necessário, para o DACM, a obtenção de recursos no montante de Cr\$ 9.000.000,00.

Pesquisas Tecnológicas: Neste setor, nada realizou o DACM, por absoluta falta de recursos, no ano de 1960. Entretanto, o aproveitamento racional e integral do carvão mineral rio-grandense é uma imposição de nossa economia. Para tal, necessita o DACM de recursos financeiros, visando desenvolver um amplo plano de estudos e experimentação, e que poderá ser realizado em colaboração com o Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul (ITERS). Essas pesquisas deverão abranger: lavabilidade, coqueificação, aproveitamento das cinzas, obtenção de produtos derivados.

Atividade Técnica-Cultural: Em conjunto com o Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, o DACM realizou, em setembro de 1960, um "CICLO DE PALESTRAS SOBRE O CARVÃO MINERAL", constituído por nove conferências, abordando aspectos técnicos e econômicos de grande atualidade, pronunciadas por eminentes engenheiros do nosso e de outros Estados.

7.B.4 Plano Nacional do Carvão. Em 27 de dezembro de 1960, o Diário Oficial da União publicou a Lei n.º 2.660, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República no dia 24 do mesmo mês. Tal lei aprova o Plano de Coordenação das Atividades relacionadas com o Carvão Mineral, "a fim de ampliar-lhe, de modo econômico, a produção, incrementar e racionalizar o seu consumo, de forma a melhor aproveitá-lo como reductor, combustível e matéria prima". O Plano, aprovado por esta lei, "compreenderá todo o ciclo econômico do carvão, abrangendo as atividades de pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte, distribuição e consumo do combustível nacional". A citada lei, em seu artigo 7.º, prevê os recursos para a realização dos objetivos consubstanciados no Plano, determinando que, anualmente, durante o período de dez anos, o orçamento geral da União consignará dotações nunca inferiores a 1,5% do montante das rendas tributárias previstas na proposta para o exercício a que se referir o orçamento. A Lei n.º 2.660 abre, assim, amplas perspectivas econômicas para o carvão mineral riograndense.

7.B.5 Minas do Leão — São Jerônimo — (Mineração). No anexo A, quadro I, estão registrados a produção e o teor calorífico do carvão graúdo e da moinha, produzidos nas Minas do Leão no ano de 1960. No quadro II do mesmo anexo, estabelece-se um comparativo entre as produções de carvão graúdo e de moinha, com relação aos anos de 1958, 1959 a 1960 e comparam-se, também os teores caloríficos correspondentes. Nos referidos quadros, observa-se o significativo declínio da produção no último ano; tal fato se deve às condições das jazidas, em fase da extinção final. Por outro lado, observa-se a consolidação do bom padrão de qualidade do nosso carvão, evidenciada por meio dos elevados teores caloríficos, que atingiram a média de 4.652 cal/kg no segundo semestre de 1960, passando por um máximo de 5.019 cal/kg no mês de outubro, índices nunca atingidos anteriormente neste Departamento; deve-se salientar, ainda, que tais índices foram alcançados apesar de todas as condições adversas de mineração. Verificou-se, no transcurso do ano de 1960, que as previsões feitas pelo DACM no relatório anterior, quanto à extinção final das jazidas, se verificaram. Com efeito, em dezembro

dêsse ano, extinguiu-se totalmente sua jazida a céu aberto, paralisando-se os trabalhos de mineração nêsse setor e restando, apenas, os últimos remanescentes de pequena profundidade, que permitem uma diminuta produção, o que veio agravar os déficits mensais do DACM. E' de salientar-se que, apesar de tôdas as dificuldades, conseguiu o DACM operar, nos primeiros cinco meses do ano, com resultados financeiros positivos. A partir de junho, o decréscimo de sua produção, agravado pela elevação do salário-mínimo e pela alta constante dos materiais de consumo, ocasionou a volta ao regime deficitário. Convém notar-se, também, a influência, desde 1.º de janeiro, da elevação geral dos salários, determinada pelo estabelecimento do salário móvel, ao funcionalismo estadual. Tendo em vista a extinção total da jazida a céu aberto, já atingida, e o mesmo fim que terá, muito brevemente, a de mineração em pequena profundidade, nenhuma previsão pode mais ser feita quanto aos serviços nessa localidade. Somente a aquisição das Minas de Butiá, prolongamento natural da jazida do Leão, poderá evitar, se não demorar sua concretização, o colapso total da mineração do DACM nessa região, que poderá representar, talvez, o colapso do próprio DACM.

A N E X O "A"

Q U A D R O I

PRODUÇÃO MENSAL DE CARVÃO E MOINHA COM TEOR CALORÍFICO EM 1960.

Meses	Carvão Ton	Teor Calorífi- co cal/kg	Moinha Ton	Teor Calorífi- cal/kg
Janeiro	4.384	4.257	2.197	4.036
Fevereiro	4.709	4.600	2.199	4.092
Março	3.979	4.586	2.010	4.139
Abril	3.166	4.702	1.477	4.190
Maió	3.413	4.513	1.431	4.183
Junho	2.229	4.310	947	4.230
Julho	2.564	4.400	1.021	4.212
Agosto	1.193	4.608	592	4.456
Setembro	1.376	4.620	744	4.580
Outubro	2.696	5.019	1.124	4.640
Novembro	2.860	4.730	1.332	4.670
Dezembro	1.925	4.485	919	4.380
Totais:	34.494	—	15.993	—
Média:	2.874,500	4.573	1.332,750	4.317

Q U A D R O I I

COMPARATIVO DA PRODUÇÃO E DO TEOR CALORÍFICO, ENTRE OS ANOS DE 1958, 1959 e 1960

Anos	Período	Produção em tonel.		Teor calorífico do carvão graúdo Média
		Carvão graúdo	Moinha	
1958	1.º Semestre	22.748	8.369	3.832 cal/kg
	2.º Semestre	26.789	9.688	3.457 cal/kg
	T O T A L	49.537	18.057	
1959	1.º Semestre	29.331	11.033	3.674 cal/kg
	2.º Semestre	20.395	10.174	4.237 cal/kg
	T O T A L	49.726	21.207	
1960	1.º Semestre	21.880	10.261	4.494 cal/kg
	2.º Semestre	12.614	5.732	4.652 cal/kg
	T O T A L	34.494	15.993	

FEE-CE
BIBLIOT

TRANSPORTE E ARMAZENAGEM

8 — TRANSPORTES E ARMAZENAGEM

8.A — TRANSPORTE RODOVIÁRIO

8.A.1 Estrada da Produção Norte. Trecho: Pôrto Alegre - Vale do Rio Uruguai.

Subtrechos: RS.3 - Estrêla (34 Km). Trecho atacado: 8.405 Km. Concluído: 5.000 Km. Terraplenagem (volume executado): 203.907.400 m³. Obras de arte: Executado o projeto da ponte sôbre o Arroio Estrêla com 55 metros de comprimento.

Estrêla - Forquetinha (15 Km). Trecho atacado: 2.540 Km. Concluídos: 2.000 Km. Terraplenagem (volume executado): 69.262.503 m³. Obras de arte: Executado o projeto da ponte sôbre o Arroio Forquetinha com 77,60 metros de comprimento.

Forquetinha - Barra do Fão (27 Km). Trecho atacado: 6.600 Km. Concluído: 3.000 Km. Terraplenagem (volume executado): 113.383.917 m³. Obras de Arte: Executado projeto da ponte sôbre o Arroio Forqueta com 116,20 m. e em andamento o da Várzea do Forqueta com 192 metros de comprimento.

Barra do Fão - Soledade (68 Km). Trecho atacado: 1.120 Km. Concluído: 1.000 Km. Terraplenagem (volume executado): 40.000,00 m³.

Soledade - Carâzinho. Trecho atacado: 5.380 Km. Concluído: 0,500 Km. Terraplenagem (volume executado): 102.850,00 m³.

RS.13 - Passo Fundo (41 Km). Trecho atacado: 1.000 Km. Executado: 2 bueiros celulares de 2,50 x 2,00.

Cai - Feliz (20,5 Km). Trecho atacado: 3.564 Km. Concluído: 1,500 Km. Terraplenagem: 41.992.000 m³.

Acesso à Barragem do Fandango (9,06 Km). Trecho atacado: 1.000 Km. Concluído: 1.000 Km. Terraplenagem: 18.000,000 m³.

Cruz Alta - Ijuí (42 Km). Trecho atacado: 2.460 Km. Concluído: 1.000 Km. Terraplenagem: 87.540,000 m³.

Resumo da Estrada da Produção Norte:

Extensão total: 321,6 Km
Trecho atacado: 32.069 Km
Concluído: 15,000 Km
Terraplenagem: 676.935,820 m³

Projetos concluídos de pontes: 248,80 ml.
Projeto em andamento de pontes: 192,00 ml.

8.A.2 Estrada da Produção Sul. Trecho: Pelotas - Santa Maria.

Subtrecho: Pelotas - Canguçu (48 Km). Trecho atacado: 9,463 Km. Concluído: 9,035 Km. Pavimentado: 9,035 Km. Terraplenagem: 254.010,607 m³. Obras de arte: Concluído o projeto da ponte sobre o Arroio Salso com 27 metros de comprimento.

8.A.3 Construção da RS.24 Cai - Feliz. Extensão do trecho: 20,5 Km. Trecho atacado: 3,564 Km. Trecho concluído: 1,500 Km. Data de início: 28 de setembro de 1960. Término previsto: 28 de setembro de 1963. Estimativa de custo: Cr\$ 212.437.373,20.

Observação: Este trecho foi incluído na Estrada da Produção Norte (8.A.1).

8.A.4 Construção do acesso à Barragem do Fandango. Extensão do trecho: 9,06 Km. Trecho atacado: 1,00 Km. Trecho concluído em 1960: 1,00 Km. Total concluído: 4,53 Km. Data de início: 1.º de junho de 1958. Término previsto: 30 de julho de 1961. Estimativa de custo: Cr\$ 134.500.000,00. Dotação de 1959 (Dec. 10.423): Cr\$ 34.500.000,00.

Observação: Este trecho teve os serviços paralisados em 1.4.1960 por falta de dotação de verba e reiniciados em 18 de novembro de 1960 pela Estrada da Produção Norte (8.A.1). A barragem do Fandango situa-se na RS.10 Ligação Cachoeira - BR.37.

8.A.5 Construção da RS 45 Nova Prata - Casca. Extensão do trecho: 50 Km. Concluído em anos anteriores: 30 Km. Data de início: 1.º de maio de 1953. Término previsto: 31 de outubro de 1963. Foi dado andamento no projeto da ponte sobre o Arroio Bossanense, com 53 de comprimento. O Departamento executou a construção das seguintes obras de arte nessa estrada: Ponte sobre o Arroio Araçá: 19 m. executado em 1960: 100%. Ponte sobre o Arroio Barra Grande: 24 m. executado em 1960: 100%. Ponte sobre o Arroio Inhacoré (est. 606): 29 m. executado em 1960: 20%. Ponte sobre o Arroio Inhacoré (est. 638): 20 m. executado até 1959: 40%, em 1960: 60%. Ponte sobre o Arroio Não Sabia: 34 m. executado em 1960: 100%. Estimativa de custo: Cr\$ 146.688.237,00. Dotação até 1959: Cr\$ 22.688.237,00. Dotação em 1960: Cr\$ 4.000.000,00.

Observação: A construção dessa estrada foi iniciada em 1953 pela Divisão de Conservação do DAER, com as dotações até 1960; tratou-se de uma terraplenagem primária. Deverá ser concluída através da Estrada da Produção Norte (8.A.1).

8.A.6 Construção da RS.10 - Cruz Alta - Ijuí. Extensão do trecho: 42 Km. Concluído em 1960: 8 Km. Total concluído: 25 Km. Data de início:

6 de janeiro de 1959. Término previsto: 31 de agosto de 1963. Estimativa de custo: Cr\$ 140.000.000,00. Estimativa de custo: Cr\$ 140.000.000,00. Dotação em 1959: Cr\$ 10.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 5.000.000,00.

Observação: Com as dotações supra no valor total de Cr\$ 15.000.000,00, foram executados serviços de terraplenagem primária e concluídos 25 Kms. Em dezembro de 1960 passou ser construído através da Estrada da Produção Norte (Obra 8.A.1).

8.A.7 Construção do acesso à ponte sobre o rio Jacui (Rio Pardo.) Extensão total do acesso: 4 Km. Total concluído: 2,7 Km. Data de início: 3 de agosto de 1957. Término previsto: 31 de outubro de 1961. Estimativa de custo: Cr\$ 46.984.800,00. Dotação em 1960: Cr\$ 10.000.000,00. Total dotado até 1960: Cr\$ 34.984.800,00.

Observação: Serviços iniciados por administração direta até 1959. No ano de 1960 foram paralisados por falta de verba, e no fim do exercício foi empreitado e os serviços reiniciados.

8.A.8 Construção da RS-99 Barracão-Rio Pelotas. Extensão do trecho: 11,70 Km. Construído em 1960: 2,80 Km. Total construído: 6,80 Km. Data de início: 1.º de fevereiro de 1958. Término previsto: 31 de dezembro de 1961. Estimativa de custo: Cr\$ 100.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 10.000.000,00. Total dotado até 1960: Cr\$ 14.000.000,00.

Observação: Serviços executados por empreitada. A obra foi paralisada em diversas ocasiões, por falta de verba. Sua continuação ainda está dependendo da solução do traçado definitivo, que deverá ser submetido à aprovação do DNER.

8.A.9 Construção da RS.19 Novo Hamburgo - Taquara. Extensão do trecho: 44 Km. Executado em 1960: 7 Km. Total construído: 27 Km. Data de início: 1.º de novembro de 1960. Término previsto: 30 de junho de 1961. Estimativa de custo: Cr\$ 75.400.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 8.000.000,00. Total dotado até 1960: Cr\$ 15.400.000,00.

Observações: Essa obra compreende apenas o trecho entre Sapiranga-Taquara numa extensão de 24 Km. para os quais valem os dados acima. O trecho Novo Hamburgo-Sapiranga foi construído e totalmente asfaltado até o exercício de 1959. Toda a obra foi e está sendo executada pelo DAER por administração direta.

8.A.10 Construção do acesso à ponte sobre o rio São Gonçalo. Extensão do trecho: 4,34 Km. Executado em 1960: 3,06 Km. Total executado até 1960: 3,86 Km. Estimativa de custo: Cr\$ 60.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 38.812.500,00 (verba federal). Total dotado até 1960: Cr\$ 60.432.912,00 (verba federal). Data de início: 16 de novembro de 1959. Término previsto: 31 de dezembro de 1960.

Observação: Serviço executado por empreitada e por delegação do DNER ao DAER. O trecho foi praticamente concluído no término previsto e executado exclusivamente com verba federal. A ponte situa-se na BR.2 e liga os municípios de Pelotas e Rio Grande.

8.A.11 **Construção da RS.84 Tapes - BR.2.** Extensão do trecho: 16 Kms. Executado em 1960: 1,28 Kms. Total executado até 1960: 9,76 Kms. Data de início: 10 de dezembro de 1958. Término previsto: 31 de junho de 1961. Estimativa de custo: Cr\$ 27.500.000,00. Dotação em 1958: Cr\$ 7.500.000,00.

Observação: Serviço executado por administração direta. Paralisado no exercício de 1960 por absoluta falta de recursos orçamentários.

8.A.12 **Construção da RS.9 Santa Izabel - BR.92 (Rio Grande).** Extensão do trecho: 21 Km. Estimativa de custo: Cr\$ 120.000.000,00. Data de início: 1.º de outubro de 1957. Executado até 12-1959: 8 Km, realizado pelo Departamento por Administração direta.

Observação: Esse trecho apresenta-se situado através de um banhado. Há a necessidade de fazer em primeiro lugar, a recuperação do banhado, na ordem de 300.000 m³, serviço afeto ao DNOS. Enquanto tal serviço não for realizado, o DAER não poderá continuar a construção da estrada, não permitindo portanto, fazer uma previsão para o término do serviço. A estimativa de custo é para os restantes 13 Km e acabamento final de todo trecho.

8.A.13 **Construção da RS.24 Feliz - BR.2 (Vale Real).** Extensão do trecho: 30 Km. Projeto da ponte sobre o Arroio Feliz com 42 metros de comprimento foi executado. No exercício de 1960 foram executados as seguintes obras de arte, sob a fiscalização do Departamento: Ponte sobre o Arroio Belo: concluída com 66 m de comprimento. Ponte sobre o Arroio Feliz: 42 m executado: 30%. Ponte sobre o Arroio Pinhal concluído com 31 m de comprimento. Após a conclusão da ponte sobre o Arroio Feliz, deverá ser atacado o trecho, terraplenagem pesada, quando será calculado o volume de movimento de terra e a estimativa de custo. Para esse trecho, não houveram dotações orçamentárias.

8.A.14 **Construção da RS.104 Feliz - Farroupilha.** Extensão do trecho: 34 Km. Deverá ser feita uma retificação da estrada existente e incluída na Estrada da Produção Norte (8.A.1). Para início dos serviços será necessário uma dotação de Cr\$ 20.000.000,00. Uma vez incluída na Estrada da Produção, aparecerá como continuação da ER. Caf-Feliz e o término previsto será o mesmo das demais, isto é, 31 de outubro de 1963.

8.A.15 **Construção da Ponte sobre o Arroio Turvo.** Estrada: RS.13 — Trecho: Carazinho - Sarandi. Ponte de concreto armado com 50 m de comprimento. Executado pelo DAER por administração direta. Data de início: 1.º de setembro de 1959. Término previsto: 15 de dezembro de 1960. Obra concluída no prazo previsto, sendo que no exercício de 1960, foi executado 80% da obra. Custo da obra: Cr\$ 6.700.000,00. Dotação em 1959: Cr\$ 5.700.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 1.000.000,00.

Observação: O saldo da dotação de 1959, foi incorporada na dotação de 1960, e com esta foi a obra concluída.

8.A.16 Construção da ponte sobre o rio das Antas no Passo Santa Barbara. Estrada: RS.27 Trecho: Bento Gonçalves - Guaporé. Ponte em estrutura metálica com 270 metros de comprimento. Projeto e modalidade executiva: Empreitada. Estimativa de custo Cr\$ 62.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 19.266.469,00. Data de início: 2 de janeiro de 1961. Término previsto: 15 de dezembro de 1962.

Observações: 1.º) No exercício de 1960, foram apenas instalados os serviços, e adquirido a estrutura metálica com a devida dotação. 2.º) Para que o serviço não sofra solução de continuidade, será necessário uma dotação para 1961, na ordem de Cr\$ 30.000.000,00. 3.º) No Orçamento da União para 1961, está previsto uma verba de Cr\$ 20.000.000,00. Caso seja esta decretada, o Estado precisará dotar apenas Cr\$ 10.000.000,00.

8.A.17 Construção dos viadutos na várzea do rio Taquari. Estrada: RS.13 Trecho: Lajeado - Estrêla. Comprimentos — Margem esquerda: 124 metros. Margem direita: 104 metros.

Os projetos e as construções de ambos os viadutos serão executados sob regime de empreitada. Estimativa de custo: Cr\$ 40.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 10.000.000,00 — Orçamento da União. Término previsto: 3 de outubro de 1961. Data de início: 2 de janeiro de 1961.

Observações: 1. — O processo da Concorrência Pública encontra-se em fase final de tramitação no DAER. 2. — No Orçamento da União para 1961 está previsto uma dotação de Cr\$ 30.000.000,00, com o título de Ponte sobre o Rio Taquari entre Lajeado-Estrêla. 3. — Como a Obra 8.A.46 é a construção da Ponte sobre o Rio Taquari, na RS.13 Lajeado - Estrêla, as obras 8.A.17 e 8.A.46 serão consideradas em conjunto, somente para efeito orçamentário.

8.A.18 Construção da ponte do rio Jacui no Passo do Cêro Chato. Estrada: RS 3 Trecho: Candelária - Santa Maria. Ponte de concreto armado. Comprimento: 313,60 metros. Projeto e Modalidade Executiva: Empreitada. Estimativa de custo: Cr\$ 65.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 30.000.000,00. Data de início: 5 de novembro de 1959. Término previsto: 15 de abril de 1962. Executado em 1960: 30%.

Observações: 1. — A dotação de 1960 foi do II Plano de Obras. 2. — Em 1959 foram apenas instalados os serviços, que realmente tiveram início no exercício de 1960.

8.A.19 Construção da ponte do rio Piratini em Pedro Osório. Estrada: BR.2 Trecho: Pelotas - Jaguarão. Projeto DAER — Modalidade Executiva: Administração direta. Comprimento: 120 metros. Características: Ponte em estrutura metálica em treliça e pilar central em concreto armado. Estimativa de custo: Cr\$ 25.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 11.000.000,00 — II Plano de Obras. Dotação total até 1960: Cr\$ 13.400.000,00 — II Plano de Obras. Data de início: 1.º de setembro de 1959. Término previsto: 31 de março de 1961. Executado em 1959: 10%. Em 1960: 50%.

8.A.20 Construção do viaduto na várzea do rio Taquari-Tigre. Estrada: RS.3 Trecho: Montenegro - Revessa. Projeto: Executado pelo DAER. Modalidade executiva: Empreitada. Viaduto de concreto armado. Comprimento 112,00

metros. Estimativa de custo: Cr\$ 14.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 20.703.040,00 — Orçamento da União. Data de início: 30 de março de 1960. Término previsto: 30 de janeiro de 1961. Executado em 1960: 90%.

Observações: 1.º) O saldo de Cr\$ 6.703.040,00 deverá ser aplicado nos viadutos da margem esquerda da mesma travessia. 2.º) O Departamento no exercício de 1960 realizou o projeto de todos os viadutos num comprimento total de 168 metros. 3.º) Pelo ritmo do serviço e disponibilidade de recursos, a obra deverá estar concluída no prazo previsto.

8.A.21 **Construção da ponte sobre o rio São Gonçalo.** Estrada: BR.2 Trecho: Pelotas - Rio Grande. Ponte de concreto armado. Comprimento: 994,50 metros. Projeto e modalidade executiva: Empreitada. Executado em 1960: 20%. Total executado até 1960: 70%. Estimativa de custo Cr\$ 140.000.000,00. Dotação Estadual até 1960: Cr\$ 4.000.000,00. Dotação Federal até 1960: Cr\$ 127.000.000,00. Data de início: 21 de janeiro de 1958. Término previsto: 30 de junho de 1961.

Observações: 1.º) Essa obra é executada com verba federal. A dotação estadual é apenas para atender despesas diversas. 2.º) Pelo ritmo de serviço, dificilmente a obra estará concluída no prazo previsto, além disso, a firma já entrou com pedido de prorrogação de prazo.

8.A.22 **Construção da ponte sobre o rio Guaporé.** Estrada: RS.11 Trecho: Mussum - Encantado. Comprimento: 156,42. Ponte em concreto protendido. Projeto e Modalidade executiva: Empreitada. Executado em 1960: 25%. Estimativa de custo: Cr\$ 19.538.332,70. Dotação em 1960: Cr\$ 19.538.332,70 — Orçamento da União. Data de início: 18 de dezembro de 1960. Término previsto: 18 de agosto de 1961.

Observações: 1.º) A presente obra é executada com verba federal, em regime de empreitada, e sob a fiscalização do DAER. 2.º) Para 1961 houve um reajustamento de preço no valor de Cr\$ 6.000.000,00, valor este que o DAER preteará perante a União. Caso não consiga por disposição contratual, haverá a necessidade de ser dotada com verba estadual, para a conclusão da obra, independente do prazo previsto.

8.A.23 **Construção da ponte sobre o rio Jacaré.** Estrada: RS.11 Trecho: Muçum - Encantado. Comprimento: 110 metros. Características: Ponte em concreto armado de 1.ª classe. Projeto: Executado pelo DAER. Estimativa de custo: Cr\$ 16.500.000,00. Data de início previsto: 2 de janeiro de 1961. Término previsto: 2 de novembro de 1961.

Observações: 1.º) Não foram iniciados os serviços, foi apenas executado o projeto. 2.º) Concorrência pública ainda em andamento no DAER.

8.A.24 **Construção da ponte sobre o rio Potiribú.** Estrada: RS.50 Trecho: Ijuí - Chorão. Comprimento: 110 metros. Ponte em concreto armado de 1.ª classe. Projeto: Executado pelo DAER. Estimativa de custo: Cr\$ 16.000.000,00.

Observações: 1.º) Não houve dotação orçamentária. 2.º) Concorrência pública dependendo do item 1. 3.º) Em face do item 2, não existe possibilidade de anunciar a data de início previsto, bem como o término da obra.

8.A.25 Construção da ponte sobre o rio Cai no Passo Matiel. Estrada: ER. Municipal de Cai. Extensão provável: 180 metros. Estimativa de custo Cr\$ 30.000.000,00.

Observações: 1.º) O projeto ainda não foi elaborado por falta de elementos, que deveriam ser fornecidos pelo Instituto Tecnológico do RG SUL-ITERS. 2.º) O Edital de concorrência pública foi transferido por motivo do item 1. 3.º) Obra que deverá ser executada sob regime de empreitada.

8.A.26 Construção da ponte sobre o rio Caldeirão. Estrada: RS.62 Trecho: Canguçu - Caçapava. Comprimento: 52 metros. Ponte em concreto armado de 1.ª classe. Executado em 1960: 30%. Data de início: 15 de junho de 1960. Término previsto: 30 de março de 1961. Estimativa de custo: Cr\$ 5.100.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 3.100.000,00 — II Plano de Obras.

Observações: 1.º) Projeto elaborado pelo DAER. 2.º) Construção executada pelo DAER por administração direta.

8.A.27 Construção da ponte sobre o rio Goulart. Estrada: RS.8 Trecho: Canguçu - Caçapava. Comprimento: 60 metros. Ponte em concreto armado de 1.ª classe. Projeto e modalidade executiva: Empreitada. Estimativa de custo: Cr\$ 11.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 8.000.000,00 — II Plano de Obras. Total dotado até 1960: Cr\$ 11.000.000,00 — II Plano de Obras. Data de início: 30 de dezembro de 1959. Término previsto: 31 de janeiro de 1961. Executado em 1960: 80%.

Observação: Ritmo acelerado de trabalho; tudo indica que a obra estará concluída no prazo previsto, pois também não há problemas de recursos orçamentário.

8.A.28 Construção da ponte sobre o rio Jaguarão. Estrada: RS.66 Trecho: Jaguarão - São Francisco. Comprimento: 128,90 metros. Ponte de concreto armado de 1.ª classe. Obra executada pelo DAER por administração direta. Estimativa de custo: Cr\$ 17.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 21.000.000,00. Data de início: 2 de janeiro de 1958. Término previsto: 30 de dezembro de 1960. Executado em 1960: 70%.

Observações: 1.º) Essa obra está totalmente construída. 2.º) O saldo dotado no valor de Cr\$ 4.000.000,00 será empregado no acesso à ponte de Jaguarzinho. 3.º) Ainda para o ano de 1961, existe uma dotação prevista no Orçamento da União.

8.A.29 Construção da ponte sobre o rio Belo. Estrada: RS.24 Trecho: Feliz - BR.2. Comprimento: 66 metros. Ponte de concreto armado de 1.ª classe. Projeto elaborado pelo DAER no corrente exercício. Estimativa de custo: Cr\$ 6.900.000,00. Dotação de 1960: Cr\$ 3.298.647,90 — II Plano de

Obras. Total dotado até 1960: Cr\$ 8.298.647,90 — II Plano de Obras. Data de início: 5 de fevereiro de 1960. Término previsto: 20 de setembro de 1960. Serviço executado em 1960: 100%.

Observações: 1.º) Obra executada sob regime de empreitada. 2.º) Houve um saldo de dotação no valor de Cr\$ 1.398.647,90, que foi transferido para a construção da ponte sobre o Arroio Feliz, com 42 m de comprimento, na mesma RS.24, que somado com o saldo da construção da ponte sobre o Arroio Pinhal na mesma RS.24, com 31 metros, totalizou Cr\$ 1.800.000,00.

8.A.30 Construção da ponte sobre o rio Mangueirão. Estrada: RS.62 Trecho: Canguçu - Caçapava. Comprimento: 50 metros. Ponte de concreto armado de 1.ª classe. Projeto executado pelo DAER; obra construída pelo DAER sob regime de administração direta. Estimativa de custo: Cr\$ 7.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 10.000.000,00 — II Plano de Obras. Data de início: 15 de agosto de 1959. Término previsto: 30 de março de 1960. Executado em 1960: 40%.

Observações: 1.º) Obra concluída no prazo previsto. 2.º) O saldo de Cr\$ 3.000.000,00 foi transferido para a construção da ponte sobre o Arroio Goulatr na RS.8 (Obra 8.A.27).

8.A.31 Construção das pontes sobre os arrôios Grande e Castelhana. Estrada: RS.7 Trecho: Venâncio Aires - Soledade. Comprimento: Arroio Grande — 13,50 metros. Arroio Castelhana — 37,16 metros. Pontes de concreto armado de 1.ª classe. Projeto executado pelo DAER, construção pelo DAER sob regime de administração direta. Executada em 1960: Arroio Grande: 15%. Arroio Castelhana: 40%. Estimativa de custo: Cr\$ 5.000.000,00 (para ambas). Dotação de 1960: Cr\$ 800.000,00 — II Plano de Obras. Data de início: 20 de novembro de 1960. Término previsto: 20 de abril de 1961.

Observações: As construções das pontes sobre os arrôios Grande e Castelhana, são feitas por administração direta do DAER, com a colaboração da Cia. Estadual de Energia Elétrica — CEEE, — sendo desta a obrigação de fornecer uma verba no valor de Cr\$ 5.000.000,00, transformado em materiais: ferro e cimento.

8.A.32 Pavimentação da RS.17 Gravataí - Cachoeirinha. Extensão: 12,8 Km. Projeto elaborado pelo DAER. Serviço: Reconstrução do pavimento. Modalidade executiva: Empreitada e administração direta. Data de início: 17 de maio de 1960. Término previsto: 10 de dezembro de 1960. Obra totalmente concluída no exercício de 1960. Características técnicas: Estrada de 1.ª classe, zona plana. Base de macadame estabilizada e negra. Revestimentos: Pré-misturado a frio. Estimativa de custo: Cr\$ 139.580.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 109.580.000,00 — II Plano de Obras.

Observações: 1.º) Na estimativa de custo estão incluídos os serviços executados na cidade de Gravataí, entrada de Cachoeirinha para Canoas, início dos serviços de terraplenagem na ER. Gravataí - Viamão, entrada para Taquara e entroncamento da RS.17 com RS.2 2.º) Os restantes Cr\$ 30.000.000,00 não dotados são para o termo de ajuste com a BOPSA (Cr\$ 10.000.000,00) e para liquidar as faturas pendentes e os serviços de São Leopoldo - Caf e da cidade de Santo Antônio, serviços executados com

verba da Cachoeirinha - Gravataí. 3.º) Além da extensão de 12,8 Km, os demais serviços perfizeram: 15,88 Km de extensão de revestimento asfáltico, ou 113.950 m².

8.A.33 **Pavimentação da RS.23 Nova Petrópolis - Canela.** Extensão: 41 Km. Serviço: Reconstrução de 5,2 Km do pavimento existente. Projeto elaborado pelo DAER: zona ondulada. Serviço executado sob regime de empreitada. Estimativa de custo: Cr\$ 40.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 27.000.000,00 — II Plano de Obras. Total até 1960 (dotado): Cr\$ 34.000.000,00 — II Plano de Obras. Data de início: 1.º de maio de 1960. Término previsto: 31 de outubro de 1960. Serviço realizado: Concluído no prazo previsto.

Observações: 1.º) A ER. Nova Petrópolis - Canela tem uma extensão de 41 Km., porém, houve necessidade de reconstruir o pavimento de apenas 5,2 Km, em trechos não contínuos.

8.A.34 **Pavimentação da RS.2 Taquara - São Francisco de Paula.** Extensão do trecho: 40 Km. Serviço do 2.º contrato com a firma empreiteira sobre a extensão de 25 Km., uma vez que os outros 15 Km. já foram totalmente concluídos no 1.º contrato. O projeto foi executado pelo Departamento; trata-se de uma estrada de 1.ª classe em zona montanhosa. Estimativa de custo: Cr\$ 150.000.000,00 (para os 25 Km). Dotação em 1960: Cr\$ 25.000.000,00 — II Plano de Obras. Total dotado até 1960: Cr\$ 44.000.000,00 — II Plano de Obras e Orçamento do DAER. Data de início: 13 de maio de 1960. Término previsto: 1.º de junho de 1962. Serviço realizado: 8,2 Km, que somados aos 15 Km já concluídos, perfazem um total de 23,2 Km.

Observação: A estimativa de custo foi elevada para Cr\$ 150.000.000,00 devido ao reajustamento do último salário mínimo, da ordem de 30%.

8.A.35 **Pavimentação da RS.99 Bento Gonçalves - Veranópolis.** Extensão: 20 Km. Projeto executado pelo DAER, estrada de 1.ª classe, zona montanhosa. Serviço realizado sob regime de empreitada. Estimativa de custo: Cr\$ 162.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 27.000.000,00 — II Plano de Obras. Total dotado até 1960: Cr\$ 37.000.000,00 — II Plano de Obras. Data de início: 1.º de setembro de 1959. Término previsto: 31 de dezembro de 1962. Serviço realizado: 2 Km, somente no exercício de 1960.

Observação: A extensão total do trecho é de 40 Km porém, foi empreitado apenas 20 Km.

8.A.36 **Pavimentação da RS.25 Farroupilha - Caxias do Sul.** Extensão: 17 Km. Projeto da pavimentação executado pelo DAER. Estrada situada em zona ondulada e de 1.ª classe. Serviço realizado sob regime de empreitada. Data de início: 1.º de fevereiro de 1960. Término previsto: 31 de dezembro de 1961. Durante o exercício de 1960, foram executados 3,5 Km de revestimento asfáltico e 8 Km de base. Estimativa de custo: Cr\$ 127.500.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 20.000.000,00 — II Plano de Obras. Total dotado até 1960: Cr\$ 35.000.000,00 — II Plano de Obras. Para o ano de 1961, existe uma previsão orçamentária no valor de Cr\$ 50.000.000,00, o que não permitirá a conclusão no prazo previsto, pois ficará faltando uma dotação na ordem de Cr\$ 47.000.000,00.

Observação: Na estimativa de custo, está incluído o acréscimo na ordem de 30%, devido ao reajustamento do último salário mínimo.

8.A.37 Pavimentação da RS.3 Montenegro - Reversa. Extensão: 55 Km. Pavimentação projetada pelo Departamento e a ser executada sob regime de empreitada. Estimativa de custo: Cr\$ 412.500.000,00. Dotação única em 1960: Cr\$ 1.000.000,00 — II Plano de Obras.

Observações: 1.º) Os serviços não foram iniciados; houve apenas a Concorrência Pública. 2.º) A dotação de 1960 foi utilizada para pagamento de serviços complementares, enquadrados nessa estrada. 3.º) A concorrência pública, foi feita para execução de 35 Km somente. 4.º) Não existem possibilidades de se fazer previsão de prazo, bem como a data de início, enquanto não haja dotação orçamentária que possibilite o início dos serviços. 5.º) Os 55 Kms são apenas conservados pelo Departamento.

8.A.38 Pavimentação da RS.3 Santa Maria - Camobi. Extensão: 12 Km. Há necessidade de se fazer a reconstrução do pavimento de 5 Km. Estimativa de custo: Cr\$ 34.000.000,00 — Para os 5 Km. Dotação em 1960: Cr\$ 4.000.000,00 — II Plano de Obras. A pavimentação dos 12 Km de Santa Maria - Camobi foi executada sob regime de empreitada. Serviços realizados no exercício de 1960. Locação: 4 Km. Exploração locada: 3 Km. Foram ainda executadas, sondagens de toda extensão, quando chegou-se a conclusão de que há necessidade de reconstruir o pavimento de apenas 5 Km em trechos não contínuos.

Observação: A pavimentação foi executada e concluída em 1958, sob a fiscalização da Residência de Santa Maria.

8.A.39 Pavimentação da ER. Vila Scharlau - Cai. Estrada: RS.4 São Leopoldo - Passo do Domingues (Rio Pelotas). Extensão do trecho: 29,80. Serviço a ser realizado: Reconstrução da base nos trechos avariados e recobrimento asfáltico de toda extensão. Projeto executado pelo DAER; estrada de 1.ª classe em zona ondulada. Serviço sendo executado sob regime de empreitada. Estimativa de custo: Cr\$ 245.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 22.000.000,00 — II Plano de Obras. Dotação até 1960: Cr\$ 32.500.000,00 — II Plano de Obras. Data de início: 1.º de maio de 1959. Término previsto: 31 de dezembro de 1961. Serviço realizado: 4,83 Kms, somente em 1960.

8.A.40 Pavimentação da RS.3 Santa Maria — São Pedro do Sul. Extensão do trecho: 45 Km. Contratado: 10 Km. Data de início: 14 de janeiro de 1958. Término previsto: 2 de julho de 1960. No período supra, foram executados por empreitada e fiscalização do DAER, 9,7 Kms. Em 1960, foram contratados mais 10 Kms, dos quais foram construídos 1,7 Km, perfazendo um total de 11,4 Kms de estrada construída com revestimento asfáltico. Estimativa de custo: Cr\$ 39.000.000,00 — Para os 10 Kms. Dotação em 1960: Cr\$ 5.000.000,00 — II Plano de Obras. Dotado até 1960: Cr\$ 9.000.000,00 — II Plano de Obras.

Observação: O serviço de pavimentação da Santa Maria - São Pedro do Sul apresenta um ritmo bastante moroso, em face da dotação ser mínima em relação ao total necessário.

8.A.41 **Pavimentação da RS.17 Gravataí - Osório.** Extensão: 160 Kms. Realizada a exploração locada de 71 Km e o projeto de 60 Km. Executada a pavimentação asfáltica: da saída de Gravataí até a chamada "Curva da Morte", numa extensão de 1,4 Km perfazendo 9.600 m² de revestimento asfáltico; a passagem por Santo Antônio com 1 Km de extensão, devidamente urbanizada e sinalizada. Executado o projeto da ponte sobre o Passo dos Ferreiros, com 66 metros de comprimento. O trecho Gravataí - Santo Antônio - Osório é conservado pelo Departamento em toda sua extensão; é projeto a pavimentação asfáltica: da saída de Gravataí até a chamada "Curva da Cachoeirinha - Gravataí. Para o trecho Gravataí - Santo Antônio, a estimativa de custo da reconstrução é da ordem de Cr\$ 480.000.000,00, com a extensão de 80 Kms.

8.A.42 **Pavimentação da RS.1 Pôrto Alegre - Viamão.** Extensão: 23 Kms. Serviço a ser realizado: Reconstrução do pavimento. Estimativa de custo: Cr\$ 68.000.000,00. Dotação em 1959: Cr\$ 8.000.000,00 — II Plano de Obras. Esta dotação foi gasta com a conservação do atual pavimento e o serviço de locação de todo trecho.

Observações: 1.º) Não foram executados serviços de reconstrução. 2.º) Com a locação feita, o eixo da estrada deverá sofrer algumas retificações. 3.º) Em princípio de 1960, houve uma Concorrência Pública para execução da reconstrução do pavimento, porém, foi tornado sem efeito devido a falta de dotação e do alto preço orçado, onde aparecia a execução de cordões para os 23 Kms e o custo atingiu o valor de Cr\$ 9.500.000,00 por quilômetro.

8.A.43 **Programa de Sinalização.** O Departamento realizou no exercício de 1960 os seguintes trabalhos no programa de Sinalização.

1. — **Sector de Arquitetura:**

- a) Projeto, especificações e orçamento de abrigos para passageiros de barcas em São José do Norte e Rio Grande;
- b) Ante-projeto de Laboratório a ser construído em Guaíba;
- c) Projeto e especificações para casas de veraneio;
- d) Projeto de cozinha pré-fabricada, para turmas de campo;
- e) Projeto para postos de controle da Polícia Rodoviária;
- f) Ante-Projeto para instalação completa da Polícia Rodoviária em Vista Alegre;
- g) Projeto de elemento vertical para Vista Alegre;
- h) Projeto de abrigos para passageiros de ônibus, a serem instalados em Vista Alegre;
- i) Projeto de nicho para a imagem de São Cristovão, para localização no Canteiro Triangular de bifurcação Araranguá-Tórres (BR.59);
- j) Projeto de modificação das instalações do Conselho de Tráfego;
- k) Levantamento a trena e desenho da planta baixa do 3.º andar dos Edifícios Rio e Brasil, onde se acha instalada a Diretoria Geral do DAER;

2. — Setor de Paisagismo:

- a) Projeto do tratamento para o Paradoiro da Lagoa dos Barros (RS. 17);
- b) Projeto do Paradoiro para a Subida do Pinhal, em Santa Maria;
- c) Projeto de ajardinamento para as ilhotas de Vista Alegre;
- d) Projeto de tratamento para o Canteiro Triangular, na bifurcação Araranguá - Tôrres;
- e) Plantação de maciços arbóreos, para sinalização viva, no trecho de travessia do Delta do Jacuí e fiscalização da implantação de cercas para proteção das espécies vegetais (extensão aproximada de 3.210 metros das cercas);
- f) Orientação dos trabalhos de construção do paradoiro da Lagoa dos Barros (RS.17);
- g) Projeto de ajardinamento para refúgios laterais (RS.23 Nova Petrópolis - Canela);
- h) Plantação de cordões de capim Cidró, na travessia do Guaíba;
- i) Ante-projeto de tratamento para área de estacionamento (Ponte da Pesca - RS - 17);
- j) Projeto de tratamento e execução do Canteiro triangular na bifurcação Tôrres - Tramandaí (RS.17);
- k) Projeto de tratamento para o Belvedere do Km 92 (RS.17);
- l) Execução das Ilhotas em Vista Alegre;

3. — Setor de Topografia:

- a) Acesso à Ilha da Fintada — BR.2/BR.37. Exploração, ante-projeto, locação, projeto, marcação de off-sets e relocação.
- b) Canteiro triangular — bifurcação Tôrres-Tramandaí — RS.17 — Levantamento topográfico — Locação.
- c) Paradoiro da Lagoa dos Barros — RS.17. Levantamento topográfico — Locação.
- d) Bifurcação Taquara - Gravataí, em Vista Alegre. Levantamento topográfico, projeto e locação.
- e) RS.23 Nova Petrópolis - Canela. - Levantamento topográfico. Marcação de posição de marcos quilométricos.
- f) Belvedere do Km 92 — RS.17. Levantamento topográfico e locação.
- g) Paradoiro do Pinhal em Santa Maria. Levantamento topográfico.
- h) RS.17, Km 26. Levantamento topográfico de área a tratar (640 m, de extensão).
- i) RS.17, Km 27. Levantamento topográfico para melhoria de traçado (1 Km de extensão).
- j) RS.17, Km 124 (Ponte da Pesca). Levantamento topográfico e locação (500 m de extensão).
- k) RS.17, Trecho Cachoeirinha - Gravataí. Marcação da linha central da pista, das faixas de proibição de ultra-passagem, posição dos "sapos", marcos quilométricos, etc.
- l) RS.4 Rincão do Cascalho. Levantamento topográfico para projeto de intersecção.
- m) BR.59 Osório - Tôrres. Marcação dos elementos de tratamento do Canteiro triangular, da bifurcação Araranguá - Tôrres.
- n) BR.2/BR.37 Travessia do Delta do Jacuí. Marcação da posição dos balizadores.
- o) Colaboração com as turmas de campo, do setor de paisagismo.

4. — Setor de Maquetária:

Maquetes diversas de obras projetadas e em execução.
Modelos de sinais rodoviários.

SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO

No trabalho de sinalização o Departamento empregou um total de 6.831 peças de sinalização, divididas nas seguintes espécies:

- 2.501 placas de diversas categorias.
- 4.164 balizadores (postes de concreto, cones, sapos e portes de bandeiras).
- 166 peças de defensas tipo flex beam.

Tôdas as peças citadas com excessão dos suportes para bandeiras são refetorizadas; As placas e os cones com a película plástica Scotchlite e os postes e sapos com refletores tipo olho de gato.

Para a fabricação do material descrito contamos com a nossa oficina em Vila Assunção, na Rua dos Andradas (Praça da Harmonia) e firmas particulares.

Os sinais foram usados na sinalização das estradas:

Pôrto Alegre - Gravataí	(concluído)
Nova Petrópolis - Canela	(")
Pôrto Alegre - Guaíba	(revisão)
Gravataí - Tramandaí	(")
Cidade de Gravataí	(conclusão)
Canela - São Francisco de Paula	(início)
São Leopoldo - Cai	(")
R. do Cascalho - Montenegro	(")
Pôrto Alegre - Viamão	(")
Vista Alegre - Taquara - S. F. Paula	(")

Como aspectos principais temos a ressaltar:

a) Sinalização do acesso à zona Atlântica (Pôrto Alegre - Gravataí - Tramandaí).

Nêste trecho rodoviário foram empregados 973 sinais (incluídos nêste número os entregues à DCR durante a fase de construção da Cachoeirinha) e 1.640 balizadores (inclusive 700 sapos).

Pela primeira vez no DAER uma rodovia (Cachoeirinha - Gravataí) teve a pista de rolamento perfeitamente demarcada, pois, além dos sapos laterais usou-se a pintura da faixa longitudinal central.

Adotamos, também, pela primeira vez, na Vista Alegre o critério de sinalizar bifurcações, e entroncamentos, mediante a apresentação, com auxílio de painéis, dos esquemas de acesso que representam os trajetos a seguir pelos veículos.

Na construção desta rodovia adotamos, para sinalizar a obra, o sistema de indicação progressiva dos obstáculos, com sinais apropriados além da demarcação total dos trechos em construção mediante balizadores.

b) Sinalização da estrada Nova Petrópolis - Canela. Sinais refletorizados (456) peças, faixa longitudinal, etc., empregamos, 1.850 balizadores de concreto, refletorizados, para a demarcação lateral de tôda a estrada.

c) Como obras iniciadas em 1960 e com prazo de conclusão no exercício corrente, estão as demais rodovias já enumeradas.

Em tôdas foram empregados sinais refletorizados e elas terão, quanto a sinalização, o mesmo padrão das rodovias Nova Petrópolis - Canela e Pôrto Alegre - Tramandaí, com as pequenas variações que determinarem as condições locais.

8.A.44 Programa de equipamento para o D.A.E.R. Pelo Decreto Executivo n.º 11.304 de 30 de abril de 1960, foi aberta uma verba no valor de Cr\$ 350.000.000,00. Esta verba foi aplicada na aquisição de máquinas rodoviárias ao amparo do Certificado n.º 305 da SUMOC, a liquidar nos exercícios de 1960 e 1961.

Desta verba foram pagos	:	Cr\$ 221.935.982,50
A pagar no exercício de 1961	:	Cr\$ 114.977.796,50
Saldo do Decreto n.º 11.304	:	Cr\$ 13.086.221,00
T O T A L		Cr\$ 350.000.000,00

Com o fechamento do Balanço Geral do DAER, será comprovado ou não o Saldo do Decreto.

As máquinas rodoviárias adquiridas foram as seguintes:

- 104 motoniveladoras CATERPILLAR — 12 c/pneus e acessórios.
- 35 conjuntos Buldozers A-6 para trator D-6 CATERPILLAR e acessórios.
- 35 Tratores CATERPILLAR D-6, c/esteira e acessórios.
- 36 motoniveladoras ADMS 550 com demais acessórios.
- 6 escavadores auto - transportadoras TOURNAPULL-WESTINGHOUSE com scraper.
- 51 tratores de esteira OLIVER OC - 126 e acessórios.
- 10 tratores MICHIGAN T-24, caçamba e acessórios.
- 1 Grua MICHIGAN mod. T-24 e acessórios.
- 1 pavimentadora BARBER - GREENE, com motor e acessórios.
- 62 tratores carregadores ALLIS-CHALMERS, caçambas, pneus e acessórios.
- 1 motor sobre-salente ALLIS-CHALMERS e acessórios.
- 1 usina de asfalto BARBER-GREENE e mais implementos.
- 10 compressores de ar WORTHINGTON sobre 4 rodas e acessórios e
- 21 compressores de ar a pistão HYDOR D-210 c/4 rodas de pneus, perfazendo um total de 374 unidades de máquinas rodoviárias, que constituíram o programa de equipamento para o DAER, no exercício de 1960.

8.A.45 Programa de Assistência aos Municípios. No programa de Assistência aos Municípios, cumpre mencionar: estudos de estradas municipais (serviço de campo e de escritório), assistência às obras de arte municipais (projetos e projetos-tipo) e viagens de Inspeção e Assistência.

Sobre os estudos de estradas, o Departamento atendeu as solicitações aos seguintes municípios:

a) Serviço de campo:

BARRA DO RIBEIRO — Realizado o estudo de uma pequena variante e a localização de uma ponte sobre o arrôio Serrinha. **DOIS IRMAOS** — Estudo na ER. Municipal Sapiranga-Dois Irmãos-BR.2; trecho Picada dos Nabos. **NONOAI** — Na ER. Municipal Nonoai-Passo do Góio-En. reconhecimento de 18,6 Km e levantamento da secção no Arrôio Tigre para execução de ponte. **NOVO HAMBURGO** — Levantamento da Pedreira Municipal para realização de projeto de instalação da pedreira. **SÃO FRANCISCO DE ASSIS** — Exploração locada do trecho da ER. Municipal S. Francisco de Assis-Passo da Cachoeira. **SÃO VALENTIM** — Exploração locada do trecho São Valentim-Rio Erechim, na ER. Municipal São Valentim-Nonoai. **TAPES** — Exploração locada da ER. Municipal Tapes-Fortaleza, trecho BR.2 - Fortaleza. **TRÊS DE MAIO** — Exploração locada da ER. Municipal Três de Maio - S. José do Inhacorá, trecho: RS.54 - São José do Inhacorá, exploração da ER. Municipal Boa Vista do Buricá - Caçador; exploração locada do trecho Mato Queimado - Três de Maio; reconhecimento do trecho Três de Maio - Rio Buricá na ER. Municipal Três de Maio - Rio Buricá - Distrito de Alegria. **VERANÓPOLIS** — Medição estadimétrica de secções nos Rio das Antas e Carreiro. **VIADUTOS** — Reconhecimento do novo traçado da ER. Municipal Viadutos-Canavial. Num resumo numérico, apresentamos o Serviço de Campo realizado pela SAR, do seguinte modo:

Reconhecimento	:	166,800 Km
Exploração simples	:	6,854 "
" locada	:	60,500 "
Nivelamento	:	31,789 "
Secções transversais	:	27,420 "

b) Serviços de Escritório:

ARATIBA — Executado e remetido o projeto completo para a ER. Municipal Aratiba-Dourado, com vista à Comissão Especial de Faixa da Fronteira. **BARRA DO RIBEIRO** — Desenho do croqui, planta e perfil longitudinal de uma variante na ER. Municipal para Serrinha. **CAXIAS DO SUL** — Realizados para a ER. Municipal Caxias do Sul-Criuva-Ponte do Korff-São Manoel os seguintes elementos:

- 1 — Memória Justificativa e Especificações Técnicas.
- 2 — Planta baixa em 2 pranchas na escala 1:2000.
- 3 — Perfil longitudinal em 2 pranchas, nas escalas de 1:2000-H e 1:200-V.
- 4 — Cadernetas de Residência.

•••••

ITAQUI — Executado e remetido o projeto completo para a ER. Municipal Itaqui-São Borja, trecho: Km 10,9 da ER.RS/46 à ER. Municipal Itaqui - São Borja, com vistas à Comissão Especial de Faixa da Fronteira. Executada também a exploração locada. **NOVO HAMBURGO** — Executado e remetido o projeto completo para instalação de uma pedreira. **SÃO VALENTIM** — Executado e remetido o projeto completo para a ER. Municipal S. Valentim-Nonoai, trecho S. Valentim-Rio Erechim, com vistas à Comissão Especial da Faixa da Fronteira. **TRÊS DE MAIO** — Executado e remetido o projeto completo da ER. Municipal Mato Queimado-Três de Maio, trecho: Mato Queimado-RS/54. **VERANÓPOLIS** — Redigida à Prefeitura de Veranópolis, uma informação sobre o estudo

realizado para as construções das pontes sobre o Rio das Antas e Rio Carreiro, bem como para uma estrada situada entre ambas as pontes. Foram encaminhadas solicitações das Prefeituras Municipais de Arroio do Meio, Santa Vitória do Palmar, São Francisco de Assis, Três de Maio, Vera Cruz e Viadutos, que estão sendo atendidas no corrente exercício. Referente a assistência às obras de arte municipais, o Departamento realizou os seguintes serviços:

a) Projetos de Obras de Arte:

ARVOREZINHA — Executado o projeto de uma ponte mista sobre o Lajeado Ferreira na ER. Municipal Arvorezinha-Guaporé, com 21 metros de comprimento. **CAMPINAS DO SUL** — Projeto de uma ponte mista sobre o Rio Erechim na ER. Municipal Linha S. Catarina Linha Onze, com 31 m de comprimento. **CHAPADA** — Projeto de uma ponte de madeira sobre o Rio da Várzea na estrada Municipal Chapada-Vila Rica, com 43 metros. **ENCRUZILHADA DO SUL** — Projeto de 8 pontes de madeira assim discriminadas:

- 1 — Passo do Cararrá com 18,30 metros
- 2 — Passo do Caroá com 15,30 "
- 3 — Arroio Vargas com 10,30 "
- 4 — Arroio Piquiri com 54,30 "
- 5 — Passo do Cezário com 18,30 "
- 6 — Passo do Guabijú com 10,30 "
- 7 — Passo das Pedras com 12,30 "
- 8 — Arroio das Pedras com 30,00 "

FELIZ — Projetos de dois pontilhões de concreto para substituir os de madeira que se encontravam em mau estado: 1 — sobre o arroio Kuhn na ERM Feliz - Jaguará, com 6 metros; 2 — sobre o arroio Escadinha na ERM Feliz - Nova Petrópolis, com 8 metros de comprimento. **JAGUARAO** — Projetos e ante-projetos de dez pontes de concreto armado assim distribuídas:

- 1 — Arroio Juncalzinho com 18,00 metros — projeto.
- 2 — Arroio Divisa com 12,00 m — projeto.
- 3 — Arroio Perdiz com 12,00 m — projeto.
- 4 — Arroio Juncal com 30,00 m — ante-projeto
- 5 — Arroio Quilombo com 30,00 m — ante-projeto
- 6 — Arroio Bretanha com 30,00 m — ante-projeto
- 7 — Arroio do Meio com 21,00 m — ante-projeto
- 8 — Arroio Sarandizinho com 21,00 m — ante-projeto
- 9 — Arroio Têlho com 30 m — ante-projeto
- 10 — Arroio Têlho-Chico com 21,00 m — ante-projeto

NÃO ME TOQUE — Projeto de uma ponte mista sobre o arroio da Glória na ERM Não Me Toque-São José do Umbú, com 40,50 metros de comprimento. **NONOAI** — Levantamento da secção e projeto de uma ponte de concreto armado no arroio Tigre na ERM Nonoai-Goio-En, com 13,30 metros de comprimento. **PINHEIRO MACHADO** — Projeto de uma ponte mista sobre o arroio Alegria na ERM n.º 26, com 27 metros de comprimento. **PIRATINI** — Para este município foram executados três projetos de pontes, assim discriminados:

- 1 — Sobre o arroio Olaria, na ERM Piratini 4.º distrito, ponte mista com 12 metros de comprimento.

- 2 — Sobre o arroio Guara na ERM Piratini 4.º distrito, ponte mista com 20 metros de comprimento.
- 3 — Sobre o arroio Antunes na ERM Piratini-Pinheiro Machado, ponte de concreto armado com 13,30 metros de comprimento.

SÃO BORJA — Projeto de uma ponte mista sobre o arroio Mamua na ERM São Borja-Garruchos, com 29 metros de comprimento. **SÃO GABRIEL** — Dois projetos foram elaborados neste município:

- 1 — Sobre o Rio Vacacai, ponte de madeira com 36 metros de comprimento.
- 2 — Um pontilhão de concreto armado com 4,20 metros de comprimento e que se situa na cidade.

SÃO VALENTIM — Projeto de uma ponte de concreto armado sobre o Rio Erechim com 72,30 metros de comprimento. **TAPERA** — Projeto de um pontilhão de concreto armado com 7,10 metros de comprimento a ser construido na Rua 15 de Novembro, perímetro urbano. **TAQUARA** — Projeto de uma super-estrutura de madeira de 36 metros de comprimento, para aproveitamento de pilares já construidos, sobre o rio Santa Maria, na ERM Casa da Pedra Parobé. **TRÊS DE MAIO** — Foram escolhidos e levantados três locais no rio Buricá, para pontes, do que resultaram os seguintes projetos:

- 1 — Na ERM Três de Maio-Alegria, uma ponte mista com 31,60 metros de comprimento.
- 2 — Na ERM Três de Maio-Crissiumal, ponte mista com 45,50 metros de comprimento.
- 3 — Na ERM Três de Maio-Ivagaci, ponte mista com 40,30 metros de comprimento.

TUPAREND — Projeto de uma ponte sobre o rio Santa Rosa (mista) na ERM Tuparend-Tucunduva, com 52 metros de comprimento.

RESUMO — PROJETOS EXECUTADOS

• Pontes de madeira	243,10 metros
" mistas	397,90 "
" de concreto armado	323,90 "
Pontilhes	25,30 "
T O T A L	990,20 metros

b) Projetos-Tipo:

Durante o exercício de 1960 foram executados 3 (três) projetos-tipo, com as seguintes características:

- 1 — Uma super-estrutura de concreto armado com 13,30 metros de comprimento e 3,60 metros de largura útil
- 2 — Um pontilhão de madeira com 13,50 metros de comprimento e 3,60 metros de largura útil.
- 3 — Um pontilhão de madeira com meso-estrutura de alvenaria com 14,50 metros de comprimento e 3,60 metros de largura útil.

Em relação às viagens da Inspeção e Assistência, o Departamento realizou, além das inúmeras viagens aos diversos municípios para os quais foram

projetadas obras de arte, escôlha de locais e levantamento de seções, as seguintes com o objetivo de inspeção e vistoria:

BAGE' — Inspeccionados os estragos provocados por enchente e feita a avaliação dos prejuízos em cinco pontes, sendo três urbanas e duas rurais. **GRAVATAI** — No Lajeado Ferreira, na ER. Mun. RS.2-Morongava, inspeccionados dois pontilhões, sendo um de concreto armado onde foram verificadas as condições dos encontros, que foram colocados em terreno sem capacidade de suporte, e no outro foram constatadas as más condições da madeira, já apodrecida. **LAGOA VERMELHA** — Por solicitação da Municipalidade, foram vistoriados os encontros de uma ponte situada no Passo Fundinho, julgados em bom estado, porém, mal situados em relação à estrada. **ROSÁRIO DO SUL** — Inspeccionado o início da construção de uma ponte sôbre o rio Ibicuí. **TAQUARA** — Vistoriada uma antiga Ponte de madeira no rio dos Sinos que se encontrava em péssimas condições, tendo sido emitido parecer sôbre sua interdição. **VERA CRUZ** — Vistoria das diversas pequenas obras de arte, por solicitação da municipalidade.

MAQUINA RODOVIARIAS FORNECIDAS AS PREFEITURAS MUNICIPAIS:

Agudo	1	Motoniveladora	ADAMS-550
Arvorezinha	1	"	ADAMS-550
Barra do Ribeiro	1	"	ADAMS-550
Bom Retiro do Sul	1	"	ADAMS-550
Campinas do Sul	1	"	ADAMS-550
Campo Bom	1	"	ADAMS-550
Campo Novo	1	"	CATERPILLAR-12
Carlos Barbosa	1	"	CATERPILLAR-12
Chapada	1	"	ADAMS-550
Constantina	1	"	ADAMS-550
Dois Irmãos	1	"	CATERPILLAR-12
Erval Grande	1	"	CATERPILLAR-12
Estância Velha	1	"	CATERPILLAR-12
Faxinal do Soturno	1	"	ADAMS-550
Feliz	1	"	CATERPILLAR-12
Guarani das Missões	1	"	CATERPILLAR-12
Humaitá	1	"	CATERPILLAR-12
Machadinho	1	"	ADAMS-550
Muçum	1	"	ADAMS-550
Nonoai	1	"	ADAMS-550
Nova Palma	1	"	ADAMS-550
Pedro Osório	1	"	CATERPILLAR-12
Restinga Sêca	1	"	ADAMS-550
Santa Bárbara do Sul	1	"	CATERPILLAR-12
Santo Augusto	1	"	CATERPILLAR-12
São Valentim	1	"	CATERPILLAR-12
São José do Ouro	1	"	CATERPILLAR-12
Seberí	1	"	ADAMS-550
Serafina Corrêa	1	"	CATERPILLAR-12
Tucunduva	1	"	ADAMS-550
Tuparendí	1	"	ADAMS-550
Vera Cruz	1	"	ADAMS-550
Viadutos	1	"	ADAMS-550

8.A.46 Construção da ponte sobre o rio Taquari. Estrada: RS.13 — Trecho: Lajeado-Estrêla. Comprimento: 248 metros. Obra de arte de 1.^a classe em concreto protendido. Projeto e execução sob regime de empreitada. Estimativa de custo: Cr\$ 37.000.000,00. Dotação em 1960: Cr\$ 37.000.000,00 — Orçamento da União. Data de início: 20 de julho de 1960. Término previsto: 20 de maio de 1962. Serviço realizado em 1960: 15%.

Observações: 1.^o) No Orçamento da União, está previsto uma dotação de Cr\$ 30.000.000,00, com o título de Ponte sobre o Rio Taquari, na Lajeado-Estrêla, porém, esta verba será aplicada na Obra 8.A.17 Construção dos Viadutos na Várzea do rio Taquari (Viadutos à margem esquerda e direita). 2.^o) Considerando o item 1 supra, as obras 8.A.17 e 8.A.46 serão consideradas em conjunto somente para efeito orçamentário.

8.A.47 Construção da RS.18 Gravataí - Viamão: Extensão 21 Kms. Foi feito a exploração locada de 20 Km e levantamento de 18 Kms. O projeto e a construção estão sendo executados pelo DAER, sob regime de administração direta. Trata-se de uma estrada de 1.^a classe, situada em zona ondulada: sua construção compreende: Terraplenagem e pavimentação. Estimativa de custo: Cr\$ 115.000.000,00. Data de início: 1.^o de dezembro de 1960. Término previsto: 31 de dezembro de 1961. Ainda no exercício de 1960, foram executados 4 Kms de terraplenagem.

Observações: 1.^o) O serviço foi iniciado com verba da obra 8.A.32 ER. Gravataí - Cachoeirinha, pois para a Gravataí - Viamão ainda não houveram dotações. 2.^o) Na estimativa de custo, Cr\$ 10.000.000,00 é para terraplanagem e Cr\$ 80.000.000,00 para pavimentação.

8.A.48 Construção da ponte sobre o arroio Feliz. Estrada: RS.24 Trecho: Feliz - BR.2. Comprimento 42 metros. Projeto executado pelo Departamento, ponte em concreto armado de 1.^a classe. Construção da ponte sob regime de empreitada. Estimativa de custo: Cr\$ 4.500.000,00. Data de início: 15 de janeiro de 1961. Término previsto: 30 de junho de 1961. Serviço realizado ainda em 1960: 30%.

Observação: A data de início dos serviços era para o início de 1961 por não haver dotação. Porém, da Obra 8.A.29 construção da ponte sobre o Rio Belo e da construção da ponte sobre o Arroio Pinhal, houveram saldos de verba que perfizeram um total de Cr\$ 1.800.000,00. Este saldo foi transferido para a presente obra, o que permitiu que os trabalhos fossem iniciados ainda em 1960.

8.A.49 Construção da ponte sobre o arroio Boa Vizinhança. Estrada: RS.24 Trecho: Feliz - BR.2. Comprimento: 32 metros. Projeto executado pelo Departamento: ponte em concreto armado de 1.^a classe. A construção da ponte será feita sob regime de empreitada. Estimativa de custo: Cr\$ 5.000.000,00. Data de início: 15 de janeiro de 1961. Término previsto: 31 de julho de 1961.

Observação: Os serviços não foram iniciados no exercício de 1960 por falta de dotação de verba; somente foi executado o projeto e realizado a Concorrência Pública.

8.B — TRANSPORTE HIDROVIARIO

8.B.3 Barragem de Bom Retiro. Generalidades: Concorrência pública aberta pelo edital n.º 27/54. Executor: Brasília Obras Públicas S.A. Modalidade executiva: empreitada sujeita à reajustamento. Início da construção: novembro de 1958, fim previsto: fins de 1964, finalidade: navegação no rio Taquarí e produção de energia elétrica.

Andamento da obra — Obras da margem esquerda: Terraplenagem 12.563,395 m³, cortina de estacas prancha 89.227 m³, cimento 1.037,100 m³, aço 17.328,400 kg, moldes 2.656,140 m², cortina extarque: terraplenagem 179.892 m³, concreto 179.892 m³, moldes para fundação 14,400 m² — Ensecadeira: escoramento de madeira 0.390 m³, esgotamento 13.835,00 CVH.

Barragem — Terraplenagem 480,400 m³, concreto levemente armado ou não 1.461,560 m³, moldes 1.544,800 m², concreto armado e moldes: Concreto de 356 kg. m³, 6,730 m³ 6.730 m³, moldes para escadas interiores 67,190 m², aço 7.583.950 kg. furos e chumbações: Reservados com secção até 4 Dm³ 95,720 mil, vazios reservados até 8 Dm³ — 145 unid.

Diversos: Acabamento sumário externo — 101,250 m², guarnição de juntas de extanquidade 26,020 ml, ensecadeira de estacas pranchas: esgotamento .. 33.307,000 CVH, cortina extanque — concreto 169,490 m³, terraplanagem 169,490 m³, moldes 16,800 m².

8.B.4 Ponte rodo-ferroviária do Saco da Mangueira. Generalidades — Concorrência pública aberta pelo Edital n.º 3/59, executor: Billes e Ritter Ltda., modalidade executiva: empreitada global, sujeita a reajustamento. Data de início: 16 de janeiro de 1960, fim previsto: abril de 1961. Plano a que está ligada a obra: urbanização e utilização da zona do pier petroleiro de Rio Grande.

Andamento da obra — Foi executada cerca de 35% da obra total, ficando quase concluída a cravação das estacas.

Aspecto financeiro — Orçamento da obra Cr\$ 21.541.270,00, empenhos já feitos Cr\$ 21.541.270,00, verbas II Plano de Obras 1959, Cr\$ 17.024.598,70, II Plano de Obras de 1960, Cr\$ 3.000.000,00. Importância paga Cr\$ 8.616.509,00, reajustamentos: não foi feito ainda nenhum reajustamento.

8.B.5 Obras acessórias do pier petroleiro de Rio Grande. As obras acessórias do pier petroleiro de Rio Grande e que permitirão o seu pleno uso, são as seguintes: Término da canalização — obra em execução pela Techint — Rede de iluminação, urbanização da área adjacente ao pier, construção dos acessos ao pier. Dessas obras, apenas a constante do item I esteve em andamento, sendo que as outras ainda não foram iniciadas. Instalação da canalização para produtos de petróleo — Generalidades: Concorrência pública aberta pelo Edital n.º 18-58 — Executor: Techint — Cia. Técnica Internacional, modalidade executiva: empreitada global. Data do início: 12 de dezembro de 1958, fim previsto 1961. Plano a que está ligada a obra: urbanização e utilização da zona do pier petroleiro.

Andamento da obra — cerca de 80% da obra consiste em fornecimento de material, estando já todo fornecido. Executado cerca de 90% da obra, mas durante o ano os serviços estiveram paralisados a maior parte do tempo, por falta de recursos.

Aspecto financeiro — Orçamento da obra Cr\$ 40.540.593,40, empenhos já feitos Cr\$ 40.540.593,40. Verbas: Taxa de Transportes 1958 Cr\$ 33.709.429,10.

II Plano de Obras 1959, Cr\$ 6.831.164,30. Importância paga até 31.12.1960, Cr\$ 34.175.405,50.

8.B.6 — Restauração do Parque Naval — Durante o exercício de 1960, foram restaurados nas oficinas do Departamento e em estaleiros particulares inúmeras dragas, rebocadores, batelões e diversas outras embarcações pertencentes às quatro Divisões. Os recursos constantes do II Plano de Obras foram de Cr\$ 70.000.000,00, dos quais Cr\$ 69.991.552,10 foram devidamente empenhados. As embarcações que sofreram obras e o valor das mesmas foram os seguintes:

1 — Draga Marechal Hermes	14.339.188,60
2 — Draga Farrapos	2.935.140,00
3 — Draga Rio Pardo	1.265.840,00
4 — Draga Ibicuí	359.200,00
5 — Draga Mauá	367.470,00
6 — Draga Governador Dornelles	635.439,00
7 — Draga Jorge Pôrto	359.800,00
8 — Draga Pederneiras	2.184.640,00
9 — Draga Grafton	6.500.000,00
10 — Draga Bicalho	611.000,00
11 — Draga Antônio Pradel	763.276,00
12 — Draga "20 de Setembro"	2.224.895,00
13 — Rebocador Silveira Martins	659.200,00
14 — Rebocador São Sepé	5.795.000,00
15 — Rebocador Portuário	4.970.614,30
16 — Rebocador Lopo Neto	1.266.589,00
17 — Rebocador Cons. Ávila	1.398.860,00
18 — Rebocador Antônio Azambuja	78.000,00
19 — Rebocador Julio de Castilhos	622.685,00
20 — Rebocador Tôrres	1.396.320,00
21 — Rebocador Andréa	1.312.744,00
22 — Rebocador General Neto	32.639,00
23 — Rebocador Dauphin	1.066.775,20
24 — Rebocador Sul América	859.309,00
25 — Lancha "12 de Outubro"	627.000,00
26 — Lancha Itapuã	935.892,00
27 — Lancha Humaitá	1.213.340,00
28 — Navio Balizador 13 de Maio	3.365.141,00
29 — Chata-tanque "DAER-2"	3.937.650,00
30 — Chata-tanque Itaquí	44.000,00
31 — Batelão lameiro Jaguarão	1.500.000,00
32 — Batelão lameiro Palmares	997.409,00
33 — Batelão lameiro Tapes	686.054,70
34 — Batelão lameiro Canguçu	376.973,00
35 — Chata Doca-1	632.073,60
36 — Chata Doca-2	2.751.600,00
37 — Chata DVF-1	158.090,00
38 — Chata DVF-2	158.090,00
39 — Cábrea Guaiíba	583.614,70
40 — Cábrea Rio Grande	15.000,00
Soma	<u>69.991.552,10</u>

8.B.7 **Obras acessórias e conservação dos molhes da barra de Rio Grande.** Dentro desse item foi executada a concretagem do molhe leste e reparação de sua linha férrea, bem como a conservação dos transbordadores. Os recursos constantes do II Plano de Obras foram de Cr\$ 4.000.000,00, dos quais Cr\$ 3.999.960,10 foram devidamente empenhados com a seguinte aplicação:

Aquisição de tintas para conservação do transbordador	250.636,00
Material para restauração do transbordador, concretagem do molhe leste e reparação de sua linha férrea	3.149.583,00
Combustíveis para as embarcações empregadas na conservação dos molhes	599.741,10
	<hr/>
Soma	3.999.960,10
	<hr/> <hr/>

8.B.8 **Recuperação do equipamento portuário,** sob este item, e dentro dos recursos provenientes do II Plano de Obras Cr\$ 10.000.000,00 foram empenhados Cr\$ 9.999.632,50, propiciando-se reparações e restaurações nos seguintes equipamentos:

Restauração de auto guindastes	430.597,00
Restauração do equipamento do Frigorífico	1.225.000,00
Restauração de caminhões portuários	25.630,00
Restauração de guindastes elétricos	1.381.492,00
Restauração de bandejas e estradas	800.143,00
Restauração de balanças portuárias	104.692,00
Restauração de empilhadores	3.214.118,50
Restauração de 2 sugadores pneumáticos para cereais à granel	2.317.960,00
	<hr/>
Soma	9.999.632,50
	<hr/> <hr/>

8.B.11 **Restauração de armazens, pavilhões e alpendres portuários.** Dos recursos oriundos do II Plano de Obras, em um total de Cr\$ 8.000.000,00, foram empenhados Cr\$ 7.997.249,10, com a seguinte aplicação:

Pintura nos elementos estruturais metálicos dos armazéns D, D-1 e D-2, em Porto Alegre	330.000,00
Restauração dos alpendres dos armazéns A-4, A-5 e A-6, em Porto Alegre	1.592.000,00
Pintura no Edifício sede do D.E.P.R.C. em P. Alegre	370.000,00
Retelhamento do Armazem 2 de Pelotas	1.864.539,10
Retelhamento do armazem de inflamáveis, em Rio Grande	2.663.860,00
Aquisição de materiais diversos para restauração de armazéns portuários, em Rio Grande	1.176.850,00
	<hr/>
	7.997.249,10
	<hr/> <hr/>

8.B.12 Dragagem do Canal do Saco do Cabral. Visando permitir um acesso mais fácil ao rio Gravataí, está em execução a abertura do canal do Saco do Cabral, com as seguintes características: Largura 80 metros. Profundidade 6 metros. Volume a dragar 558.600 m³. O serviço foi iniciado em princípio de setembro do corrente ano, já tendo sido executada cerca de 70% da dragagem necessária. O fim da obra está previsto para meados de janeiro de 1961.

8.B.13 Construção do pavilhão para garagem, oficina e usina no porto de Rio Grande. Obra ainda não iniciada. Concorrência pública já aberta e julgada, e em fase de contrato. Recursos para a obra: Taxa de Melhoria dos Portos. Orçamento apresentado: Cr\$ 14.836.657,00 sem reajustamento.

8.B.15 Construção do Edifício Sede da Divisão de Rio Grande — ala esquerda. Generalidades: Concorrência pública aberta pelo Edital n.º 4/59, modificado pelo de n.º 6/59. Executor: Construtora de Obras Públicas e Particulares S.A. Modalidade executiva: empreitada global, sujeita a reajustamento. Data do início, 11.8.1960, fim previsto agosto de 1961. Andamento da Obra, fins de janeiro de 1961, deverá estar concluída a estrutura, o que representa cerca de 25% da obra total. Aspecto financeiro — Orçamento da obra Cr\$ 9.985.000,00. Verbas: Taxa de Melhoramento dos Portos. Pagamentos em 1960 — Cr\$ 1.197.150,00.

8.B.17 Dragagem da bacia de evolução do porto de Rio Grande. Em preparo os dossiers relativos ao convênio a ser assinado com o Governo Federal para execução desse serviço. Com verbas orçamentárias, e dentro dos serviços normais da Divisão foram dragados 177.196 m³ na bacia de evolução do porto novo, com uma profundidade média de 9,50 abaixo.

8.B.18 Dragagem dos canais de acesso do porto de Pelotas. Os serviços de dragagem dos canais de acesso do porto de Pelotas ficaram limitados aos canais da Barra do São Gonçalo e Feitoria, com um volume total dragado de 293.468 m³, sendo 227.535 m³ no primeiro citado e 65.933 m³ no canal da Feitoria. A dragagem dos canais da zona Sul, a partir de outubro apresentou uma nova característica, qual seja a de aprofundamento dos mesmos para permitir um calado de cerca de 6,00 m (20 pés); tais serviços estão sendo conduzidos por empreiteiros de dragagem holandeses, em contrato celebrado com o Governo Federal.

8.B.19 Dragagem da bacia de evolução do porto de Porto Alegre. Em preparo os dossiers relativos ao convênio a ser assinado com o Governo Federal para execução desse serviço. Como serviços normais da Divisão de Porto Alegre, foram executadas dragagens de limpeza na frente do cais e docas, em um total de 4.250 m³.

8.B.20 **Construção do pôrto de Pelotas.** Generalidades — Concorrência pública aberta pelo Edital n.º 17/48, executor: Cia. Construtora Nacional S.A. Modalidade executiva: administração contratada. Data do início: 10 de janeiro de 1952. Andamento da obra: Está executada cerca de 65% do total da obra, tendo sido esse ano, colocados e enchidos quatro caixões n.ºs. 39 a 42 bem como executadas obras de enrocamento. Aspecto financeiro: Orçamento da obra reatualizado em 24.4.1957, Cr\$ 76.918.892,10. Empenhos feitos até 31.12.1960, Cr\$ 51.673.000,00. Verbas: Cr\$ 48.000.000,00 — Conta Convênio Governo Federal, contrato de 15.12.1953 — Cr\$ 5.000.000,00 — II Plano de Obras 1959. Cr\$ 4.500.000,00 — II Plano de Obras 1960. Importância paga Cr\$ 45.840.697,00.

8.B.21 **Obras acessórias nos diversos portos.** Dos recursos provenientes do II Plano de Obras do Estado em um montante de Cr\$ 12.000.000,00, foi empenhada a importância de Cr\$ 11.999.976,90, para atendimento das seguintes obra sacessórias executadas nos diversos portos:

Calçamento no cais Navegantes	1.890.920,00
Atérro na margem do rio Gravataí - Saco do Cabral	225.000,00
Construção de um muro de arrimo no rio Taquari, em Lajeado	1.000.000,00
Aquisição de materiais de consumo para conservação de obras em diversos portos	1.530.666,00
Combustíveis e lubrificantes para as obras no pôrto de Pôrto Alegre	588.758,00
Construção de um trapiche na Diretoria Técnica da Divisão de Pôrto Alegre	435.600,20
Aquisição de material para as obras do pôrto Pôrto Alegre	17.620,00
Combustíveis e lubrificantes para a dragagem do Saco do Cabral	72.000,00
Acessórios para a rede contra incêndio, em P. Alegre	1.063.847,00
Acessórios para defesas do pier petroleiro em Rio Grande	406.300,00
Acessórios para o armazem D, em Pôrto Alegre	304.680,00
Construção de uma cerca no cais Marcilio Dias, em Pôrto Alegre	786.000,00
Construção de obras civis para instalação de balanças para veículos, em cais Navegantes	780.439,50
Construção da rede elétrica nos terrenos do Saco do Cabral	926.146,20
Aquisição de pedras para obras de fixação da barra do rio Tramandai	1.972.000,00
Soma	<u>11.999.976,90</u>

8.B.22 **Dragagem dos canais da Lagoa dos Patos.** Generalidades — Concorrência pública feita pelo D.N.P.R.C. Executor: Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio, representantes no Brasil da Cia. Holandesa BOLTJE ZONEN. Data de início: novembro de 1960. Fim previsto: 12 meses. Plano

a que está ligada a obra: Dragagem de aprofundamento dos canais de acesso ao porto de Porto Alegre. Volume dragado até 31 de janeiro de 1961: um milhão de metros cúbicos. Andamento da obra: Foi executada a dragagem do canal da Setis; está, atualmente, operando na Feitoria. Aspecto financeiro: Empreitada global no valor de Cr\$ 284.000.000,00. Preço do metro cúbico: Cr\$ 47,00 mais Cr\$ 4,00 por cada cem (100) metros de recalque.

PROJETO 8.C

TRANSPORTE AEROMARÍTIMO

8.C.1 Aeroporto Salgado Filho. Durante o exercício de 1960, com o objetivo de melhorar o aeroporto Salgado Filho, não só quanto ao seu aspecto como no tocante à sua capacidade operacional, foi feita a pavimentação de pistas de rolamento, acostamentos, passeios e de vias de circulação. Além desses serviços foram executados, ainda, terraplenagens e o desmatamento de toda a área.

A seguir discriminamos as principais espécies de serviços executados:

Pavimentações

Pavimentações de "taxis", acostamentos e urbanização em cerca de 19.000 m² em concreto de cimento Portland e de 12.800 m² em concreto asfáltico.

Terraplenagens

- a) atêrro para a construção das sub-bases do "taxi" e dos acostamentos num volume de 64.150 m³.
- b) construção de base estabilizada nas obras acima, num volume de 15.000 m³.

Desmatamento

Limpeza da área aeroportuária em cerca de 136 ha, o que possibilitará a execução de futuras obras.

Alguns desses serviços acham-se completamente concluídos, enquanto outros serão ultimados no decurso deste ano.

Custo das Obras

O custo das obras realizadas no ano de 1960, atingiu a cifra de Cr\$ 57.630.273,70 cuja cobertura foi feita pelos créditos abertos pelos decretos n.ºs. 10.545, 11.114 e 11.149 de 23.6.1959, 19.1.1960 e 15.2.1960 respectivamente.

8.C.2 Aeroporto de Pelotas. Os serviços de terraplenagem do pátio de estacionamento e pista de rolamento, iniciaram e foram concluídos em 1960, tendo sido executados 23.910 m³. Igualmente a base de macadame hidráulico, teve seu início em 1960, sendo executados 12.800 m², correspondendo 65% da previsão.

Executou-se também, obras de drenagem de contorno da pista pavimentada 05-23, num volume de 3.000 m³ correspondendo 25% da previsão. Os recursos aplicados atingem a Cr\$ 6.615.545,00, correspondentes Cr\$ 4.505.000,00 ao Aditivo de 23.12.59, constante de Cr\$ 10.000.000,00 — de verba federal e Cr\$ 8.242.028,00 de verba estadual e mais Cr\$ 2.110.000,00 relativo ao Decreto Estadual n.º 11.149 de 15.2.60.

8.C.3 Aeroporto de Bagé. Em 1960 foram pavimentados em concreto de cimento Portland, 6.706 m² da pista de pouso.

Os recursos aplicados foram de Cr\$ 3.663.814,50 decorrentes do Aditivo de 26.12.58, com participação de Cr\$ 10.000.000,00 de verba federal e Cr\$ 2.000.000,00 de verba estadual.

8.C.4 Aeroporto de Uruguaiana. Esta obra foi iniciada em 1960, tendo sido executados 70.000 m³ em serviço de terraplenagem e 19.740 m³ de sub-base estabilizada, correspondendo respectivamente 86,5 e 47% da previsão. Foram aplicados nesses serviços Cr\$ 18.880.000,00 — relativos ao Aditivo de 21.11.58, sendo Cr\$ 10.000.000,00 de verba federal e Cr\$ 3.400.000,00 de verba estadual, Decreto n.º 11.149 de 15.2.60, bem como ao de 27.9.60, sendo Cr\$ 7.500.000,00 de verba federal e Cr\$ 2.550.000,00 de verba estadual, devendo este recurso ser aplicado em 1961. Estes aditivos estão vinculados ao Convênio Base de 23.1.58.

8.C.5 Aeroporto de Santo Angelo. No exercício de 1960, foram executados neste aeroporto, 250.000 m³ de terraplenagem e 50.000 m³ de compactação, sendo 71% e 100% respectivamente do total previsto. Estes serviços foram iniciados em 1959, com a execução de 29% da terraplenagem.

Foram aplicados nesta obra, Cr\$ 17.990.000,00, sendo Cr\$ 10.000.000,00 de verba federal e Cr\$ 7.990.000,00 de dotação Estadual, oriunda do Decreto n.º 11.149 de 15.2.60, conforme Aditivo ao Convênio de 23.1.58, firmado em 17.11.58 (participação federal: Cr\$ 10.000.000,00 e estadual: Cr\$ 9.600.000,00).

8.C.6 Estações de Passageiros. Durante o exercício de 1960, foram iniciadas as obras de construção das seguintes estações de passageiros:

São Gabriel:

Construção em alvenaria, acabamento médio, com uma área de 72 metros quadrados.

Neste exercício, foram executados 60% da obra. Aplicou-se, em 1960, Cr\$ 228.750,00 — oriundos do Decreto 11.149 de 15.2.60.

São Borja:

Construção de alvenaria, acabamento médio, com 112 metros quadrados.

Neste exercício foram executados 68% da obra, e aplicou-se Cr\$ 551.613,50 — recursos concedidos pela verba do Decreto 11.149 de 15.2.60.

Itaqui:

Em 1960, o DAE abriu Concorrência para a complementação das obras da Estação de Passageiros dessa cidade, que já haviam sido iniciadas pelo Ministério da Aeronáutica.

Neste exercício foram executados 40% da obra a complementar, e nada foi ainda absorvido no que diz respeito à verba.

8.C.7 Programa de Conservação. Com a finalidade de manter os Aeroportos do Estado em boas condições operacionais, realizou o DAE no exercício de 1960, obras de conservação, que abrangeram: reensaibramentos gerais, correções de drenagens, raspagens diversas, regularizações de estradas de acesso, sinalizações diurnas, cercamentos, etc. Os serviços foram executados nos seguintes aeroportos: Bagé, Capão da Canoa, Carazinho, Erechim, Gravataí, Iraí, Livramento, Passo Fundo, Rio Grande, São José do Norte, Santo Ângelo e Uruguaiana. Foram absorvidos neste exercício Cr\$ 8.141.495,40 oriundos dos Decretos 10.422 de 31.3.59, 10.699 de 20.8.59, 11.149 de 15.2.60 e 11.777 de 17.11.60.

8.D SILOS E ARMAZÉNS

O problema da estocagem e conservação dos produtos agrícolas vem sendo equacionado pela Comissão Estadual de Silos e Armazéns (CESA), autarquia que se acha vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes.

Seu programa inicial consta de três etapas:

- a 1.^a de 14 armazéns-celeiros, já em exploração; 11 silos elevadores em construção (projetos 8.D.1 a 8.D.11); 1 Laboratório de Pesquisas e Análises (projeto 8.D.12);
- a 2.^a de mais 2 armazéns-celeiros e 17 silos elevadores, já contratados (projeto 8.D.13); e *proteger a meta de 700 mil toneladas*
- a 3.^a de 5 armazéns-frigoríficos de produção, conservação e distribuição (projeto 8.D.14).

8.D.1 Silo Elevador de Rio Grande. Aos 31.1.59 se achavam executados 40% das obras de construção civil. Aos 31.12.1960, aquela percentagem subiu para 64%. Considerado o equipamento já totalmente recebido na obra, esta percentagem sobe para 84%. Acham-se concretados os dois blocos de 12 células e a torre central até a laje de cobertura, faltando executar as galerias sobre as células e os últimos andares da torre, além da totalidade das obras complementares, devendo, assim, ser aplicados, ainda, Cr\$ 85 milhões. A conclusão das obras civis é prevista para julho próximo, quando terá início a montagem dos equipamentos, podendo o maior silo do Estado entrar em operação em janeiro de 1962.

8.D.2 Silo Elevador de Porto Alegre. A percentagem de execução subiu a 92%, faltando apenas as obras complementares, tais como as casas para os transformadores, balança de veículos, trilhos para a pneumática, proteção às tremonhas, pavimentação e cercas, num valor pouco superior a Cr\$ 6 milhões. A montagem dos equipamentos está em vias de conclusão, prevendo-se para agosto próximo sua entrada em operação. Essa unidade, com a capacidade estática inicial para 10 mil toneladas, já possui fundações para ter ampliação de mais 8.750 toneladas.

8.D.3 Silo Elevador de Erechim. A percentagem de execução subiu a 93% das obras, incluída a montagem dos equipamentos, faltando apenas a pavimentação do pátio de manobras, cercas e portões, numa despesa pouco superior a Cr\$ 5 milhões. Acha-se em operação.

8.D.4 Silo Elevador em Passo Fundo. A percentagem de execução que, aos 31.1.1959, era de 20%, subiu, ao findar do exercício em relato, para 88%, faltando construir apenas a casa para balança de veículos, pavimentação, movimentação de terras e instalações de aproveitamento d'água do sub-solo, além do acabamento e pintura, com uma despesa a fazer de pouco mais de Cr\$ 20 milhões. A montagem, já iniciada, dos equipamentos deverá permitir sua entrada em operação a partir de dezembro vindouro.

8.D.8 Silo Elevador de Bagé. Com 55% de execução em 31.1.59, passou para 74% ao findar do exercício em relato e isso em virtude do volume das obras complementares, por que as do silo propriamente dito se acham completamente concluídas, inclusive a montagem dos equipamentos. Deve ainda ser feita apreciável movimentação de terra, pavimentação e drenagem, bem como construída a casa para balança de veículos, cercas, portões, rede hidráulica e proteção das tremonhas de vagão, com uma despesa de quase mais Cr\$ 15 milhões.

8.D.9 Silo Elevador de São Gabriel. A execução das obras que se situava em 66% subiu para 81%, permitindo prevêr sua entrada em operação a partir de outubro próximo. A montagem dos equipamentos se acha concluída, inclusive a usina geradora de energia elétrica. O conjunto das obras carece ainda das impermeabilizações, pintura e caiação, faltando construir a casa para balança de veículos, movimentação de terra, pavimentação, drenagem, cercas e portões, bem como o desvio ferroviário, tudo estimado em cerca de mais Cr\$ 14 milhões.

8.D.10 Silo Elevador de Cachoeira do Sul. As obras que, em 31.1.59, representavam 64% do total, passaram a representar praticamente 90%, achando-se concluída a montagem dos equipamentos inclusive do cais especial com ligação telecomandada das galerias silo-armazém e silo-cais, para carregamento de batelões. Deverão ser feitas a pavimentação e drenagem do pátio

de manobras, bem como a construção de cercas e portões, complementos que montarão a Cr\$ 8,5 milhões. Sua entrada oficial em operação se deverá verificar em julho próximo.

8.D.5 **Silo Elevador de Carazinho.** A construção civil, contratada em 1957, teve de ser suspensa em 1959, por inadimplemento contratual, que deu motivo a rescisão do contrato com a então adjudicatória. Mediante nova concorrência e novo contrato, foi dado reinício das obras no fim do exercício em relato. Em 31.12.1960, achavam-se concluídas as fundações e o necessário movimento de terras. Presentemente, as obras se acham em plena fase de execução, de modo a permitir o funcionamento da unidade, ampliada para 10 mil toneladas, no próximo ano de 1962. A conclusão dessa obra, aos custos atuais, não computados os equipamentos já adquirido, exigirá despesa de Cr\$ 97 milhões.

8.D.6 **Silo Elevador de Cruz Alta.** A percentagem da execução das obras, que, aos 31.1.59, era de 5%, subiu a 79%, faltando apenas o desvio ferroviário, que inclui aquisição de nova faixa de terra, pavimentação, drenagem e proteção as tremonhas de vagão, numa despesa que se prevê de Cr\$ 14 milhões. Sua entrada em operação se deverá verificar em setembro vindouro.

8.D.7 **Silo Elevador de Júlio de Castilhos.** As obras que, em 31.1.59, correspondiam a 60% do total, hoje, se acham praticamente concluídas e o silo em operação, faltando apenas a pavimentação do pátio de manobras e uma segunda linha do desvio ferroviário, cercas e portões, complementos essenciais que importarão em despesa pouco superior a Cr\$ 5 milhões.

8.D.11 **Silo Elevador de Santa Bárbara do Sul.** Como a unidade de Carazinho, fôra contratada em 1957, mas teve sua construção suspensa, por inadimplemento contratual, quando as obras se achavam apenas nas escavações. Mediante nova concorrência e contratação com outra firma construtora, seu reinício só pôde se verificar em 1960. A totalidade das obras a executar está hoje avaliada em Cr\$ 80 milhões, incluído o desvio ferroviário e demais obras complementares. Sua entrada em operação se deverá verificar em 1962.

Em relação à totalidade da 1.^a etapa da rede de silos, as realizações levadas a efeito particularmente no exercício passado montaram em Cr\$ 258.300.000,00, objeto de Crédito especial aberto pelo Decreto n.º 11.140, de 13.2.1960, a conta do II Plano de Obras do Estado, havendo sido utilizados:

	Cr\$
1 — No prosseguimento da construção civil das 11 unidades citadas	62.110.000,00
2 — No pagamento parcial da montagem dos equipamentos	26.400.000,00
3 — No resgate de letras de câmbio, pelo fornecimento dos equipamentos	119.200.000,00

4 — Na amortização parcial dos financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico 50.590.000,00

Além disso, contou a CESA, para execução do empreendimento, em 1960, com o saldo de Cr\$ 58 milhões do financiamento concedido pelo BNDE.

Com essa primeira etapa de sua rede de armazéns e silos, cuja conclusão se deverá verificar dentro da próxima safra tritícola, e é viável graças aos recursos financeiros que lhe foram especificamente destinados, terá o Estado, através da CESA, uma segura capacidade dinâmica de 600 mil toneladas para estocagem, tratamento e conservação de suas safras de cereais, leguminosos e outros produtos.

Não obstante essa capacidade, adicionada da que podem oferecer os depósitos particulares e os armazéns e silos de granja implantados pela CO-TRINAG, há no Estado uma considerável insuficiência de oferta de estocagem, face ao apreciável volume de suas safras de produtos vegetais ensiláveis, que no último quinquênio, atingiu a expressiva média anual de 3,5 milhões de toneladas, computados apenas os dez principais produtos considerados.

Em consequência, mesmo na suposição de que tôdas as unidades de estocagem pudessem permitir 5 rotações anuais, como ocorrerá com os silos da CESA, mas não ocorre com a totalidade das demais, necessitaria o Estado de uma capacidade estática de, no mínimo, 700 mil toneladas o que, em parte, procura a CESA atingir com a execução da segunda e a programação da terceira etapa de sua rede fundamental.

8.D.12 **Laboratório de Pesquisas e Análises em Pôrto Alegre.** Possuindo a CESA a atribuição legal de estudar e promover a fixação dos tipos a que deve corresponder a produção agrícola, tendo em vista facilitar a ensilagem e atender às exigências da indústria e do comércio, deverá, ainda no corrente exercício, dar início à construção de um laboratório de pesquisas e análises tecnológicas, fazendo nisso um investimento superior a Cr\$ 42 milhões, segundo o projeto elaborado.

8.D.13 **Segunda Etapa de Silos Elevadores.** A capacidade atual de estocagem, nas unidades que se distribuem pelo território do Estado, está representada pelos seguintes valores, que revelam uma insuficiência (sòmente para os produtos ensiláveis) superior a 2 milhões de toneladas, o que ocasiona perdas da ordem de 400 mil toneladas anuais, de valor superior a Cr\$ 4.000 milhões.

Essa capacidade é discriminadamente a seguinte:

1 — ARMAZÉNS

	Capac. Estática	Capac. Dinâmica
a) CESA + IRGA	87.300	174.300
b) COTRINAG (armazéns de granja)	144.000	144.000
c) PARTICULARES	267.289	267.289
	<hr/>	<hr/>
Total	498.589	585.589

2 — SILOS

a) CESA	98.750	500.000
b) COTRINAG (silos de granja)	93.000	93.000
c) PARTICULARES	91.710	275.130
	<hr/>	<hr/>
Total	283.460	768.130
	<hr/>	<hr/>
Total Geral	782.049	1.353.719

Diante dessa ainda insuficiente capacidade de estocagem para a produção agrícola, foi contratada a implantação de uma segunda etapa de mais 17 silos elevadores, com as seguintes capacidades e localizações: duas unidades portuárias, para 10 mil toneladas cada, em Pelotas e Porto Mariante; uma unidade para 10 mil toneladas em Palmeira das Missões; e 14 unidades de 5 mil toneladas, em Alegrete, Uruguaiana, São Borja, São Luiz Gonzaga, Santa Maria, Santo Ângelo, Ijuí, Getúlio Vargas, Sarandí, Belisário, Lagoa Vermelha, Soledade Bento Gonçalves e Encruzilhada do Sul. Proporcionando uma capacidade dinâmica anual para 500 mil toneladas a implantação dessas novas 17 unidades reduzirá o déficit de oferta existente para 1,5 milhões de toneladas. Sua execução será financiada, em moeda nacional e estrangeira, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Eximbank e Banco Central da França, nos montantes de Cr\$ 800 milhões e US\$ 12 milhões. Adicionalmente, para complementação da rede de armazéns-celeiros, que operará conjugada à rede de silos elevadores, serão construídos dois novos armazéns, com capacidade estática unitária para 3.600 toneladas, devendo ser implantados nos municípios de Piratini e Nova Prata.

2.ª etapa

2ª ETAPA

8.D.14 Armazéns-Frigoríficos. A CESA ainda, pelos estudos elaborados, definiu a terceira etapa de sua rede fundamental, que se deverá constituir de 5 armazéns-frigoríficos de produção, conservação e distribuição para uma capacidade estática de 36 mil toneladas de produtos perecíveis e deterioráveis, mormente tubérculos, bulbos e frutas. Seu custo é previsto em Cr\$ 2.000 milhões, em cujo montante se incluem US\$ 6 milhões. A rede fundamental de estocagem, incluída essa terceira etapa, de armazéns-frigoríficos, é financeiramente exequível, através dos financiamentos já obtidos ou a obter, e cuja oportuna liquidação encontrará recurso nas Taxas de Cooperação e de Transportes, somados aos resultados positivos provenientes das operações das unidades da rede.

*800
1700
300
1100*

*98750
275130
186050*

COMUNICAÇÕES

9 — COMUNICAÇÕES

9.A.1 **Taxa de Comunicações.** Com a finalidade de dar uma solução mais ampla e harmoniosa ao problema das telecomunicações no Estado, resolveu o Governo do Estado instituir uma Taxa de Comunicações de 1,5%, criada pela Lei n.º 3.859, de 5 de dezembro de 1959 e incidente sobre todos os impostos estaduais, inclusive o de exportação. Essa Lei, que passou a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1960, tem prazo de validade de 11 anos e consta do elenco orçamentário do presente exercício.

A previsão da receita, da parte específica a Comunicações, calculada na base de um crescimento vegetativo de 10% ao ano, será a seguinte:

Ano	Quota para Comunicações
1960	Cr\$ 165.000.000,00
1961	Cr\$ 181.500.000,00
1962	Cr\$ 199.650.000,00
1963	Cr\$ 219.615.000,00
1964	Cr\$ 241.575.000,00
1965	Cr\$ 265.734.000,00
1966	Cr\$ 292.308.000,00
1967	Cr\$ 321.538.000,00
1968	Cr\$ 353.692.000,00
1969	Cr\$ 389.061.000,00
1970	Cr\$ 427.967.000,00
TOTAL ...	Cr\$ 3.057.640.000,00

Esses recursos serão investidos na execução de um programa evolutivo de expansão dos serviços de comunicações que satisfaça as exigências atuais e permita seu desenvolvimento gradual, no futuro, através da Companhia Riograndense de Telecomunicações, onde é o Estado o acionista majoritário.

9.A.2 **Companhia Riograndense de Telecomunicações.** Pela Lei n.º 2.056, de 19 de março de 1953, o Estado avocou a si o Poder Concedente dos Serviços Telefônicos em geral e criou a Comissão Estadual de Comunicações.

A competência do Estado, como Poder Concedente para os serviços básicos, até então atribuídos aos municípios, foi contestada em juízo por diversas prefeituras, tendo a Justiça se manifestado a favor da tese que reconhecia ao Estado a atribuição de Poder Concedente, tanto para os serviços básicos como para os de longa distância.

Reconhecido como Poder Concedente e armado de recursos financeiros, insuficientes para uma solução total, mas capazes de permitir uma amplia-

ção ponderável, tem o Estado elementos fundamentais para solução do problema.

Decidiu, então, o Governo do Estado, criar uma Sociedade de Economia Mista, tendo convidado os senhores, eng.º Mario Lannes Cunha, Bel. Ajadil de Lemos, sr. Antônio Casaccia e eng.º Homero Carlos Simon para constituírem o Grupo de Trabalho IV, encarregado de estudar e elaborar os planos técnicos e financeiros.

Aprovado o parecer do Grupo de Trabalho n.º 4, enviou o Governo do Estado à Assembléia Legislativa Projeto de Lei instituindo a Companhia Riograndense de Telecomunicações, convidando, ao mesmo tempo, a Companhia Telefônica Nacional para fazer parte da nova sociedade, com seu atual acervo, tendo aquela Casa aprovado o Projeto, que se transformou na Lei n.º 4.073, de dezembro de 1960.

De acôrdo com o referido diploma legal o Estado é obrigado a subscrever sempre, no mínimo, 51% do capital da C.R.T., dando-lhe assim maioria de votos nas decisões de assembléia de acionistas.

9.A.3 Tombamento dos bens da Companhia Telefônica Nacional. Os estudos elaborados pelo Grupo de Trabalho IV, aprovados pelo Governo do Estado, prevêem a incorporação dos Bens da Companhia Telefônica Nacional, como acervo básico, à Comanhia Riograndense de Telecomunicações.

Tendo em vista os entendimentos que se vinham processando, para o levantamento e avaliação dos bens pertencentes à Companhia Telefônica Nacional, o Governo do Estado, através do Ofício G/133, propôs àquela Empresa a justa avaliação atual do seu acervo, mediante juízo arbitral extra judicial.

Como perito do Estado, o Governo do Estado nomeou o sr. eng.º Luiz Leseigneur de Faria, Diretor da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul.

A Companhia Telefônica Nacional concordou e de sua parte nomeou o Dr. Frederico José de Souza Rangel, engenheiro e economista, Professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, para funcionar como perito representante daquela Companhia.

Não foi escolhido perito desempataçador e a avaliação dos bens, foi feita com base nos índices econômicos fixados pelo Conselho Nacional de Economia.

O Conselho Nacional de Economia fixa os índices bienalmente de acôrdo com o art. 57 da Lei n.º 3.470, de 28.11.58, através de Resoluções.

Chegaram os peritos a conclusão que os bens da Companhia Telefônica Nacional valem:

Equipamentos	Cr\$ 1.202.328.000,00
Imóveis	Cr\$ 100.252.000,00
TOTAL	Cr\$ 1.302.580.000,00

No total acima não estão incluídos os bens a cargo do almoxarifado em 31.12.1960, por não estarem em efetivo uso nos serviços à época.

Os peritos foram remunerados em partes iguais pelo Estado e pela Companhia, tendo sido pago a importância de Cr\$ 500.000,00 da Verba Eventuais da Casa Civil, para atender as despesas do Estado.

O Laudo de Avaliação dos Bens da Companhia Telefônica Nacional está sendo examinado por técnicos do Estado.

FE

9.A.4 Ampliação da linha de longa distância: Caxias do Sul - Pôrto Alegre. A fim de reduzir o tempo de espera necessário para obtenção de uma ligação telefônica, especialmente com a zona norte do Estado, decidiu o Governo do Estado construir uma linha de longa distância, inicialmente com seis canais telefônicos, ampliável até 48 canais, entre as cidades de Caxias do Sul e Pôrto Alegre, com base nas micro-ondas.

Entretanto, a Companhia Telefônica Nacional, propôs ao Governo do Estado executar a referida ampliação através de suas próprias linhas, instalando mais 7 canais, além dos cinco existentes entre as duas cidades, utilizando recursos financeiros, contabilizados como Fundo de Expansão, de 3% sobre o montante da receita.

Reconheceu o Governo do Estado, a conveniência para o interesse público, do oferecimento da C.T.N., aprovando o projeto da Companhia e retirando o seu.

O projeto está em fase de execução e o novo equipamento deverá entrar em serviço dentro de sessenta dias.

Os equipamentos portadores de canais antigos serão deslocados para outras rotas sendo beneficiadas as seguintes localidades:

	circuítos atuais	circuítos adi- cionais pre- vistas	total
Pôrto Alegre-Passo Fundo	2	1	3
Pôrto Alegre-Bento Gonçalves	2	1	3
Pôrto Alegre-Farroupilha	—	1	1
Pôrto Alegre-Vacaria	1	1	2
Pôrto Alegre-Taquara	2	1	3
Caxias-Farroupilha	2	1	3
T O T A L	9	6	15

9.A.6 Radiocomunicação oficial: Pôrto Alegre-Brasília-Rio de Janeiro. Com a transferência da Capital Federal para o planalto goiano, cresceram ainda mais as dificuldades de comunicação com a administração federal. Por esta razão, resolveu o Governo do Estado instalar seu próprio serviço, inicialmente com Brasília. Foram montadas duas terminais de rádio-comunicação, uma em Pôrto Alegre, no Palácio Piratini, e outra em Brasília, no Escritório do Rio Grande do Sul.

Foi aberto um crédito especial de Cr\$ 900.000,00 para atendimento de despesas com as instalações. É pensamento do Governo instalar mais uma terminal no Rio de Janeiro, aguardando, entretanto, a inauguração do serviço "Telex", que está instalando o DCT, entre Pôrto Alegre e Rio de Janeiro, já tendo sido reservado um canal para o serviço do Estado.

9.A.7 Projeto para a implantação de telefones básicos em 14 municípios e a sua interligação através de longa distância. Uma das sub-regiões do Estado, onde se verifica notável desenvolvimento, é inegavelmente a do Alto Uruguai, ainda praticamente desprovida de recursos de comunicações. Apenas 3 municípios, dos 14 existentes, dispõem de serviço telegráfico. Por esta razão, decidiu o Governo do Estado instalar serviços telefônicos básicos e de longa distância, ligando-os à rede telefônica estadual. Foi aberto, pelo

Decreto n.º 11.974, de 30 de dezembro de 1960, um Crédito Especial que, justamente com recursos do Governo Federal, pela Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, das Prefeituras Municipais e dos futuros usuários, completará a soma necessária para fazer face aos investimentos. Os estudos e projetos foram elaborados pela Comissão Estadual de Comunicações e o edital de concorrência para aquisição dos equipamentos dos serviços básicos, bem como sua instalação, encontra-se pronto, devendo ser publicado em poucos dias. Os estudos referentes aos serviços de longa distância estão em fase adiantada de projeto e o edital correspondente será publicado a seguir.

9.A.8 Projeto interligando Santa Vitória com Jaguarão. No que tange a telecomunicações regulares, Santa Vitória do Palmar está isolada do Estado. A situação geográfica daquela cidade impediu sempre a sua interconexão com o sistema telefônico estadual. Decidiu o Governo resolver esse problema por intermédio de uma linha de micro-ondas, através da Lagoa Mirim. A terminal de Santa Vitória está praticamente concluída, faltando apenas a execução de serviços complementares, entre os quais o levantamento de uma das duas torres. Em Jaguarão já se encontra instalado o equipamento na guarita correspondente, faltando o levantamento das duas torres. A falta de pessoal especializado, na Comissão Estadual de Comunicações, tem atrasado sobremaneira o andamento daqueles serviços, tendo sido tomadas tôdas as providências para recrutamento de novos elementos, que não foram admitidos até a presente data.

ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E OUTRAS
INICIATIVAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
— POLÍTICA MUNICIPALISTA. — OUTRAS DI-
RETRIZES DE AÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRA-
TIVA DO GOVÊNRO DO ESTADO

10 — ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E OUTRAS INICIATIVAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. POLÍTICA MUNICIPALISTA. OUTRAS DIRETRIZES DE AÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO GOVERNO DO ESTADO.

10.A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

10.A.1 Organização de novas secretarias. Pela Lei n.º 3.602, de 1.º de dezembro de 1958, foi modificada a estrutura administrativa do Estado, que passou a contar com 12 Secretarias.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO — Foi organizada pelo Decreto n.º 10.360, de 16 de fevereiro de 1959. Órgãos que a compõem: Sistema de Material do Estado. Órgãos auxiliares do Departamento do Serviço Público, Diretoria dos Serviços de Biometria Médica, Instituto de Previdência do Estado e Departamento Estadual de Estatística (posteriormente passou a integrar a Secretaria de Economia, pelo Decreto n.º 11747, de 29 de outubro de 1960). Obteve recursos para sua instalação e funcionamento através dos decretos n.ºs.: 10.636, de 30 de junho de 1959 (Cr\$ 1.500.000,00), 10.904, de 14 de outubro de 1959 (Cr\$ 2.750.000,00), 11.130, de 6 de fevereiro de 1960 (Cr\$ 6.000.000,00), 11.157, de 16 de fevereiro de 1960 (Cr\$ 189.120,00), 11.563, de 3 de setembro de 1960 (Cr\$ 5.000.000,00).

SECRETARIA DA AGRICULTURA — Teve sua estrutura e sua denominação alteradas pela Lei citada anteriormente. Pelo decreto n.º 10.501, de 9 de junho de 1959, foi reorganizado o Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, no Estado do Rio Grande do Sul.

SECRETARIA DA ECONOMIA — Foi organizada pelo Decreto n.º 10.357, de 12 de fevereiro de 1959, sendo-lhes incorporados os seguintes órgãos: Instituto Sul Riograndense de Carnes, Instituto Riograndense de Arroz, Departamento Estadual de Abastecimento do Leite e a Diretoria de Indústria e Comércio. O decreto n.º 10.576, de 8 de julho de 1959, deu-lhe estrutura administrativa. Pelo Decreto n.º 10.626, de 18 de julho de 1959, foi criado o Escritório Técnico desta Secretaria, sediado em São Paulo. O Decreto n.º 11.747, de 29 de outubro de 1960, incorporou-lhe o Departamento Estadual de Estatística.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA — Foi reestruturada pela Lei n.º 3.602, de 1.º de dezembro de 1958, que criou, naquela pasta, três sub-secretarias, cujas atribuições estão definidas no decreto n.º 10.366, de 23 de fevereiro de 1959. A Comissão Estadual de Prédios Escolares, que funciona como órgão de cooperação dessa Secretaria e da Secretaria de Obras Públicas, foi criada pelo Decreto n.º 10.416, de 25 de março de 1959. O De-

creto n.º 10.533, de 20 de junho de 1959 criou o Serviço de Educação Artística, vinculado ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e extinguiu a Superintendência de Educação Artística. Pelo Decreto n.º 10.546, de 25 de junho de 1959, foi transferida para a Subsecretaria de Ensino Primário a Superintendência do Ensino Rural. A estrutura dos órgãos subordinados à Diretoria Geral foi alterada pelo Decreto n.º 10.644, de 30 de julho de 1959. O Decreto n.º 10.711, de 21 de agosto de 1959, criou o Serviço de Bolsas de Estudo.

SECRETARIA DE ENERGIA E COMUNICAÇÕES — Foi organizada pelo Decreto n.º 10.358, de 12 de fevereiro de 1959. Órgãos que a compõem: Comissão Estadual de Energia Elétrica, Departamento Autônomo de Carvão Mineral e Comissão Estadual de Comunicações.

SECRETARIA DA FAZENDA — Passou a exercer, pela Lei n.º 3.914, de 6 de fevereiro de 1960, tutela administrativa sobre o órgão autárquico denominado Caixa Econômica Estadual.

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA — Teve suas atribuições definidas pelo Decreto n.º 10.428, de 14 de abril de 1959. O Serviço Estadual de Turismo (SETUR) passou a integrar a Secretaria pelo Decreto n.º 10.470, de 13 de março de 1959, ficando diretamente subordinada ao seu titular. O Decreto n.º 10.502, de 10 de junho de 1959, criou a Corregedoria do Ministério Público, com jurisdição em todo o Estado. Pelo Decreto n.º 10.521, de 16 de junho de 1959, foi criada a Diretoria de Relações Consulares. As finalidades, competência, atribuições e organização da Procuradoria do Estado na Capital Federal foi traçada pelo Decreto n.º 11.086, de 30 de dezembro de 1959. O Decreto n.º 11.113, de 30 de dezembro de 1959, criou a Guarda Penitenciária. O Gabinete de Assessoramento Técnico e Administrativo foi organizado pelo Decreto n.º 11.396, de 20 de junho de 1960.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS — Teve a sua organização estrutural alterada pela transferência do Serviço Estadual de Turismo para a Secretaria do Interior e Justiça e do Departamento Aeroviário do Estado para a Secretaria dos Transportes, através dos Decretos n.ºs. 10.470, de 13.5.59, e 10.355, de 3.2.59, respectivamente. Pelo Decreto n.º 10.416, de 25.3.59, foi criada a Comissão Estadual de Prédios Escolares órgão de cooperação desta Secretaria de Estado com a de Educação e Cultura. Pelo Decreto n.º 10.425, de 31 de março de 1959, foram transformados os serviços industriais e a Secção de Urbanismo, respectivamente, em Diretoria Industrial e Serviço de Urbanismo, diretamente subordinados à Diretoria Geral da Secretaria. O Decreto n.º 10.603, de 17 de julho de 1959, vinculou à Secretaria, o Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul.

SECRETARIA DA SAÚDE — Foi organizada pelo Decreto n.º 10.390, de 10 de março de 1959. Órgãos que a compõem: Gabinete do Secretário, Diretoria Geral, Conselho Estadual de Saúde, Departamento de Saúde, Departamento da Criança, Departamento de Saúde Mental e Instituto de Pesquisas Biológicas.

SECRETARIA DA SEGURANÇA — Foi estruturada pelo Decreto n.º 10.356, de 3 de fevereiro de 1959. Órgãos que lhe são subordinados: Brigada Militar do Estado e o Departamento de Polícia Civil. Pelo Decreto n.º 10.605, de 17 de julho de 1959, foi extinta a Delegacia de Menores e Capturas e criada, no Departamento de Polícia Civil, a Delegacia de Menores e a Delegacia de Capturas. O Bureau de Polícia Internacional foi criado pelo De-

creto n.º 11.476, de 28 de julho de 1960. Pelo Decreto n.º 11.379, de 4 de junho de 1960, foi instituído o Serviço de Polícia Interestadual.

SECRETARIA DO TRABALHO E HABITAÇÃO — Foi organizada pelo Decreto n.º 10.389, de 10 de março de 1959. Órgãos que a compõem: Serviço Social de Menores e Serviço da Casa Popular. A estrutura geral da Secretaria foi dada pelo Decreto n.º 10.567, de 30 de junho de 1959. Pelo mesmo decreto fixou extinto o Serviço Social de Menores e criada a Divisão de Assistência Social.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES — Foi organizada pelo Decreto n.º 10.355, de 3 de fevereiro de 1959, que lhe subordinou os seguintes órgãos: Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, Departamento Aeroviário, Comissão Estadual de Silos e Armazéns e Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens.

ÓRGÃOS SUBORDINADOS AO GOVERNADOR: — Pelo Decreto n.º 10.359, de 12 de fevereiro de 1959, foi extinto o Departamento do Serviço Público e criado o Conselho do Serviço Público. O Gabinete de Administração e Planejamento, instituído pelo Decreto n.º 10.367, de 24 de fevereiro de 1959, ficou constituído dos seguintes órgãos: Setor de Planejamento e Controle Técnico-Executivo, Setor de Planejamento e Controle Econômico-Financeiro e Setor Jurídico. Posteriormente, no mesmo Gabinete, foi criado o Serviço de Inspeção e Controle, através o Decreto n.º 11.203, de 29 de fevereiro de 1960. O Decreto n.º 10.499, de 8 de junho de 1959, criou o Conselho de Desenvolvimento do Estado, com a função de Assessorar o Governador, sendo por êste presidido. Pelo Decreto n.º 11.248, de 4 de abril de 1960, foi criada a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Litoral. O Decreto n.º 11.617, de 16 de setembro de 1960, traçou a organização do Conselho do Serviço Público e estabeleceu suas atribuições.

10.A.2 Estrutura do Conselho do Serviço Público. Foi estabelecida no Decreto n.º 11.617, de 16 de setembro de 1960, a nova estrutura do Conselho do Serviço Público, órgão que, embora constitucionalmente autônomo, trabalha em íntima coordenação com a Secretaria da Administração.

A estruturação do Conselho do Serviço Público teve em vista dar ao órgão condições para que possa desempenhar a sua importante tarefa, constitucionalmente estabelecida, de controlar a legalidade dos atos relativos ao pessoal civil e prestar assessoramento e cooperação ao Governo, especialmente à aludida Secretaria. Com a nossa estrutura o Conselho do Serviço Público ficou desobrigado das tarefas executivas, que passaram à Secretaria da Administração, com os órgãos que integravam o extinto Departamento do Serviço Público.

10.A.3 Reorganização da Diretoria dos Serviços de Biometria Médica. Com os recursos provenientes do crédito de Cr\$ 1.500.000,00, aberto em fins de 1959, foram melhoradas mediante a aquisição de duas caminhonetas, as condições de atendimento dos pedidos de inspeção a domicílio pela Diretoria de Biometria Médica, órgão que executa importante função na política de pessoal, pois seu movimento é muito grande. Em 1960 executou 38.253 inspeções de saúde, sendo 11.441 para ingresso e 23.403 para licenças. 19.279 inspeções tiveram lugar na Capital e 18.974 no interior. As moléstias que predominaram foram as neuro-psíquicas, vindo a seguir as ósteo-articulares e cardio-vasculares.

10.A.4 **Instituição do Salário Móvel.** Tendo em vista os termos dos artigos 10, 11 e 17 da Lei n.º 3889-A, de 30 de dezembro de 1959, através da qual foi instituído o salário móvel para os servidores estaduais, a Secretaria de Administração desenvolveu considerável atividade no sentido de cumpri-la, orientando e controlando a revisão de salários do pessoal variável dos quadros centralizados e de todo o pessoal das Autarquias.

Acompanhou, também, o trabalho do Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, órgão ao qual a Lei n.º 3889-A atribuiu a tarefa de calcular os índices de preços ao consumidor. Estabelecida em 36,6% a elevação do custo de vida, foi elaborado o projeto que se transformou no Decreto n.º 11.940, de 24 de dezembro de 1960, pelo qual foi dada, pela primeira vez, efetiva aplicação ao princípio do salário móvel entre nós.

Como era de esperar-se, este princípio revolucionário em planos de pagamento — Instituição do salário móvel para os servidores do Estado. — trouxe algumas dificuldades e pequenas controvérsias, nenhuma, entretanto, de molde a tumultuar ou impossibilitar a aplicação do princípio que o Estado adotou.

10.A.5 **Conselho de Desenvolvimento do Estado.** Criado pelo Decreto n.º 10.499, de 8 de julho de 1958, o Conselho de Desenvolvimento Econômico foi reestruturado pelo Decreto n.º 12.174, de 11 de março de 1961. O Conselho visa fundamentalmente, como órgão de assessoria do Governador, promover estudos e oferecer recomendações conclusivas sobre a planificação do desenvolvimento estadual não só em termos de crescimento econômico, como ainda de ação social destinada à dinamizar a estrutura do Estado e tornar efetiva uma política cujos objetivos, em última análise, sejam a melhoria de padrão de vida e a valorização social do homem sul-riograndense.

Além de suas atribuições específicas de elaborar programas prioritários de desenvolvimento o Conselho tem também atribuição de rever planos e projetos tendentes a acelerar o progresso do Rio Grande do Sul. Ao reestruturá-lo o Governador do Estado concedeu a esse órgão uma amplitude que ultrapassa os conceitos tradicionais de desenvolvimento concebidos apenas em termos econômicos, para enquadrá-lo nas doutrinas mais atualizadas que envolvem todos os setores da vida social, desde os materiais aos culturais, desde os relativos aos problemas de produção e produtividade aos ligados às questões diretamente relacionadas com a vida humana.

O Conselho está composto de vários órgãos, grupos de trabalhos, grupos executivos, comissões consultivas e de uma Secretaria Geral e de uma Secretaria Executiva.

Sua Presidência cabe ao Governador do Estado e os Conselheiros a serem nomeados pelo Governador serão escolhidos entre os nomes de reconhecida capacidade técnica notório saber de espírito público. São membros natos do Conselho os Secretários de Estado e o Procurador Geral do Estado.

Pela Lei que reestruturou o CDE o Gabinete de Administração e Planejamento, a Comissão de Desenvolvimento do Litoral e os órgãos complementares de assessoria do Governo exercerão suas atividades no que diz respeito ao Governo do Estado em estreita colaboração e de acordo com as diretrizes gerais do Conselho, que terá ainda a colaboração de todos os demais órgãos da administração pública.

10.A.6 **Instituto de Administração.** Para o desenvolvimento das atividades que cabem ao Instituto de Administração, criado conforme convênio estabelecido entre o Estado e a Universidade do Rio Grande do Sul, foi

aberto um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, pelo Decreto n.º 11.683, de 3 de outubro de 1960.

Através do referido Instituto foram proporcionados vários cursos destinados ao aperfeiçoamento dos servidores do Estado. Em 1960 frequentaram-nos 210 funcionários da Capital e 386 do Interior, estes últimos recebendo aulas por correspondência. No segundo semestre foi realizado um curso de aperfeiçoamento em administração pública destinado a servidores públicos portadores de diplomas de curso universitário, frequentado por 27 servidores.

Na parte referente a pesquisa, o Instituto realizou um estudo piloto para reorganização da ASCAR, nele tomando parte professores da Universidade e a equipe técnica do Conselho do Serviço Público, realizando-se o trabalho em regime de cooperação. A ASCAR aceitou esse estudo, que está em fase de implantação e proporcionou a coleta de farto material didático a ser publicado em breve pelo Instituto.

10.A.7 Procuradorias do Estado no Rio de Janeiro e em Brasília. A Procuradoria do Estado no Rio de Janeiro, reestruturada pelo decreto n.º 11.086, de 30.12.59, foi cometida a incumbência de promover o andamento e solução de assuntos do interesse do Estado, dos municípios e de entidades privadas riograndenses, junto ao Governo da União. Dentre tais atividades releva notar as que se relacionaram com o assessoramento jurídico e administrativo nos entendimentos visando a instalação da indústria siderúrgica e de tratores neste Estado, a assistência nas gestões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Petrobrás para a construção de uma refinaria no Rio Grande do Sul, o acompanhamento, no Congresso Nacional, de diversos projetos de lei de interesse do Poder Público Estadual e de entidades privadas locais, a assistência permanente e efetiva às autoridades estaduais e servidores do Governo, quando em viagem ao Rio, em objeto de serviço, a coordenação da recente visita de jornalistas de todo o país a este Estado, quando das comemorações do "Ano da Escolarização" e, finalmente, o recente lançamento do jornal "Rio Grande do Sul", órgão de divulgação da Procuradoria, destinado a ter penetração nacional. Para o aperfeiçoamento de suas atividades, promoveu a Procuradoria a organização de uma biblioteca, a instalação de um aparelho de rádio-comunicação entre a sua sede, no Rio, e o Palácio Piratini, o estabelecimento de serviço de mala aérea diária, bem como a ampliação de suas instalações, no mesmo prédio onde está funcionando.

Com o objetivo de dinamizar as atividades da Procuradoria, proporcionou-lhe o Governo do Estado os recursos financeiros necessários, conforme abaixo discriminado:

1959	—	dotação orçamentária	Cr\$	1.042.000,00
		crédito especial (dec. n.º 11.086, de 30.12.59)	Cr\$	4.500.000,00
1960	—	dotação orçamentária	Cr\$	2.089.000,00
1961	—	dotação orçamentária	Cr\$	6.428.000,00

T O T A L Cr\$ 14.059.000,00

Pelo decreto n.º 12.130, de 6.3.61, foi criado o Escritório do Estado em Brasília e aberto um crédito de Cr\$ 5.000.000,00, para sua instalação e funcionamento no presente exercício. O Escritório, que tem as mesmas finalidades da Procuradoria do Rio, encontra-se com suas atividades em pleno desenvolvimento e com sua instalação já plenamente justificada.

10.A.8 Escritório do Estado em São Paulo. A Secretaria da Economia mantém em São Paulo um escritório técnico que desde sua criação vem prestando serviços aos órgãos públicos e privados do Rio Grande do Sul.

Uma de suas principais finalidades é incentivar o aspecto promocional das vendas dos produtos gaúchos naquele mercado, incrementando as relações de troca. Neste sentido, o ECONSUL concluiu diversas negociações, muitas vezes pioneiras, que abriram novas perspectivas a produção industrial rio-grandense.

Sua colaboração com os demais órgãos do Governo do Estado tem caráter informativo, destacando-se os serviços prestados à Secretaria da Economia, principalmente:

- na pesquisa de mercado, salientando-se o de implementos agrícolas, gêneros alimentícios e demais produtos da indústria alimentar;
- na remessa de dados sobre a conjuntura econômica daquele Estado e a tendência dos negócios ali realizados;
- na divulgação, propaganda e organização de mostruários dos nossos produtos industriais;
- na divulgação dos programas oficiais e da política de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

10.A.9 Transferência da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União. Como decorrência do Termo de Acôrdio firmado entre o Estado e a União, em 22 de maio de 1959, para transferência da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União, incorporada à Rede Ferroviária Nacional S.A., foi necessário desenvolver ingente tarefa na Secretaria da Administração, tendo em vista esclarecer e consolidar a posição dos servidores estaduais ferroviários, cedidos à União conforme cláusula do referido Termo de Acôrdio.

De um contingente de perto de 15.000 servidores, os direitos e vantagens passaram a ser controlados pela Secretaria da Administração. Várias dúvidas sobre vantagens financeiras, promoções e outras, foram esclarecidas, havendo ainda em andamento um estudo sobre linhas de acesso no Quadro dos Servidores Ferroviários. O fato representou um considerável acréscimo de trabalho, pois os avanços, licenças-prêmio e gratificações adicionais passaram a ser tarefas da Divisão de Pessoal. Só aos inativos, foram expedidos cerca de 7.000 atos de diferença de proventos.

Os encargos de responsabilidade do Estado, no exercício de 1960, com o pessoal ativo da Rede somaram Cr\$ 302.457.110,50, sendo que mais de 80% dessa quantia estão representados pelo reajustamento determinado pela Lei n.º 3889-A de 30 de dezembro de 1959.

10.A.10 Plano de Obras Serviços e Equipamentos. O Plano de Obras Serviços e Equipamentos viu transcorrer o seu segundo ano de execução, tendo sido abertos, até 31 de dezembro último, créditos especiais no montante de Cr\$ 13.793.753.424,30, sendo Cr\$ 5.159.062.551,20 correspondente a 1959 e Cr\$ 8.634.690.873,10 a 1960.

Em anexo estão discriminadas, por inciso, as autorizações de despesa. Nos relatórios dos diversos órgãos da Administração estão apresentadas com riqueza de detalhes as suas realizações.

II PLANO DE OBRAS DO ESTADO

Créditos Abertos

INCISOS

1959 1960 TOTAL

I — Educação e Cultura	1.250.943.500,00	2.420.336.057,90	3.671.279.557,90
II — Transportes e Armazenagem	1.606.600.000,00	2.478.533.504,50	4.085.133.504,50
III — Energia e Comunicações	1.205.885.820,00	1.944.530.902,70	3.150.416.722,70
IV — Saúde, Assistência Social e Habitação	346.465.000,00	484.216.080,10	830.681.080,10
V — Mecanização, Assistência e Incentivo à Produção ..	309.150.000,00	538.430.940,00	847.580.940,00
VI — Turismo	6.200.000,00	18.664.318,00	24.864.318,00
VII — Pesquisa e Experimentação	2.000.000,00	200.000,00	2.200.000,00
VIII — Edifícios Públicos, Aparelhamento e Organização de Serviços	352.768.231,20	494.199.189,90	846.967.421,10
IX — Serviços, Atividades e Obras Complementares	29.050.000,00	215.579.880,00	244.629.880,00
X — Administração do Plano	45.000.000,00	45.000.000,00	90.000.000,00

T o t a l 5.159.062.551,20 8.634.690.673,10 13.793.753.424,30

10.A.11 **Gabinete de Administração e Planejamento.** No decorrer do ano de 1960, o GAP continuou exercendo as funções que lhe foram atribuídas pelo Decreto n.º 10.367, de 24 de fevereiro de 1959, em primeiro plano, as referentes a execução do II Plano de Obras, colaborando com as diversas Secretarias, examinando e dando parecer sobre os diferentes planos por elas apresentados, preparando os esquemas financeiros de sua concretização, controlando a aplicação dos recursos e preparando a abertura dos créditos necessários.

Além da execução dessas tarefas institucionais, o GAP intensificou os estudos que vinham sendo procedidos, em relação à situação econômica do Estado, realizando um esforço exaustivo no campo da pesquisa e coleta de dados que definissem as causas determinantes do processo de descapitalização que atravessa a economia do Rio Grande. E não só fez reunir os dados necessários como, também, procedeu a sua análise e interpretação, finalizando com a elaboração de amplo relatório sobre o assunto, que foi publicado sob o título de "Situação econômico-financeira do Rio Grande do Sul".

Durante a elaboração desse trabalho, os técnicos do GAP entraram em contato com elementos do Conselho de Desenvolvimento Econômico da União e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, examinou o denominado "Relatório Tosta Filho" e colaborou durante a visita do Eng.º Ary Torres, representante especial do Presidente da República.

Ainda no capítulo dos estudos efetuados, o GAP elaborou trabalhos preliminares sobre diversos e importantes problemas do Rio Grande, entre os quais podem ser citados:

- Reforma Agrária — levantamentos e estudos sobre o problema agrário do Estado e no tocante ao encaminhamento das soluções adequadas.
- Estudos sobre a genética do trigo, incluindo o envio de um técnico do GAP à Itália, para entrar em contato com geneticistas daquele País (o que possibilitou o estabelecimento de um convênio, posteriormente assinado pelo Secretário da Agricultura).
- Indústria dos laticínios — pesquisa, levantamentos e estudos para o seu financiamento.
- Cidade Industrial — Projeto urbanístico para construção de uma cidade desse tipo em nossa Capital.
- Coordenação e codificação de todos os programas de obras em andamento ou planejadas em nosso Estado.
- Apreciação sobre a proposta orçamentária federal para 1961 e apresentação de emendas (que proporcionaram ao Estado melhores dotações para as obras administradas pela União).

Além das tarefas acima arroladas, foram criados junto ao GAP, durante o ano de 1960, mais os seguintes 3 grupos de trabalho, encarregados de missões específicas:

- GT-4 — "encarregado de examinar os diversos estudos e soluções que se oferecem aos problemas de comunicações telefônicas do Estado".
- GT-5 — "encarregado de efetuar os estudos necessários à instalação da indústria siderúrgica do Rio Grande do Sul".
- GT-6 — "encarregado de proceder aos estudos e planejar o aproveitamento da área da Mina do Arroio dos Ratos, visando a localização, ali, de um centro agro-industrial".

Para finalizar, pode ser constatado que o GAP, ademais de cumprir as suas funções institucionais e prestar ajuda na elaboração dos estudos económicos e técnicos efetuados, prestou assessoria direta ao Senhor Governador em tôdas as outras tarefas que lhe foram atribuídas.

10.A.12 Concursos e provas de habilitação. Foram homologados, durante o ano de 1960, 46 Concursos e Provas de Habilitação para preenchimento de inúmeros cargos no Quadro Único dos Servidores Cíveis e alguns no Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais.

Para êsses concursos inscreveram-se 7.691 candidatos, comparecendo às provas 3.946 (51,3%), sendo aprovados 1.767 (21,7% em relação aos inscritos e 44,8% em relação ao comparecimento). Foram nomeados 1.750 novos servidores nêsse período.

10.A.13 Comissão Estadual de Compras. Pelo Decreto n.º 11.597, de 12 de setembro de 1960, foi aberto um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para atender ao reaparelhamento da Comissão Estadual de Compras, pelo qual foram adquiridas máquinas de escritório, móveis, utensílios e outros materiais, num total de Cr\$ 962.326,20, restando um saldo de mais de um milhão, a ser utilizado no decorrer do ano de 1961.

Durante o ano de 1960 foram adquiridos materiais através de compra centralizada, no montante de Cr\$ 696.551.198,60, dentro da seguinte distribuição:

36 concorrências públicas	Cr\$ 126.669.753,30
1.167 concorrências administrativas	Cr\$ 291.880.176,20
2.438 coletas de preços	Cr\$ 37.784.867,40

Compras por registro de preços:

Drogas e Remédios	Cr\$ 26.901.465,80
Forragem e ferragem para animais	Cr\$ 1.096.083,00
Papel para impressão de obras	Cr\$ 11.617.404,30
Gêneros para alimentação	Cr\$ 173.844.634,60
Gasolina	Cr\$ 26.756.814,00,
totalizando, Cr\$ 696.591.198,60,	

10.B.1 Hospital Ernesto Dornelles e Cooperativa dos Servidores Públicos. No ano de 1960 teve lugar a aplicação da maior parte do auxílio de Cr\$ 50.000.000,00 concedidos pelo Decreto n.º 10.949, de 29 de outubro de 1959, ao Hospital Ernesto Dornelles. O auxílio do Estado proporcionou o aparelhamento do referido hospital, construído pela Associação dos Servidores Públicos Estaduais, e que possui 320 leitos, completa aparelhagem de Raios X, radioterapia, laboratório de análises clínicas, e tôdas as demais instalações, que o fazem o maior e melhor aparelhado hospital do Rio Grande do Sul, prevendo-se sua inauguração em um prazo de aproximadamente 60 dias, pois está na exclusiva dependência da entrega da parte restante do material já adquirido.

Também a Cooperativa dos Servidores Públicos empregou o auxílio de Cr\$ 21.000.000,00 que o Estado lhe concedeu pelo Decreto n.º 10.950, de 29

de outubro de 1959, principalmente em inversões relacionadas com a construção de sua nova sede.

10.C.1 Palácio da Justiça. Características do projeto — Área coberta: 14.300 m²; N.º de pisos: 9; Orçamento: Cr\$ 310.000.000,00. **Obras executadas até 31.1.59** — Início das obras: 1952; Fundação e estrutura de concreto armado; Despesas realizadas: Cr\$ 41.548.538,70. **Obras executadas em 1959** — Alvenaria de tijolo em todos os pavimentos. Embôço no térreo, 1.º e 2.º pavimentos. Despesas realizadas: Cr\$ 17.787.702,30. **Obras executadas em 1960** — Conclusão do térreo, 1.º e 2.º pavimentos; da Galeria de Casamentos; das dependências do Corpo da Guarda. Instalação de 1 elevador com capacidade para 8 passageiros. Área coberta concluída: 5.300 m². Despesa empenhada: Cr\$ 39.997.607,70. Despesa empenhada da CAREP: Cr\$ 3.000.000,00. Total: Cr\$ 42.997.607,70. **Conclusão das obras** — Em 1963. Previsão de despesa para conclusão: Cr\$ 200.000.000,00.

10.C.2 Tribunal de Contas. Obras executadas até 31.1.59 — Início das obras: Janeiro de 1957. Fundações, estrutura de concreto armado, cobertura, instalações de água, esgoto e luz, revestimento interno de paredes e tetos. Despesas realizadas até 31.1.59: Cr\$ 22.300.000,00. **Obras executadas em 1959** — Esquadrias de ferro e colocação de vidros em todos os pavimentos. Despesas realizadas em 1959: Cr\$ 22.044.673,50. **Obras executadas em 1960** — Conclusão dos pisos, escadarias e revestimentos externos. Despesas empenhadas em 1960: Cr\$ 27.361.977,10. **Conclusão das obras** — Dezembro de 1961.

10.C.3 Obras do Palácio Piratini. Início das obras: Governo Dr. Carlos Barbosa. Obras executadas em 1959 — Remoção completa do sistema de abastecimento de água, luz e força, tanto para o Palácio como para a Residência, remodelação completa de todos os compartimentos sanitários, remodelação da cozinha. Serviços gerais em pisos, paredes e tetos. Despesas realizadas: Cr\$ 17.523.254,30. **Obras executadas em 1960** — Instalação de um serviço completo de lavanderia automática, rede de PBX, adaptação do porão do Palácio às necessidades do serviço. Reforma do Corpo da Guarda. Pintura geral no Palácio e Residência. **Despesas realizadas em 1960** — Cr\$ 18.565.133,80.

10.C.5 Departamento de Polícia Civil. Características do projeto — Área coberta: 10.319 m². N.º de pisos: três. Orçamento: Cr\$ 90.000.000,00. **Obras executadas até 31.1.59** — Início das obras: Agosto de 1954. Aquisição do imóvel, conclusão da ala direita, destinada à instalação dos serviços administrativos, Divisão de Trânsito, Delegacia de Defraudações e parte do Instituto Médico Legal. Área coberta concluída: 2.530 m². Despesas realizadas: Cr\$ 17.000.000,00. **Obras executadas em 1959** — Redistribuição interna, modificação completa das instalações em geral, correção das deficiências das construções. Despesas realizadas: Cr\$ 7.153.582,00. **Obras Executadas em 1960** — Conclusão do 3.º pavimento e parte do 2.º, prosseguimento das obras de alvenaria, de revestimentos de pisos e paredes em todos os pavimentos; revestimento parcial da fachada, aquisição de 3 dos 4 elevadores previstos. Despesas empenhadas em 1960: Cr\$ 17.453.013,00. **Conclusão das Obras** — Dezembro de 1961. Despesas previstas: Cr\$ 46.800.000,00.

10.C.6 Reparcelhamento do Departamento de Polícia Civil. Pelo Decreto 11.051, de 16.12.59, foi aberto um crédito, através do II Plano de Obras, no montante de Cr\$ 12.000.000,00, com a precípua finalidade de aquisição de veículos e material para a Rádio Patrulha. Nessas condições foram adquiridos 10 jeeps e 10 camionetas Wolksvagem (Kombi) e mais uma estação para o Departamento Central da Rádio Patrulha.

Pelo Decreto 11.187, de 29.2.60, no montante de Cr\$ 13.000.000,00, também através do II Plano de Obras, foi aberto o crédito acima mencionado para "Reaparcelhamento do Departamento de Polícia Civil", inclusive aquisição de veículos. Com este crédito foram adquiridos para o Departamento de Polícia Civil, e destinados à Capital, 11 viaturas (jeeps) bem como peças de reposto, necessárias a manutenção destas viaturas.

Pelo Decreto 11.390, de 20.6.60, ainda pelo II Plano de Obras e no valor de Cr\$ 6.000.000,00 foi aberto um crédito para atender as despesas com a recuperação da frota de veículos do D.P.C. Com a abertura desse crédito foram recuperados cerca de 60 veículos que se encontravam em estado precaríssimo e fora de circulação, os quais foram distribuídos, em sua maior parte para as delegacias do interior do Estado.

Pelo Decreto 11.467, de 27.7.60, foi aberto um crédito de Cr\$ 5.000.000,00 para reaparelhamento e organização do trânsito, e para melhoria do serviço de fiscalização. Assim foram adquiridos por aquela Divisão de Trânsito, 10 motocicletas e peças de reposto.

Pelo Decreto 11.827, de 26.11.60, foi aberto um crédito no valor de Cr\$ 44.000.000,00. Essa importância foi empregada da maneira seguinte:

1 — Cr\$ 22.000.000,00 destinaram-se ao reaparelhamento dos serviços policiais em geral, inclusive a aquisição de 23 jeeps, e uma camioneta Chevrolet, remetidos às delegacias do interior do Estado.

2 — Os restantes Cr\$ 22.000.000,00 foram destinados à Divisão de Rádio Patrulha, parte para aquisição de veículos, provavelmente 10, e parte para a compra de aparelhos de rádio transmissão a serem instalados nos mesmos. Esta última transação ainda não se acha concluída.

10.C.7 Instalação e organização do Bureau da Interpol e Serviço de Polícia Interestadual. Pelo Decreto n.º 11.565, de 3.9.60, foi aberto um crédito no valor de Cr\$ 1.250.000,00, os quais se destinaram à instalação e organização do Serviço de Polícia Interestadual (Polinter) e o Bureau Internacional de Polícia (Interpol), novos órgãos incorporados a esta Secretaria e que permitem um mais eficiente combate aos profissionais do crime, já que cada uma dentro de suas atribuições, estabeleceram estreito e intenso contato com as congêneres nacionais e internacionais. A Polinter e a Interpol foram instaladas em prédio central, em instalações condignas, pois, pela própria natureza de suas atribuições representam a sala de visitas do Departamento de Polícia Civil. Seus quadros funcionais, ainda bastante restritos se compõem de um delegado, um delegado adjunto, quatro inspetores, um escrivão e um datiloscopista, todos funcionários do Departamento de Polícia Civil. Suas despesas de pessoal, no exercício, importam aproximadamente em Cr\$ 1.500.000,00.

10.C.8 Reparcelhamento e reorganização do Regimento "Bento Gonçalves" da Brigada Militar. Pelos Decretos de n.ºs. 10.678 e 11.313 de 10 de agosto de 1959 e 7 de maio de 1960, respectivamente, foram abertos créditos no valor de Cr\$ 10.000.000,00, os quais se destinaram à reorganização e apa-

reinhamento do Regimento "Bento Gonçalves". Com tais recursos foram adquiridos: Viaturas: 8 jeeps, 3 caminhões, 1 carroceria para carro-box, 1 carroceria para carro de transporte e 1 carroceria para carga. Animais: para trabalho, produção e reprodução. Materiais de consumo: gêneros para alimentação, materiais para veículos, forragem e ferragem. Foram construídos: 1 pavilhão para alojamento e iniciada a construção de 1 pavilhão de alvenaria para oficinas e outros serviços de movimentação de terraplanagem. Os créditos abertos permitiram equipar o Regimento de modo a possibilitar o mesmo a cumprir as novas e altas atribuições que lhe estão destinadas, como tropa de segurança do Palácio do Governo, escoltas, guardas de honra e choque.

10.C.9 **Reaparelhamento da Brigada Militar do Estado.** Pelo Decreto n.º 11.188, de 29 de fevereiro de 1960 foi aberto o crédito no valor de Cr\$ 15.000.000,00, o qual teve a seguinte destinação: Despesas de repressão ao contrabando: Cr\$ 1.600.000,00. Reaparelhamento da Brigada Militar, inclusive aquisição de veículos: Cr\$ 8.050.000,00. Restauração do Hospital da Brigada Militar: Cr\$ 5.350.000,00. Estes créditos tiveram a seguinte utilização: o pagamento de diárias e outras despesas com o pessoal da Corporação empregados no serviço de repressão ao contrabando na Fronteira do Estado. Aquisição de 7 jeeps Willys, 2 camionetas, 1 caminhão 100 unidades de camas de ferro tipo BM, 500 mantas de lã, 200 mosquiteiros, 200 cobertores para os Hospitais e 120 revólveres calibre 38 marca Taurus. Das viaturas adquiridas foram distribuídos ao Regimento de Polícia Rural Montada 4 jeeps, para o serviço de material bélico 1 jeep, para o 3.º Regimento de Cavalaria 1 jeep e para o serviço de Intendência 1 jeep. Para o Departamento de Engenharia 1 camioneta, para o serviço de Intendência 1 camioneta e 1 caminhão. Os restantes materiais de alojamento foram distribuídos entre as unidades da força. Restauração do Hospital da Brigada Militar. Foi reformado o bloco cirúrgico, lavanderia, refeitórios e quartos de recuperação do bloco cirúrgico. Está em vias de conclusão a construção da ala nova da enfermaria cirúrgica e foram reparados os telhados, calhas e condutores do Hospital.

10.C.10 **Novas Delegacias de Polícia e Regiões Policiais.** Pelo Decreto n.º 10.633, de 28 de julho de 1959, foram criadas as Delegacias de Polícia referentes aos municípios de Agudo, Arvorezinha, Barra do Ribeiro, Bom Retiro do Sul, Campo Bom, Campo Novo, Campinas do Sul, Constantina, Chapada, Faxinal do Soturno, Feliz, Erval Grande, Humaitá, Guarani das Missões, Muçum, Machadinho, Nonoai, Pedro Osório, Restinga Seca, Santa Bárbara do Sul, São Valentim, Seberí, Tucunduva, Três Coroas, Tuparendi, Vera Cruz e Viadutos, e pelo Decreto n.º 11.580, de 5 de setembro de 1960, mais as de Serafina Corrêa e Nova Palma, enquanto que as de São José do Ouro, Dois Irmãos, Estância Velha e Carlos Barbosa foram criadas pelo Decreto n.º 11.477, de 28 de julho de 1960. Finalmente, pelo decreto n.º 11.764, de 5 de novembro do mesmo ano, foram instituídas mais a 9.ª, a 10.ª e a 11.ª Regiões Policiais, com sedes nos municípios de Bagé, Santa Rosa e Erechim, respectivamente.

10.C.11 **Escola de Polícia.** Apesar de suas instalações precárias e de outras dificuldades de ordem material, funcionaram na Escola de Polícia, durante o ano de 1960, afora 6 concursos realizados, os cursos de Formação e de Revisão, onde foram ministradas 14.328 aulas a 1.385 alunos matricu-

lados, dos quais 1.082 lograram aprovação. Compõem-se os Cursos de Formação: a) Superiores: 1. Curso de Formação de Delegados de Polícia. 2. Curso de Formação de Perito Criminalístico. 3. Curso de Formação de Perito Criminalístico químico. b) Secundário: 1. Curso de Formação de Papiloscopista. 2. Curso de Formação de Dactiloscopista. 3. Cursos de Formação de Escrivão e de Inspetor de Polícia. c) Elementares: 1. Curso de Formação de Motorista Polícia. 2. Curso de Formação de Guarda Civil. 3. Curso de Formação de Guarda de Trânsito. Os Cursos de Revisão possibilitaram aos funcionários efetivos do Departamento de Polícia Civil, compreendidos nas diferentes carreiras policiais, a conclusão dos respectivos cursos, aprimorando-os para o desempenho da função policial. O total da despesa com a Escola de Polícia foi de Cr\$ 5.730.500,00, dispensando-se com cada aluno a importância de Cr\$ 4.135,50.

10.C.12 Cooperação com os Municípios. A Secretaria da Segurança Pública, dentro da esfera de suas atribuições, deu o melhor atendimento e a mais ampla cooperação às Câmaras e Prefeituras Municipais. Para esse fim realizou, com 88 Comunas Gaúchas, Convênios de Policiamento, Prevenção de Incêndio e Combate ao Fôgo.

10.C.13 Aumento de efetivo do Departamento de Polícia Civil. No exercício findo, além das três funções gratificadas FG 5, correspondente às 9.^a, 10.^a e 11.^a Regiões Policiais, criadas pelo Decreto n.º 11.764, de 5.11.60, o quadro da Polícia Civil, nos termos da Lei n.º 4.051, de 29 de novembro do aludido ano, foi ainda acrescido de 519 cargos, assim distribuídos nas seguintes carreiras: Delegado de Polícia, 39; Inspetor, 105; Escrivão, 85; Motorista Policial, 20; Guarda Civil, 175; Guarda de Trânsito, 95; total: 519.

10.C.14 Aumento de efetivo da Brigada Militar. Pela Lei 4.070, de 29.12.60, foi o efetivo da Brigada Militar elevado em 1.096 homens, dos quais 73 oficiais e 1.023 praças. Faça a lei acima, teremos, no corrente ano, em serviço ativo, o seguinte emprêgo do efetivo: Policiamento: 7.726 homens (70,3%); combate ao fogo, 959 homens (8,7%); serviços (administração), 1.952 homens (17,7%); escola, 350 homens (3,3%). Total: 10.987 homens. A inclusão de praças está se processando tanto na capital como em algumas unidades do interior empregando-se o maior rigor na sua seleção. Cumprido que seja o período regulamentar de instrução, serão os homens lançados no serviço. Todos os destacamentos receberão, conseqüentemente, aumento de efetivo, e a Brigada Militar poderá, em maior escala, atender os reclamos de todos os municípios, no que diz respeito às suas necessidades de segurança e manutenção da ordem pública.

10.C.15 Reestruturação da Brigada Militar. De há muito se ressentia a Brigada Militar de defeitos oriundos de sua organização: um de ordem administrativa, outro de ordem funcional. Procurando saná-los, procedeu o Estado Maior a estudos minuciosos e apresentou, em fins de setembro, o plano de reestruturação da Milícia, que visava, sobretudo, a solução de dois problemas: a descentralização administrativa e o melhor aproveitamento do

peçoal no serviço de policiamento; aquela, solucionaria-se com a criação de órgãos de direção, em número de cinco: Diretorias de Policiamento, de Bombeiros, de Administração, de Saúde e de Produção e Patrimônio; e este, o melhor aproveitamento do pessoal, com a transformação estrutural das unidades, evitando-se a superposição de elementos numa mesma localidade, sob diferentes comandos.

10.C.16 Regulamento de promoções dos funcionários policiais. Estabelecendo critério e normas para as promoções por merecimento, foi baixado com o Decreto n.º 11.491, de 2 de agosto de 1960, o Regulamento de Promoções dos Funcionários Policiais, até então regidas pela Lei n.º 2.027, de 3 de janeiro de 1953, que não mais atendia os interesses da polícia civil. Entretanto, face a complexidade das normas determinadas para o aferimento do mérito de cada um dos funcionários policiais e a exigüidade de tempo para a sua execução, foi alterada a data de sua vigência de 1.º de janeiro de 1961 para 1.º de janeiro de 1962.

10.C.17 Regulamento geral do ensino da Brigada Militar. Ressentia-se a Brigada Militar de grave deficiência, no que dizia respeito à regulamentação dos serviços de seus vários órgãos e à legislação em vigor, já obsoleta face a evolução sofrida pelos encargos recebidos. Por essas razões, foi organizada uma COMISSÃO DE REVISÃO DOS REGULAMENTOS, composta de oficiais superiores da reserva e da ativa, que se lançaram à tarefa de conciliar a legislação da Fôrça com o "status vivendi" dos tempos hodiernos. Como primeiro resultado desse trabalho, apresentou a Comissão o anteprojeto do REGULAMENTO GERAL DO ENSINO da Brigada Militar, o qual, submetido à apreciação do Governador do Estado, foi, após sua aprovação, transformado no Decreto n.º 12.054, de 8 de fevereiro de 1961. Este Regulamento visa, basicamente, conformar o ensino na Brigada Militar às exigências decorrentes das missões que a Corporação recebe e poderá receber, preparando assim seus Quadros para o perfeito cumprimento daquelas. Estão sendo elaborados pela dita Comissão de Revisão, no momento, o Regulamento de Promoções, o Regulamento de Uniformes de Oficiais e Praças e o anteprojeto do Estatuto da Brigada Militar, entre outros trabalhos similares, buscando-se, assim, tornar efetivos velhos anseios da Fôrça.

10.C.18 Reparcelhamento do Corpo de Bombeiros. Pelos Decretos n.ºs. 10.651 e 11.971, de 6 de agosto de 1959 e 30 de dezembro de 1960, foram abertos créditos nos valores de Cr\$ 5.700.000,00 e 10.000.000,00, que se destinaram a atender despesas com a recuperação e reparcelhagem das lanchas-bombas do Corpo de Bombeiros e reequipamento daquela Unidade especializada no combate de prevenção e extinção de incêndio. Os créditos abertos possibilitaram a aquisição do seguinte equipamento: 2 motores para as lanchas-bombas de 180 HP cada uma; consertos gerais nas lanchas e aquisição de equipamento fluvial; 1 jeep Willys; uma Estação de Rádio; 12 unidades móveis de Rádio para viatura; 1 tesoura elétrica para as oficinas; 1 Chassis Ford F-600; 1 Chassis FNM com reboque; mangueiras, extintores, bombas e 1 auto-bomba equipado. Além disso foram ainda retificados diversos outros motores e paga a respectiva mão de obras.

10.C.19 **Policciamento ostensivo da Brigada Militar.** Pelo decreto n.º 11.200, de 29 de fevereiro de 1960, foi aberto um crédito no valor de Cr\$ 4.000.000,00, os quais se destinaram a atender as despesas com a aquisição de veículos automotores para os serviços de policiamento ostensivo da Capital. O referido crédito foi utilizado pelo Batalhão Policial "Pedro e Paulo" da Brigada Militar, que adquiriu as seguintes viaturas: 1 micro-ônibus, 1 carro choque, 1 camioneta, 1 jeep e 7 bicicletas.

10.D.1 **Obras da Penitenciária de Porto Alegre.** Muro Perimetral: Obra contratada — Início em dezembro de 1959 — Concluída em 12.10.60 — Investimento Cr\$ 8.140.079,50.

Pavilhão Industrial e Almoxarifado: Início em outubro de 1959 — Atualmente em arremates — Previsão Cr\$ 5.690.000,00.

Obras da 2.ª etapa e do 2.º pavimento celular: Dois refeitórios e Pavilhão de Biotipologia, em andamento — Início em dezembro de 1959 — Previsão Cr\$ 36.585.000,00.

Serviço de correção das obras da 1.ª etapa: Início em outubro de 1959 — Concluído — Cr\$ 1.200.000,00.

Auditório — Início em dezembro de 1959 — Concluído — Cr\$ 750.000,00.

Capacidade atual para 300 internos e 600 na 2.ª etapa.

10.D.2 **Recuperação integral da Colônia Gal. Daltro Filho, instalação de serviços, aparelhamento de oficinas, equipamentos agrícolas.** Oficinas — Início em novembro de 1958 — Concluídas em maio de 1960 — Área: 1.694,00 m² — Cr\$ 14.157.200,00.

Almoxarifado — Início em novembro de 1958 — Concluído em maio de 1960 — Área: 604,56 m² — Nota: Esta obra foi contratada juntamente com as das oficinas e ambas estão sob o mesmo montante financeiro Cr\$ 14.157.200,00.

Prédio-residência do administrador e vinte casas para funcionários: Início em 14.3.60 — Estas obras estão praticamente concluídas e a utilização delas depende da rede de água, assunto em estudos na Secretaria de Obras Públicas — Investimento: Cr\$ 9.255.000,00.

Aproveitamento integral de 789 internos.

10.D.3 **Cadeia de Novo Hamburgo.** Concluída em 1959. Capacidade para 34 internos.

10.D.4 **Cadeia de Sarandi.** Início em 18.8.58 — Concluída — Área: 454,00 m². Cr\$ 3.790.000,00. Capacidade para 53 internos.

10.D.5 **Cadeia de Cruz Alta.** Início em 6.6.58 — Concluída — Área: 1.030,00 m². Cr\$ 7.750.000,00. Capacidade para 108 internos.

10.D.6 **Cadeia de Júlio de Castilhos.** Início em 27.10.58 — Concluída — Área 467,00 m². Cr\$ 5.150.000,00. Capacidade para 46 internos.

10.D.7 **Cadeia de Lagoa Vermelha.** Início em outubro de 1959 — Situação atual: revestimento e pintura do prédio — Área: 623,00 m² — Cr\$ 6.247.462,00. Capacidade para 91 internos.

10.D.8 **Cadeia de São Francisco de Paula.** Início em 18.2.60 — Obra concluída — Área 520,00 m² — Cr\$ 6.555.000,00. Capacidade para 47 internos.

10.D.9 **Fôro de Pelotas.** Foi realizada a concorrência pública para a construção desta obra. Entretanto, tendo em vista as condições propostas e o fato de que o crédito específico tem, como cobertura, indicada o valor de apólices do Estado, foi pôsto o assunto, sob a consideração da Secretaria da Fazenda que deverá estabelecer o esquema de pagamento e o cronograma previsto para o desenvolvimento das obras.

10.D.10 **Fôro de Santiago.** Início em 3.11.59 — Situação atual: pintura do prédio — Área 461 m² — Cr\$ 5.220.000,00.

10.D.12 **Turismo.** Pelo Decreto n.º 10.470, de 13 de maio de 1959, o SERVIÇO ESTADUAL DE TURISMO, criado pela Lei n.º 997, de 28 de janeiro de 1950, passou a integrar a Secretaria do Interior e Justiça, diretamente subordinado ao titular desta. No diploma legal em causa, foram fixadas as matérias de competência do citado Órgão, cuja finalidade principal é a de planejar e fomentar o turismo no Estado. O SETUR conta, com o órgão consultivo, com o Conselho Estadual de Turismo, integrado por representantes de Federações classistas e de outras entidades vinculadas ao turismo. Cabe-lhe, ainda, administrar o Pavilhão de Exposições, construído pelo Estado em Pôrto Alegre, à Avenida Borges de Medeiros.

10.D.13 **Iniciativas do SETUR.** Tendo em vista as imensas possibilidades que, com relação a iniciativas de caráter turístico, oferece o Rio Grande do Sul, quer no concernente aos diferentes e belos aspectos paisagísticos de seu território, como também no que diz respeito aos costumes tradicionais de seu operoso povo, o Governo do Estado tratou de incentivar as atividades do órgão especializado — o SERVIÇO ESTADUAL DE TURISMO. Para tanto, deu-lhe estrutura adequada e forneceu-lhe recursos hábeis, mediante a concessão de créditos, além dos orçamentários, no montante de Cr\$ 7.092.288,20, consoante decretos ns. 10.523, 11.189 e 11.197, o primeiro datado de 16.6.59 e os últimos de 29.2.60.

Principais atividades do SETUR no exercício findo: Elaboração do projeto e execução da representação do Governo do Estado na 1.ª Feira Industrial Brasileira, em Assunção, Paraguai, cuja exposição encontra-se atual-

mente na Feira de Utilidades Domésticas, em São Paulo, no Parque Ibirapuera.

Instalação de Conselhos Municipais de Turismo, principalmente nas localidades de maiores possibilidades turísticas. Já foram instalados, com a presença do SETUR, os Conselhos dos municípios de Osório e Canela.

Estudos e planejamento para o incremento da indústria hoteleira no Rio Grande do Sul, que aguardam a concretização do "Fundo Rotativo de Crédito Hoteleiro".

Assessoramento à iniciativa privada na realização de empreendimentos ligados às atividades turísticas em geral.

Criação dos Parques Estaduais de Turismo: Caracol, Torres e Itapoã.

A oficialização e assessoramento de todos os certames realmente caracterizados como atração turística, como Exposições agro-pastoris, industriais, Festa da Uva, Festa da Hortência, Exposições de Orquídeas, Congressos Tradicionalistas, Convenções de diversas entidades médico-científicas.

Levantamento do potencial turístico do Estado, através de farta documentação fotográfica.

Renovação das instalações do Balneário de Iraí, em colaboração com a Secretaria de Obras Públicas.

Instalação definitiva da sua sede.

Projeto para os Parques Populares de Tramandaí e da Praia do Cassino e da urbanização do Chuí.

Assessoramento e assistência técnica a vários estabelecimentos da indústria hoteleira da capital e do interior.

Reaparelhamento do Paradoiro Morro Reuter.

Assessoramento a empresas e agências de viagens e turismo.

Elaboração de cartazes de alto padrão artístico para vários certames como a Festa da Uva, Festa da Hortência, Congresso Tradicionalista, etc. num total de 10.550 cartazes distribuídos em todo o território nacional e no estrangeiro.

Elaboração, assessorado por técnicos da Secretaria da Fazenda, do anteprojeto de lei de isenção de impostos a hotéis e paradouros, bem como a regulamentação do "Fundo Rotativo de Crédito Hoteleiro".

Efetivação da desapropriação do Parque Estadual do Caracol e andamento dos processos referentes a Itapoã e Torres, sendo que estas localidades já foram decretadas de utilidade pública; merecendo especial destaque, ainda, as seguintes promoções do aludido órgão: A exposição da "Via Sacra" do Professor Aldo Locatelli — Amostra retrospectiva do Professor Lutzenberger — A Semana do Turismo — 9 temporada de Verão nas praias de mar, dilatando-se e incentivando promoções de caráter turístico.

10.D.14 **Política Municipalista.** O Departamento das Prefeituras Municipais, da Secretaria do Interior e Justiça, durante o exercício de 1960, organizou Congressos de Prefeitos em Santa Rosa, Cachoeira do Sul, Dom Pedrito e Uruguaiana, onde foram tratados assuntos relacionados com rodovias, hidrovias, ensino, saúde, água, saneamento, crédito Assistência Social, fomento agrícola, assistência técnica e outros assuntos de interesse geral.

O Departamento manteve em atividade o seu serviço de Divulgação, informando, esclarecendo e orientando as administrações do interior em matérias de interesse da vida municipal. Entrou em funcionamento o Serviço de Relações Públicas do DPM, destinado à assessoria dos Prefeitos Municipais nos assuntos pendentes em repartições públicas.

10.E.1 Parque Florestal de São Leopoldo. Encontra-se o Grupo de Parques e Jardins da C.E.P.E., conforme anexo 7, estruturado nos setores: industrial, florestal, viveiros e de zoologia. Vem o mesmo, além do desenvolvimento normal de suas atividades de fornecimento de mudas para ajardinamento e arborização de Grupos Escolares, bem como, de fornecimento de produtos industriais (telhas, tijolos, moirões, etc.) apresentar condições excepcionais de Parque Público, com a finalidade turístico-recreativa.

Sua área de terra de próxima situação à Capital, com especial localização junto ao Rio dos Sinos e à BR.2 e intensamente arborizados, proporciona condições favoráveis ao desenvolvimento do referido Parque, com a criação do Play-Grounds, campos de Hipismo, pesqueiros, jardim zoológico e outras atrações turístico-recreativas propriamente ditas.

Dentro das finalidades supra citadas desenvolveu-se o Parque, ainda em forma empírica, principalmente no setor de zoologia, iniciado com doações de animais diversos.

O balanço específico deste setor apresenta um patrimônio de 202 animais, no relatório do Grupo de Parques e Jardins (anexo 7), bem como ilustra os demais setores e pessoal de obras do referido grupo.

Temos ainda a registrar a conclusão do levantamento topográfico da área central com 181 hectares e pequena parte da área oeste, o que vem de permitir a execução de um projeto definitivo para urbanização e aproveitamento do Parque, atualmente a cargo do Gabinete de Administração e Planejamento do Plano de Obras.

10.E.2 Jardim Botânico. Obras executadas até 31.1.59. Início: abril de 1957. Pórtico de acesso, inclusive Portaria; cercas de vedação de parte do parque; iniciadas as obras da estufa; construção de 8 residências para guardas; plantio de árvores. Pavimentação parcial. Bloco sanitário. Despesas realizadas: Cr\$ 9.229.930,80. **Obras executadas em 1959** — Serviços de manutenção do parque. Despesas realizadas: Cr\$ 811.732,60. **Obras executadas em 1960** — Trabalho completo de levantamento plano e altimétrico de toda a área. Concluído o programa geral das necessidades. Início das obras do jardim rochoso. Retomada da construção da estufa. Despesa empenhada: Cr\$ 2.305.793,90.

10.E.4 Laboratório Central da Secretaria de Agricultura. Características do projeto — Área coberta: 4.800 m²; número de pisos: 3; orçamento: Cr\$ 35.000.000,00. **Obras executadas até 31.1.1959** — Fundação de estrutura de concreto armado de 2 pavimentos. Início das obras: fevereiro de 1957. Despesas realizadas: Cr\$ 14.123,10 com verbas da S.O.P. e Cr\$ 7.800.000,00 com verbas da S.A.I.C. **Obras executadas em 1959** — Adaptação do prédio a conveniência da utilização. Construção da estrutura do 3.º pavimento. Despesas realizadas: Cr\$ 2.315.504,30. **Obras executadas em 1960** — Conclusão das alvenarias do Laboratório de Química Agrícola e Diretoria de Produção Mineral, inclusive rebocos internos. Modificação das demais alvenarias construídas para adaptação às novas conveniências dos serviços para ali transferidos (laboratórios da Secretaria de Economia). Despesas empenhadas: Cr\$ 2.398.622,80. **Observações** — Obra paralisada.

10.E.5 Instituto de Pesquisas Biológicas. Características do projeto — Área coberta: 12.200 m²; n.º de pisos: 7; orçamento: Cr\$ 200.000.000,00. **Obras**

executadas até 31.1.1959 — Início das obras: janeiro de 1956. Estaqueamento de todos os blocos de construção; estrutura de concreto armado de 3 dos 7 pavimentos que formam o 4.º bloco dos laboratórios. Despesas realizadas: Cr\$ 10.957.240,00. **Obras executadas em 1959** — Alvenarias e instalações em geral em 2 dos 7 pavimentos componentes do 4.º bloco. Despesas realizadas: Cr\$ 2.522.454,70. **Obras executadas em 1960** — Conclusão de 2 pavimentos do 4.º bloco inclusive instalações de água, luz, força e gás. Despesas empenhada: Cr\$ 11.619.351,30.

10.E.6 Prédio Sede da Secretaria de Educação e Cultura. Generalidades — Dando prosseguimento à tarefa atribuída à C.E.P.E., no sentido de adaptação do edifício da sede da Secretaria de Educação e Cultura, foram executados no exercício de 1960, os serviços relacionados no anexo n.º 6 num montante global de Cr\$ 26.495.819,90. **Balanço da situação** — A realização de tais serviços permitiu: 1) — Entregar à S.E.C., em condições de serem ocupados, os seguintes andares: 11.º, 10.º, 9.º, 8.º, 7.º, 6.º, 5.º e parte do 4.º; 2) — A instalação e funcionamento de 2 elevadores; 3) — Concluir o hall de entrada; 4) — Executar a estrutura do concreto da torre do 5.º elevador até a altura do 6.º andar; 5) — Executar os serviços de adaptação, instalações e acabamento necessários. **Observação** — No anexo 6, damos a relação dos serviços a serem executados no ano de 1961, bem como o balancete dos diversos créditos abertos e seus respectivos prazos.

10.E.7 Ligação de Porto Alegre ao Mar. Uma Comissão de Técnicos holandeses, a convite do Governo, veio ao Estado a fim de preparar estudos de um projeto de ligação do porto de Porto Alegre ao mar, e um plano de colonização da região do Litoral. Em constante contato com os grupos de trabalhos da Comissão de Desenvolvimento Económico do Litoral (CODEL), obtiveram os técnicos holandeses um farto manancial de informações, capaz de orientar, com segurança, um plano de realizações futuras. Os levantamentos e as pesquisas das condições geo-econômicas de toda a região do Litoral, demandou a preocupação e a colaboração de todos os grupos de trabalho da CODEL, que conseguiu um estudo de grande valor técnico e econômico, com dados sobre o solo, suas reservas, as possibilidades de aproveitamento das terras, sobre a colonização e sobre estabelecimento de novas indústrias. O trabalho apresenta-se sobre dois aspectos: 1.º — Estudo da Estrutura do Estado do Rio Grande do Sul; 2.º — Previsão do desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, em vista de uma ligação do porto de Porto Alegre ao mar.

Para possibilitar a apresentação de um projeto de valor técnico e econômico da realização desse empreendimento, reuniu a CODEL um circunstanciado "dossier", com dados e informações topográficas, geológicas, hidro-lógicas, etc. Este trabalho, confeccionado em muitos exemplares, acompanhado de mapas, plantas, gráficos, etc. foi enviado a várias firmas especializadas, na Holanda, Alemanha, França, Bélgica e Suíça, na Inglaterra e no Canadá, e nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, solicitou-se a essas firmas apresentarem proposta para um estudo técnico onde deverão ser cotejadas todas as soluções até agora estudadas tendo em vista, seus custos, rendimentos operacionais, reflexos econômicos e impactos que possam ocorrer na economia do Estado, de modo a evidenciar, ampla e justificadamente, a adoção de uma das soluções.

10.E.8 Construção, ampliação e restauração de edifícios públicos. Obras executadas até 31.1.1959 — Até o exercício de 1959, foram conservados e restaurados os prédios públicos, inclusive os escolares, com recursos orçamentários normais. Obras executadas em 1959 — Foram executadas 28 obras de conservação por empreitada e 70 por administração direta. Atendidas despesas também com o prosseguimento das obras do Palácio Piratini. Discriminadas em Projeto 10.D.28. Obras do Palácio Piratini. Despesas realizadas Cr\$ 24.162.371,40. Obras executadas em 1960 — Com recursos orçamentários e do II Plano de Obras foram restaurados 102 prédios públicos, sendo 35 por empreitada e 67 por administração direta. Despesas empenhadas: Cr\$ 33.990.222,00.

10.F — INSTITUTO TECNOLÓGICO

10.F.1 Construção da nova sede. Área ocupada pelo ITERS e cedida pela Universidade do Rio Grande do Sul, 2.936 m²; Área ocupada por próprio do ITERS, 761 m²; Área do terreno do ITERS, doado pelo Estado, 3,3 ha; Área projetada para a nova sede na Av. Beira Rio, 19.573 m²; Área já em construção, na Av. Beira Rio, 1.535 m²; Custo previsto para construção da nova sede, Cr\$ 215.303.000,00; Recursos obtidos através de convênios com o Governo Federal para a construção da nova sede, Cr\$ 6.000.000,00; Recursos já gastos com a obra em construção, Cr\$ 4.300.000,00; Saldo disponível para a obra em construção, Cr\$ 1.700.000,00; Recursos cedados por particulares para construção da nova sede, Cr\$ 974.283,40.

10.F.2 Atividades didáticas do ITERS. Bolsistas mantidos pelo ITERS em 1960, 11; Professores e alunos que estagiaram no ITERS em 1960, 41; Cursos realizados pelo ITERS: a) Curso de Laboratorista para Indústria de Carne; b) Curso de Laboratorista para Indústria de óleos, tintas e vernizes; c) Curso de Curtimento; d) Curso de Preparação para metrologistas; e) Curso de Cultura Geral para funcionários da Autarquia; Aulas práticas ministradas para os alunos: a) da Escola de Engenharia da URGs; b) da Faculdade de Arquitetura; c) Faculdade de Odontologia da URGs; d) do Curso de Geologia da URGs; e) do Curso de Química da URGs; f) da Escola Técnica Parobé.

10.F.3 Atividades tecnológicas do ITERS. Número de certificados expedidos em 1960, 2.844; Número de relatórios expedidos em 1960, 160; Número de pareceres expedidos em 1960, 10; Número de cartas explicativas expedidas em 1960, 29; Número de livros técnicos adquiridos em 1960, 97; Número de revistas técnicas adquiridas em 1960, 21; Número de boletins sobre pesquisas tecnológicas, publicadas em 1960, 3; Número de atendimentos de serviços prestados pela Oficina Técnica de Vidros; 321; Número de atendimentos de serviços prestados pela Oficina Mecânica de Precisão, 903; Metragem de solos e rochas perfuradas para estudos, 4.637 m; Número de palestras sobre carvão mineral, patrocinadas pelo ITERS, de 12 a 20 de setembro, 9.

10.F.4 Atividades financeiras do ITERS. Contribuição do Estado para a receita do ITERS, orçada, executada e realizada em 1960, Cr\$ 49.991.400,00; Receita própria do ITERS em 1960: a) orçada, Cr\$ 14.000.000,00; b) executada, Cr\$ 13.902.254,30; c) realizada, Cr\$ 9.641.817,40; Importância proveniente de convênios firmados com órgãos públicos federais e estaduais, Cr\$ 5.250.700,00; Despesa total do ITERS durante o exercício de 1960, Cr\$ 61.809.434,80; Economia verificada através de descontos nas compras à vista sobre a despesa de diversos materiais e mercadorias, 10,46%; Importância gasta com importação de material técnico, Cr\$ 3.071.861,10.

OUTROS ASPECTOS DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

Além da matéria constante, em minúcias, na parte codificada, volumes II e III, merecem ainda menção especial, dentre as diversas atividades estatais desenvolvidas no exercício de 1960, as seguintes:

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA

Os órgãos subordinados a esta pasta tiveram, durante o exercício de 1960 os seus trabalhos com volume mais acentuado, face — naturalmente — às inúmeras tarefas a que se propuzeram promover para a melhor marcha e desenvoltura dos problemas administrativos.

Os serviços internos, propriamente ditos, como a Diretoria Geral com suas seções colaboradoras e o Gabinete de Assessoramento Técnico Administrativo, criado pelo Decreto n.º 11.396, de 20 de junho de 1960, mantiveram grande ritmo de trabalho.

A Procuradoria Geral do Estado, somou 9.204 expedientes examinados, entre Pareceres, Relatórios, Circulares, Portarias, etc.

A Diretoria das Relações Consulares atendeu as visitas de representantes de nações que mantém vínculo diplomático com o nosso país, destacando-se, os Srs. Embaixadores da Tchecoslováquia, Israel e Alemanha, além de Ministros de Estado, Conselheiros de Embaixada e outras personalidades.

As atividades dos demais órgãos podem assim ser resumidas:

Junta Comercial — A Junta registrou o ingresso de 17.538 expedientes; expediu 1.365 contratos, 308 fotocópias e autenticou 37.479 livros comerciais.

As incidências fiscais devidas em estampilhas sobre atos a cargo da Repartição somaram: Cr\$ 10.164.285,00.

Arquivo Público — Arquivou 15.291 processos, sendo 1.150 livros dos tabelionatos de notas do Estado e dos cartórios de registro civil e de imóveis; extraiu 3.500 certidões da documentação arquivada; forneceu 1.499 reproduções em microfílm e realizou a microfilmagem dos mapas climatéricos do litoral do Rio Grande do Sul para a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Litoral.

Imprensa Oficial — O total geral da receita, proveniente do Serviço de Produção da Imprensa, da publicação dos atos do Governo, do recolhimento de publicações feitas para o Comércio e Indústria e da tomada de assinaturas do Diário Oficial foi de Cr\$ 77.144.151,40.

Departamento de Fiscalização dos Serviços de Diversões Públicas — A arrecadação de emolumentos durante o ano de 1960:

Na Capital	Cr\$ 3.988.958,70
No interior do Estado	Cr\$ 12.364.667,60
Total	Cr\$ 16.373.626,30

Comissão de Reaparelhamento Penitenciário — Além do prosseguimento dos estudos e planejamentos de âmbito geral, várias obras tiveram incremento acelerado, sendo concluídas, neste exercício, as do Pavilhão Industrial na Penitenciária Estadual e grande extensão do muro perimetral do mesmo presídio; os pavilhões de oficinas e almoxarifado na Colônia Agrícola Gal. Daltro Filho, além de 20 prédios para residência dos funcionários.

Foram terminadas as cadeias de Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Cruz Alta, São Francisco de Paula e Sarandi e prosseguiram as obras das de Lagoa Vermelha e Júlio de Castilhos e as do fóro de Santiago.

Foram construídos 6.463,82 m², sendo investidos Cr\$ 116.902.741,50.

Serviço Estadual de Turismo — Tiveram maior relevância: a 1.^a Feira Industrial Brasileira, em Assunção (Paraguay), a instalação de Conselhos Municipais de Turismo em Osório e Canela, estudo e planejamento para o "Fundo Rotativo de Crédito Hoteleiro", além de inúmeras promoções de caráter intelectual e artístico.

Departamento de Institutos Penais — A população carcerária do Estado está assim distribuída:

Penitenciária Estadual	290 homens
Penitenciária Industrial	627 homens
Penitenciária Agrícola	503 homens
Inst. Feminino de Readaptação Social	43 internas
Inst. Psiquiátrico Forense	310 pacientes
Recolhidos às cadeias do Inst. do Estado	2.997

Somam, portanto, 4.770 internados, sob a jurisdição do D.I.P.

Departamento de Prefeituras Municipais — Este setor manteve contato com todas as prefeituras, dando-lhes assistência técnica e colaborando na esquematização de seus serviços municipais.

Esteve presente no Congresso de Prefeituras em Santa Rosa, Cachoeira do Sul, Dom Pedrito e Uruguaiana. Acompanhou a Comissão de prefeitos à Brasília, onde trataram a liberação de verbas da Faixa de Fronteiras e do Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste, sendo esta missão coroada de pleno êxito, pois foi conseguida a liberação de Cr\$ 150.000.000,00 referente a auxílios previstos na lei da Faixa de Fronteiras, além de Cr\$ 500.000,00 ao Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste.

SECRETARIA DA FAZENDA

Em linhas gerais a execução orçamentária de 1960 assim se comportou:

R E C E I T A

Milhões de Cr\$

Orçada

Receita ordinária	17.838
Receita extraordinária	345
	<hr/>
	18.103
	<hr/>

Arrecadada

Receita ordinária	19.025
Receita extraordinária	3.411
	<hr/>
	22.436
	<hr/>

Maior receita	4.253
	<hr/>

D E S P E S A

Autorizada

Orçamento	23.158	
Anulação de dotações orçamentárias	11.015	12.143
	<hr/>	
Créditos suplementares		3.571
		<hr/>
Orçamento retificado		15.714
Créditos especiais transferidos e abertos no exercício, computadas as reduções		11.388
Créditos extraordinários		6
		<hr/>
		27.108
		<hr/>

Realizada

Orçamento e créditos suplementares	14.035
Créditos especiais e extraordinários	8.516
	<hr/>
	22.551
	<hr/>
Menor despesa	4.557
	<hr/>

R E S U M O

Milhões de Cr\$

Provisão

Despesa autorizada	27.108
Receita orçada	18.183
	<hr/>
Deficit previsto	8.925
	<hr/>

Execução

Despesa realizada	22.551
Receita arrecadada	22.436
	<hr/>
Deficit verificado	115
	<hr/>

Resultado

Deficit previsto		8.925
Menor despesa	4.557	
Maior receita	4.253	8.810
	<hr/>	<hr/>
Deficit verificado		115
		<hr/>

Do deficit previsto de cerca de 5 bilhões de cruzeiros foram anulados Cr\$ 4.800 milhões, principalmente por efeito de maior receita tributária, de não realização de vultosas despesas e pelo ingresso do produto de empréstimos contratados e de lançamento.

O comportamento da receita geral do Estado, no exercício encerrado, pela sua natureza e em milhões de cruzeiros, assim se apresenta

	Orçada	Arrecadada	Maior receita	Menor receita
Impostos	11.000,0	11.516,8	516,8	—
Taxas	5.902,2	6.123,2	221,0	—
Patrimonial	92,6	84,2	—	8,4
Industrial	303,4	385,5	82,1	—
Diversas	540,0	915,3	375,3	—
Extraordinária	344,4	3.410,4	3.066,0	—
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	18.182,6	22.435,4	4.261,2	8,4
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

Dos dados acima alinhados depreende-se como foi auspiciosa a arrecadação do Estado. De todos os grupos componentes da receita, somente a patrimonial não atingiu a cifra prevista.

Por terem como base o valor dos impostos, as taxas estaduais mais expressivas também acusaram maior receita, no total líquido de Cr\$ 221,0 milhões.

Na execução orçamentária do exercício de 1960, a receita tributária, isto é, o conjunto de impostos e taxas, representou 78,6% dos ingressos gerais.

A despesa geral do Estado, com as diversas alterações ocorridas no decorrer do exercício, foi fixada em Cr\$ 27.107 milhões, tendo atingido somente Cr\$ 22.550 milhões, daí se originando menor despesa da ordem de Cr\$ 4.557 milhões.

Relativamente à dívida flutuante, seu incremento foi de Cr\$ 1.041 milhões em 1960, e assim se apresentam suas variações, em milhões de cruzeiros:

Dívida flutuante:	1960	1959	Variações
Restos a pagar	1.966,4	1.866,0	+ 100,4
Depósitos	382,0	375,2	+ 6,8
Diversos	3.452,4	2.518,6	+ 933,8
	<u>5.800,8</u>	<u>4.759,8</u>	<u>1.041,0</u>

O crescimento observado de 59 a 60, de cerca de 1 milhão de cruzeiros, foi muito moderado, valendo pelo menor crescimento anual verificado no período de 1956 a 1960.

A posição da dívida fundada interna, ao término dos exercícios de 1960 e 1959, em milhões de cruzeiros, assim se compara:

Dívida fundada interna:	1960	1959	Variações
Em apólices	1.486,1	512,3	+ 973,8
Em empréstimos contratados	4.170,1	2.048,0	+ 2.122,1
	<u>5.656,2</u>	<u>2.560,3</u>	<u>+ 3.095,9</u>

Quanto à dívida externa, em 1960, houve redução:

Dívida fundada externa:	US\$	£
31.12.1959	4.528.500.00	131.120-00-00
31.12.1960	3.826.750.00	128.600-00-00
Resgate	<u>701.750.00</u>	<u>2.520-00-00</u>

Desejamos salientar a absoluta regularidade com que continuou sendo atendido o pagamento dos juros dos empréstimos em apólices e dos títulos apresentados para resgate.

Essa regularidade teve irrecusável influência na consolidação do crédito do Estado, tão bem refletido na crescente aceitação e na melhoria da cotação de seus títulos.

Bolsa de Valores do Rio Grande do Sul — De grande intensidade foram as atividades da Bolsa de Valores do Rio Grande do Sul, no decorrer do ano de 1960, onde foram negociados 384.319 títulos, representando Cr\$ 233,5 milhões, e desdobrados, por espécie, como segue:

Títulos	Quantidades	% s/o total	Valor Cr\$	% s/o total
Federais	13.475	3,51	10.411.333,00	4,46
Estaduais	174.570	45,42	109.741.868,50	47,00
Municipais	442	0,12	158.131,80	0,07
Bancos	140.948	36,67	51.857.806,00	22,20
Companhias	52.492	13,66	59.112.318,60	25,31
Debêntures e direitos	2.392	0,62	2.241.612,20	0,96
TOTAIS	384.319	100,00	233.523.070,10	100,00

O quadro acima caracteriza a franca aceitação dos títulos estaduais. É muito expressiva a importância que corresponde a esses títulos, pois sobre o valor de Cr\$ 233,5 milhões, os títulos estaduais contribuíram com Cr\$.. 109,7 milhões, que equivalem a 47% do valor total movimentado em bolsa.

Departamento da Loteria do Estado — A renda líquida dessa autarquia tem acusado expressivo crescimento de ano para ano, apresentando, no último exercício, a elevada cifra de Cr\$ 122.303.400,70, ou sejam Cr\$ 22.303.400,70 de excesso sobre a previsão orçamentária. Esta significativa diferença verificada no exercício encerrado deve-se, em grande parte, ao vigente contrato de venda total das emissões dos bilhetes da Loteria a uma firma desta Capital, que fica responsável pela distribuição.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS

Profícua atividade desenvolveu a Secretaria das Obras Públicas no exercício de 1960, contribuindo eficazmente para a concretização de uma série de benefícios à coletividade riograndense, em especial no tocante à educação e à saúde pública.

No setor educacional, a Comissão Estadual de Prédios Escolares através de seu órgão executivo, subordinado à aludida Secretaria, realizou a construção de 271 novos prédios escolares, com um total de 1.111 salas de aulas, que proporcionará 77.770 novas matrículas para 1961.

Foram ainda executadas ampliações em outros 23 prédios com um aumento de 73 salas de aula e 5.110 matrículas.

Finalmente, com a retomada e conclusão das obras, que estavam paralisadas, em número de quarenta, com um total de 224 salas de aulas, foi acrescida a rede escolar, com a capacidade de mais 15.681 matrículas.

Desta forma, foi possível entregar à população do Estado, 1.408 novas salas de aulas, em 339 unidades escolares com um aumento potencial total de 98.560 novas matrículas escolares.

Ainda no setor escolar, durante o exercício passado foram também realizadas 2.214 vistorias e 601 obras de conservação de prédios, dispendendo-se somente nestes serviços a importância de Cr\$ 71.650.108,70.

A ação da Secretaria das Obras Públicas também se fez sentir no que se refere à saúde pública, devendo ser ressaltado o funcionamento de 16 hidráulicas nas sedes dos municípios do Estado, sendo que as redes de água entregues às populações das cidades atingiram uma extensão total de 215.614 metros, dos quais 97.000 metros correspondentes às ampliações efetuadas, em novas zonas das cidades que já possuíam hidráulicas. Com vistas ao abastecimento de água a pequenas povoações, foram também perfurados poços profundos em 25 municípios do Estado, assim como também foram construídos, quase sempre através de convênios com municípios, 28 lavadouros públicos.

Especial destaque deve merecer o fato do Governo do Estado ter merecido um voto de louvor do Primeiro Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, realizado na cidade do Rio de Janeiro de 8 a 17 de julho de 1960, pelos trabalhos realizados através do Conselho de Controle de Poluição das Águas.

É de assinalar outro serviço prestado à saúde pública, que é o programa de fluoração das águas, efetuado através da Comissão de Fluoração e cujos primeiros resultados práticos foram comprovados através do inquérito de cárie dentária, realizado na cidade de Taquara. Após três anos de funcionamento foi verificada uma redução de cárie dentária de 45% e 25%, nas crianças de sete e doze anos, respectivamente. Durante o ano de 1960, foram instalados os serviços de fluoração em nove cidades, perfazendo um total de 16 cidades do Estado.

Cabe salientar, ainda, que, no ano findo, foram executados oito levantamentos topográficos e a elaboração de dois planos diretores em cidades do interior do Estado, foram concluídas as obras de três pavimentos do Palácio da Justiça e de dois pavimentos do prédio do Instituto de Pesquisas Biológicas do Estado; e o Instituto Tecnológico do Estado, que tão grandes serviços vem prestando, não somente ao Estado como ao País, teve finalmente iniciada parte da construção de suas novas instalações necessárias ao bom atendimento das tarefas a ele cometidas.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA

Os trabalhos de rotina da Pasta se processaram normalmente e, em todos os setores, se pôde registrar sensíveis rendimentos.

Além dos projetos e programas codificados estão em vias de execução mais os seguintes:

- a) Granjas e Chácaras Piloto.
- b) Prédio do Instituto de Pesquisas Agrícolas.
- c) Expansão da Cultura do Milho.
- d) Plano de Experimentação e Fomento da Cultura da Batatinha.
- e) Expansão da Cultura do Feijão.
- f) Expansão da Cultura da Videira.
- g) Expansão da Fruticultura.
- h) Produção de Reprodutores.
- i) Organização de 100 áreas demonstrativas de pastagens artificiais.
- j) Remodelação e Ampliação do Parque Menino Deus.
- k) Combate à Febre Aftosa.
- l) Combate à Brucelose.
- m) Expansão da Avicultura.
- n) Expansão da Ovinocultura.

- o) Perfuração de Poços.
- p) Conclusão do Moinho de Calcáreo em Carazinho.
- q) Reflorestamento.
- r) Conservação do Solo.
- s) Recolocação de Intrusos das Reservas Florestais.

Exposições-feiras — Com a assistência técnica da Secretaria da Agricultura, realizaram-se diversos certames, segundo o IV Plano de Exposições, aprovado pela Comissão respectiva, a qual vem, de concluir, também, a elaboração do V Plano, destinado a regular a efetivação de exposições-feiras no triênio de 1961/63.

Deve-se ressaltar aqui o êxito extraordinário da XXIV Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados, realizada no Parque de Exposições Menino Deus, sob o patrocínio da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul e execução da Diretoria da Produção Animal dessa Pasta. Mais uma vez foi demonstrado o alto progresso a que atingiu a pecuária riograndense e o que ela representa de projeção para o Estado.

Convênios firmados — Visando estabelecer maior entrosamento entre essa Pasta e outros órgãos que realizam trabalhos semelhantes aos seus, foram firmados convênios com a Secretaria da Agricultura de Santa Catarina sobre o fornecimento de epitélio destinado à fabricação de vacinas contra a febre aftosa, problema êste que está entre os principais a serem brevemente atacados; com o Instituto do Pinho, visando o reflorestamento; com a Brigada Militar, objetivando a colaboração daquela Unidade à fiscalização no setor da caça e pesca; com a Universidade do Rio Grande do Sul, sobre pesquisas oceanográficas; com diversas entidades de classe e prefeituras, objetivando a implantação de serviços de inseminação artificial; com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., sobre financiamento a produtores de sementes e mudas certificadas; com o Ministério da Agricultura, relativamente à produção e multiplicação de sementes selecionadas de trigo e sua revenda aos produtores; com o Ministério da Agricultura, sobre os trabalhos de Defesa Sanitária Vegetal.

Carta Pesqueira do Rio Grande do Sul — Numa iniciativa pioneira em todo o País, foi lançada a Carta Pesqueira do Rio Grande do Sul, apresentando os primeiros elementos colhidos dentro do programa de pesquisa sobre pesca, iniciado neste Estado, em 1956, por iniciativa da Secretaria da Agricultura.

A referida carta, a única até hoje lançada em nosso País, contém uma variedade muito expressiva de dados e indicações capazes de facilitar grandemente o trabalho dos nossos pescadores e se constitui no ponto inicial de um programa que cumpre ser realizado nesse setor.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Dentro da política educacional do Governo do Estado, a Secretaria pode apresentar, com justificado orgulho, um saldo positivo de realizações, que frutificarão em sua plenitude, no corrente ano.

Assim, como reflexo do acerto das providências tomadas e do trabalho desenvolvido, pôde superar a previsão para matrículas no ensino primário, admitindo efetivamente em estabelecimentos públicos de ensino primário, 415.595 crianças, no corrente ano.

Sem exagerado otimismo e tendo em vista o conjunto de medidas tomadas, das quais avultam os convênios firmados com as prefeituras municipais e os recursos que serão carreados para cumprimento desta linha de ação que, praticamente atingem o montante dispendido nos dois últimos anos, nos atrevemos a prognosticar que o "Ano da Escolarização" será efetivamente o ano da redenção da criança gaúcha.

A preocupação desse setor da Administração tem se estendido no sentido de, paralelamente ao desenvolvimento do ensino primário, propiciar-lhe condições de pleno funcionamento. Com êste objetivo as escolas normais, formadoras de professôres, elevaram-se em 1960 para 96 unidades, das quais 4 oficiais. As matrículas nesses estabelecimentos ascenderam a 8.716 alunos dos quais 1.663 formandas, o que permitirá suprir plenamente às necessidades do Estado, com elementos regularmente formados.

O programa de expansão do ensino técnico, vem sendo cumprido normalmente, de acôrdo com o planejamento traçado, tanto no que respeita à ampliação e aparelhamento da rêde escolar, como à reorganização do ensino e atualização de seus cursos e currículos.

Dos planejamentos acima enumerados cumpre assinalar, por sua importância, os seguintes: 1) — a conclusão das construções destinadas à Escola Técnica Parobé, já transferida para suas novas instalações; 2) — as transformações porque passaram a Escola Artesanal "Secretário Vieira da Cunha", de Bagé, a Escola Industrial "Senador Alberto Pasqualini", de Novo Hamburgo e a Escola Técnica Rural de Gravataí, estas antigas instituições do SESME; 3) — reorganização da Escola Técnica de Agricultura, de Viamão e das Escolas Agrícolas de Bagé e São Lourenço do Sul; 4) — a Escola Técnica de Pesca de Rio Grande; 5) — a Escola Técnica Rural de Carazinho; 6) — as Escolas Industriais de Erechim, Ijuí, Uruguaiana, Taquara e Osório; 7) — as Escolas Técnicas Rurais, de Guaporé, Uruguaiana, Encruzilhada do Sul, São Gabriel, Lagoa Vermelha, Caçapava do Sul e Dom Pedrito.

O Governo do Estado solicitou a colaboração do Governo Federal para a ampliação do plano que está executando, através da realização, em regime de acôrdo, de um programa específico complementar, compreendendo a construção e equipamento de 20 novas escolas agrícolas e de escolas industriais em Caxias do Sul, Canoas, Passo Fundo, além da construção de nova sede para a Escola Industrial "Cilon Rosa", de Santa Maria, e cooperação na construção da Escola de Pesca, de Rio Grande.

A Subsecretaria do Ensino Técnico vem intensificando a política educacional que prevê, mediante acôrdos, a cooperação com entidades particulares que oferecem as condições necessárias à organização de cursos regulares de ensino técnico.

No que atende ao desenvolvimento das comunidades rurais, a Subsecretaria firmou convênios de cooperação com a ASCAR e a Campanha Nacional de Educação Rural.

Face aos recursos destinados ao ensino técnico de cerca de oitocentos milhões de cruzeiros e aos convênios firmados com a União, prevemos a capacidade potencial de 22.500 matrículas nos diversos estabelecimentos do ensino técnico.

A rêde estadual destinada ao ensino secundário, contando atualmente com 54 estabelecimentos, deverá ser preparada para, nos próximos anos, receber o impacto de um enorme aumento da procura das matrículas, devido à ampliação do conjunto de estabelecimentos destinados ao ensino primário, a que intensamente se procede neste "Ano da Escolarização".

O número de estabelecimentos de ensino secundário, nos últimos dez anos, quase triplicou, passando de 24 em 1952, para 54 neste início de 1961.

De 1959 para 1960, houve um acréscimo de 2 estabelecimentos na rêde

do ensino secundário, pois foi criado um ginásio e encampado outro, aumentando de 52 para 54 o seu número.

O número de alunos de 1959 para 1960, sofreu um aumento de 14%, passando de 26.442, naquele ano, para 29.898 em 1960.

Quanto ao quadro docente, teve seu aumento em 23% sobre 1959, passando de 1.782, para 2.190 professores em 1960.

O índice de reprovações manteve-se abaixo dos limites pedagógicos normais, ficando aquém dos 30% aceitáveis. Em ambos os anos foi de 22%.

As aprovações atingiram as cifras eloqüentes de 15.600 em 1959 e 17.400 em 1960, também bom indicativo da eficiência do ensino público estadual, de nível secundário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Dentro do maior respeito à Soberania dos Poderes, o Governo do Estado, no que se refere a essa Pasta, manteve o melhor entendimento com o Egrégio Poder Judiciário, destacadamente com o Tribunal Regional Eleitoral, objetivando prestigiar a ação da Justiça, bem como dos agentes do Ministério Público, cultivando, igualmente, com a Colenda Assembléia Legislativa, as Câmaras e as Prefeituras Municipais, as melhores relações, o que lhe permitiu cooperação de elevação nível político e administrativo, inclusive por meio dos Convênios de policiamento, prevenção de incêndios, combate ao fogo e socorros públicos celebrados com 88 comunas gaúchas.

A Secretaria conseguiu imprimir, na fase pré-eleitoral e na realização do pleito havido em 3 de outubro do ano findo, uma perfeita conjugação de esforços entre a Brigada Militar e o Departamento de Polícia Civil, visando assegurar a livre manifestação do pensamento.

As instruções especiais a propósito expedidas lograram a propaganda e a eleição dos candidatos num clima de ampla liberdade, sendo digno dos maiores encômios o magnífico entrosamento dos órgãos dessa Secretaria de Estado com as autoridades judiciárias.

No exercício de 1960 foram promulgados diplomas diversos, concernentes à esfera policial, entre êsses o de criação de novas regiões policiais, que evidenciaram, sem dúvida, o esforço do Governo em remediar, dentro das possibilidades reais, a situação que enfrenta a polícia civil, encontrando-se em pleno curso o seu reaparelhamento, com a aquisição de viaturas para a Rádio Patrulha e demais Divisões, e a criação de cargos em tôdas as carreiras, notadamente nas de Delegados, Guardas Civis e Guardas de Trânsito.

A Brigada Militar, cujos efetivos foram aumentados de mil e sessenta e seis homens, foi reestruturada, o que lhe permitiu novas condições de vivência, com a mobilidade necessária à prestação de quaisquer serviços reclamados pela coisa pública, inclusive missões de policiamento urbano e rural em todo o Estado, para o que passou a contar com unidades especializadas que representam um contingente de mais ou menos oito mil e quinhentos homens, de cujo total se excluem os integrantes dos serviços essenciais e os das Companhias Independentes de Bombeiros.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SAÚDE

Por intermédio dos diversos órgãos técnicos ou administrativos, que lhe compõem a estrutura, a Secretaria da Saúde registrou, no ano de 1960, atividade intensa, logrando alcançar ótimo índice de rendimento de trabalho.

Dentre essas atividades, cabe ressaltar a desenvolvida pelo Departamento de Saúde, ao qual compete o comando da rede sanitária estadual, integrada por 14 Centros de Saúde, 2 Postos de Saúde de Categoria Especial, 14 Postos de Saúde de 1.^a classe, 86 Postos de Saúde de 2.^a classe e 3 Sub-Postos de Saúde.

Em seus diferentes setores especializados, foi o seguinte o expressivo movimento registrado: no setor de assistência à mãe e à criança, foram atendidas 173.646 pessoas, das quais 111.319 crianças, num total de 506.055 atendimentos, distribuindo-se aos 8.375 infantes inscritos nos lactários 158.948 litros de leite e 55.494 quilos de leite em pó e realizadas 11.300 visitas domiciliares a gestantes. O serviço dentário proporcionou 116.636 atendimentos a 35.260 pessoas deste grupo, nas quais foram praticadas 90.099 extrações dentárias, sendo 71.982 de dentes permanentes. No Serviço de Assistência Médica verificou-se um total de 96.933 atendimentos a 37.076 consulentes. No combate às doenças transmissíveis foram praticadas as seguintes imunizações: 819.549 anti-variólicas, 135.569 anti-tifóidicas, 72.057 anti-diftéricas, 31.570 contra a coqueluche e 124.028 premunições pelo BCG. Forneceram-se 19.871 carteiras de saúde a manipuladores de gêneros alimentícios, com 19.922 revalidações. Efetivaram-se, no setor de saneamento, 511.546 visitas de polícia sanitária, expedindo-se 25.634 habite-se, bem como 13.643 concessões de alvarás de licença. No plano de Assistência Hospitalar, cumpre assinalar o vulto da distribuição de auxílios, que atingiu a elevada cifra de Cr\$ 80.985.000,00.

Por sua vez, a Diretoria dos Serviços de Higiene da Alimentação realizou 19.961 visitas de polícia sistemática, apreendeu 371.816 quilos de gêneros alimentícios, inutilizou 80.562 quilos desses gêneros, lavrou 520 multas e, no serviço de inspeção de carnes, inspecionou 228.626 bovinos, 54.521 suínos e 18.759 ovinos. No setor de nutrição, merece especial destaque o término do inquérito alimentar, executado em 42 municípios localizados nas 3 regiões fisiográficas do Estado, num total de 2.520 famílias, e que tornou possível, com os dados obtidos, estimar, o percentual médio, "per capita", dos principais alimentos básicos.

No combate às doenças transmissíveis, os Serviços Técnicos Centrais promoveram imunizações contra a Poliomielite e contra a Difteria, no interior do Estado e na Capital, bem como uma campanha anti-variólica, mercê da qual foram efetivamente atendidas, somente em Porto Alegre, 170.743 pessoas, ou seja 26,6% da população. Nessa campanha foi utilizado, como meio imunizante, a vacina liofilizada produzida pelo Instituto de Pesquisas Biológicas da Secretaria, única desse tipo em produção no Brasil e que apresentou excelente percentual de reações vacinais, ao redor de 98%, superior, portanto, ao conseguido anteriormente por vacinas de procedência estrangeira.

Além dessa louvável atuação, cabe ainda ressaltar, por sobremodo expressivos, os seguintes trabalhos executados: no setor da Tuberculose: 111.963 abreugrafias, controlados 42.206 comunicantes e realizadas 127.485 premunições pelo BCG; no que tange à Hidatidose: foram proferidas 540 palestras, notadamente em Escolas, 3.323 vacinações, 9.059 purgações em cães e vacinados 3.294 cães contra a raiva, como trabalho subsidiário; no setor de cardiologia, foram atendidos 7.800 cardíacos; no setor de combate à lepra, é de destacar a instalação de um Dispensário-Escola, que proporciona estágios e cursos a médicos e a acadêmicos de medicina, como também o fichamento de mais 231 hansenianos, o que elevou o total de doentes inscritos e atendidos a 3.594; no campo das Doenças Venéreas, foram ocupados 5.231 leitos-dia no Dispensário-Escola da Capital e 1.293 gestantes foram tratadas contra a sífilis.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DOS TRANSPORTES

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. Além dos serviços correspondentes às Obras Codificadas, os trabalhos do DAER abrangeram ainda inúmeras obras não incluídas na Codificação e que constituíram os trabalhos de rotina do Departamento. Esses trabalhos são correspondentes a estudo e projeto de estradas, sondagem para obras de arte e terraplenagem, construção de pontes por administração direta do DAER, reparação de estruturas e, ainda, construção de pontes por empreitada. Os principais são:

Locação	405 km
Explorações locada	262 km
Projetos de estradas	443 km
Sondagens	4.411 metros
Obras de arte construídas	435 metros

Conservação e Melhoramentos de Estradas — A rede de conservação e melhoramentos de estradas do DAER está dividida entre quinze (15) Residências de Conservação e Melhoramentos, num total de 8.246,30 km de estradas do Plano Geral Rodoviário, 75,10 km de estradas não incluídas no PGR e 73,00 km de estradas federais.

No decorrer do exercício de 1960 as Residências receberam o seguinte equipamento:

Motoniveladoras	94 unidades
Tratores	120 unidades

Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — Movimentação de cargas. A movimentação de cargas no exercício de 1960, correspondente aos portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas atingiu aos totais abaixo discriminados:

	Importação	Exportação
Longo curso	1.484.953 t	167.186 t
Cabotagem	471.913 t	559.474 t
Lacustre e Fluvial	1.802.212 t	903.453 t
Movimento fora do cais	72.176 t	35.315 t
	<hr/>	<hr/>
	3.831.254 t	1.665.428 t

Convém notar que os produtos e derivados do petróleo contribuíram, na importação de longo curso, com cerca de 1.080.000 toneladas.

Operação dos portos — Operaram durante o exercício em relato cerca de 40.574 navios, conforme discriminação abaixo:

Cabotagem e longo curso	2.775 unidades
Fluviais e lacustre	37.799 unidades

Renda industrial dos portos — A renda industrial nos três portos organizados elevou-se a Cr\$ 515.933.801,30 e a receita geral contabilizada a Cr\$ 697.441.669,10. A despesa empenhada atingiu ao total de Cr\$ 1.167.184.706,00.

Dragagem e derrocamento — Os serviços de dragagem atingiram um total de 1.279.165 metros cúbicos e os serviços de derrocamento a 10.500 metros cúbicos.

Refeições — O fornecimento de refeições pelos refeitórios dos portos de Pôrto Alegre, Rio Grande e Pelotas totalizou a 1.195.928 unidades. Os elementos de contabilidade, apurados em Pelotas somente, permitiram determinar o custo médio unitário de Cr\$ 110,55.

Departamento Aeroviário — O aeroporto de Santa Maria teve a complementação da sua pista secundária complementada através de ensaibramento da mesma e execução de balizamento diurno. O aeroporto de São Borja teve a sua pista secundária totalmente recuperada e sua pista principal ampliada, bem como ensaibrados o pátio de estacionamento e a pista de rolamento. No aeroporto de São Gabriel foram complementados os serviços de ensaibramento da pista de pouso, do pátio de estacionamento e do taxi e, ainda, construída a sua estrada de acesso.

Movimento estatístico da SOMV. — A Secção de Operações e Manutenção de Vôos do DAE realizou em 1960, com suas diversas aeronaves, 1.182,30 horas de vôo, percorrendo 277.070 km. Transportou 1.209 passageiros e 18.000 kg de carga.

Estudos e projetos. — Foram realizados levantamentos topográficos nos aeroportos seguintes: Salgado Filho, Uruguaiana, Três Passos, São Borja, Capão da Canoa e Tôres.

Foram executados projetos geométricos para os aeroportos de Pôrto Alegre, Uruguaiana, São Borja, Três Passos, Ijuí, Tôres, Capão da Canoa, intermunicipal Passo Fundo — Carazinho, Erechim, São Gabriel e Itaqui.

Foram elaboradas as especificações provisórias para os serviços de terraplenagem, base diversas, pavimentações asfálticas e em cimento Portland e controle tecnológico.

Auxílios concedidos à entidades aéro-desportivas. — No exercício de 1960 foram concedidas subvenções aos seguintes Aéroclubes: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Carazinho, Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Getúlio Vargas, Iraí, Jaguarão, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Rosário do Sul, Santa Maria, Livramento, Santiago, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, São Lourenço do Sul, Sarandi, Tenente Portela, Três Passos, Tupanciretã e Uruguaiana.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE TRABALHO E HABITAÇÃO

Política Social. Atividade fundamental do Estado, a política social mereceu cuidadosa atenção, cabendo salientar, neste particular, os esforços da Secretaria do Trabalho e Habitação, que tem como atribuição específica a assistência ao trabalhador, à sua família e aos organismos de classe.

A definição dos polos, em torno dos quais se deveria concentrar a atuação sistemática desse Órgão — trabalho, família e meio social, — a delimitação das necessidades da situação atual e o exame do programa operacional da Secretaria, em seus dados avaliáveis, especificaram o campo, a forma e os objetivos de atuação, previstos em três esquemas planejados:

1. Serviço Social, solução técnico-científica para realização descentralizada da política assistencial, no que se refere ao atendimento do trabalhador e sua família, na solução dos problemas individuais, em direção à boa

200 casas; Bagé, 100 casas; Quaraí, 34 casas; Sarandi, 40 casas; Santa Cruz, 100 casas; Lagoa Vermelha, 40 casas; Lajeado, 50 casas; Livramento, 100 casas; Tupanciretã, 40 casas; São Leopoldo, 200 casas; São Pedro do Sul, 50 casas; Novo Hamburgo, 200 casas; Esteio, 40 casas; Estréla, 40 casas.

Até 31 de dezembro de 1960, com referência às prestações das 541 Casas Populares construídas, o aspecto financeiro era o seguinte: Importância total a receber Cr\$ 25.163.836,00; importância recolhida aos Bancos do Estado do Rio Grande do Sul e Nacional do Comércio Cr\$ 4.074.658,30; prestações em atraso Cr\$ 1.929.494,40; saldo a receber Cr\$ 21.089.177,70.

Está em fase de ultimação, um plano para construção de moradias populares em todo o Estado, num sistema de "auxílio mútuo", pelo qual o Estado auxiliará os municípios financeira e tecnicamente, cabendo a estes complementar com recursos próprios a potencialidade da iniciativa privada dos necessitados. Outros estudos estão sendo feitos, no sentido de permitir que a Comissão Estadual de Terras e Habitação complemente diretamente os recursos de particulares, num sistema de financiamento, para construção da Casa Própria.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE ENERGIA E COMUNICAÇÕES

Essa Pasta, criada pela Lei n.º 3.602, artigo 2.º, inciso XII, de 1.º de dezembro de 1958, órgão de cúpula que congrega as atividades atinentes a energia e comunicações no Estado, procurou, no exercício de 1960, manter o ritmo com que iniciou seu funcionamento no ano anterior, concatenando e equacionando os problemas energéticos e de comunicações do Estado — sempre em um critério pautado na política administrativa emanada do Poder Executivo.

Além das atividades da Comissão Estadual de Energia Elétrica, Departamento Autônomo do Carvão Mineral e Comissão Estadual de Comunicações, que foram incluídas na parte codificada da presente mensagem, cumpre salientar que, no exercício de 1960, técnicos da Comissão Estadual de Comunicações realizaram viagens de inspeção a diversos municípios, além de colaborarem com as Prefeituras do interior na prestação de assistência técnica.

Assim, foram inspecionadas as seguintes localidades: Marcelino Ramos — Viadutos — Gaurama — Erechim — Sananduva — Lagoa Vermelha — Vacaria; Santo Ângelo — Ruínas de S. Miguel — São Luiz Gonzaga; Santiago — Jaguarí — Gal. Vargas — Vila Mata — Vila Clara — São Pedro do Sul; Bento Gonçalves — Monte Belo — Santa Tereza, tendo sido feito um levantamento para reforma e um estudo para colocação de mais uma linha da Vila Santa Tereza ao 1.º Btl. Ferroviário de Bento Gonçalves para servir unicamente a esse último;

Três Passos — Campo Novo — Santo Augusto, tendo sido feito um levantamento com a finalidade de concluir a linha que interligará os três municípios.

Foi efetuado um levantamento na Sub-Região III para permitir um projeto dos Serviços Básicos e de Longa Distância por VHF, nos municípios de Pinheiro Machado, Herval, Piratini, Canguçu, Arroio Grande e Pedro Osório, e para o Serviço de Longa Distância, nos municípios de Jaguarão, Rio Grande, Pelotas e Bagé.

Técnicos da Comissão viajaram a todos os Municípios da Sub-Região II, a fim de coletar os elementos a serem remetidos à Comissão da Faixa de Fronteira, tais como as Leis que autorizavam os municípios a participar do Plano e Recursos para a parte de cada Município no Plano de Comunicações dessa Sub-Região.

adaptação social e à organização social da comunidade, visando maior equidade social.

2. Centro de Orientação e Integração Social, solução técnico-científica para a proteção psico-social do trabalhador e sua família, de forma direta e individualizada, para auxiliar cada homem a conhecer suas possibilidades de realização, a tornar-se consciente de suas responsabilidades no grupo e a resolver seus problemas pessoais e sociais.

3. Rede de escritórios da Secretaria do Trabalho e Habitação no interior do Estado para, através do conhecimento objetivo das condições sócio-econômicas das classes trabalhadoras, chegar ao desenvolvimento de um programa de orientação e assistência, adaptado às necessidades locais.

Embora em fase de estruturação da política assistencial, a Secretaria do Trabalho e Habitação desenvolveu um programa atuante, no que se refere ao campo, à forma e aos objetivos de ação. Essa área foi o campo natural de experimentação e análise para a definição de padrões racionais de atendimento efetivo.

Comissão Estadual de Terras e Habitação. Foi criada pelo Decreto n.º 11.201, de 29 de fevereiro de 1960, tendo por finalidades: aquisição de terras para agricultores e suas organizações, aquisição de áreas destinadas à construção da "casa-própria" e fazer estudos, propor medidas, organizar e realizar projetos, relacionados com seus objetivos.

Pela Comissão em apreço foi adquirida e escriturada uma gleba de 572 hectares, no município de São José do Ouro, por Cr\$ 5.230.940,00, do Sr. Fernando Vitória Zanchi e outras três aquisições estão sendo estudadas: uma de aproximadamente 566 hectares, no município de Encruzilhada do Sul, do Sr. Euclides Lança; outra de 979,6 hectares no município de São Jerônimo, do Dr. Paulo Luiz de Oliveira de Boer, e, finalmente, 1.230 hectares, no município de Santiago, do Sr. Antônio Gonçalves Pinheiro.

A Comissão Estadual de Terras e Habitação verificou que as construções das vilas para os flagelados das enchentes ocorridas no ano de 1959, nas cidades de Alegrete e Itaqui estavam incompletas, tendo então solicitado e conseguido recursos para a ultimização daquelas moradias, conforme dispõe os Decretos n.ºs. 11.754, de 5.11.60, para Alegrete Cr\$ 400.000,00; 11.755, de 5.11.60, para Itaqui Cr\$ 300.000,00; 11.865, de 10.12.60, para Alegrete Cr\$ 677.700,00. Foi efetuada uma concorrência administrativa para a perfuração de dois poços profundos na cidade de Alegrete, nas vilas dos flagelados. A Firma vencedora deverá, em breve iniciar os trabalhos, estando empenhados, para tal, Cr\$ 1.764.400,00. Quando do vendaval que flagelou Vilas Operárias na cidade de Rio Grande, a Comissão Estadual de Terras e Habitação, prestou o auxílio técnico que lhe foi possível.

Construídas pelo Serviço da Casa Popular, podem-se enumerar as seguintes casas populares: Caxias do Sul, 51 casas; São Luiz Gonzaga, 25 casas; Rio Grande, 70 casas; Montenegro, 26 casas; Santiago, 26 casas; Carazinho, 50 casas; Júlio de Castilhos, 20 casas; Iraí, 18 casas; São Borja, 30 casas; São Gabriel, 30 casas; Itaqui, 20 casas; Santo Ângelo, 30 casas; São Sepé, 30 casas; Palmeira das Missões, 50 casas; Cruz Alta, 40 casas; São Francisco de Paula, 25 casas. Terrenos disponíveis para a construção de novas Casas Populares, junto aos núcleos já existentes: São Luiz de Gonzaga, 21 casas; Montenegro, 27 casas; Santiago, 30 casas; Júlio de Castilhos, 10 casas; Iraí, 7 casas; Itaqui, 20 casas; Santo Ângelo, 21 casas, havendo ainda as seguintes solicitações: Caxias do Sul, 150 casas; Rio Grande, 200 casas; São Gabriel, 60 casas; Passo Fundo, 100 casas; Santa Maria, 600 casas; Canoas,

Foi prestada assistência técnica às seguintes Prefeituras Municipais, em atendimento a solicitação das mesmas; Bento Gonçalves, Encantado, Arvorezinha, Guaporé, Marcelino Ramos, Campo Novo, Três Passos, Cerro Largo, Seberí, Frederico Westphalen, Iraí, Farroupilha, Caxias do Sul, Lagoa Vermelha, Jaguarí, Gal. Vargas, S. Luiz Gonzaga, Carlos Barbosa, Santa Maria (Silveira Martins), Sarandí, Santo Augusto, Santa Vitória do Palmar, Montenegro.

Além disso, foram efetuadas viagens ao Estado de Mato Grosso, a fim de coletar elementos para estudos do projeto de ligação telefônica entre as seguintes localidades: Campo Grande, Sidrolândia, Aquidauna, Jardim, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Rio Brilhante, Maracajú, Bonito, Porto Murtinho.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO LITORAL

A Comissão de Desenvolvimento Econômico do Litoral criada pelo Decreto 11.248, de 4 de abril de 1960, incumbiu-se, inicialmente, de receber e assessorar uma missão de técnicos holandeses, que vieram ao Rio Grande do Sul para examinar, pesquisar e estudar as possibilidades de desenvolvimento econômico da faixa litorânea. A referida missão aqui permaneceu 40 dias, fazendo exames de solos, observações de irrigações, drenagens, reparo das lagoas, visitas a plantações e culturas, pesquisas de águas e de terras, sempre assistida por nossos técnicos.

Ainda durante o ano de 1960 os grupos de trabalho da CODEL efetuaram toda a sorte de levantamentos da região litorânea, examinaram os múltiplos aspectos que se lhes apresentaram durante os estudos e planejamentos de desenvolvimento econômico, assim como promoveram várias excursões para exame "in loco" das condições físico e sócio-econômicas da zona do litoral.
